

RELATÓRIO SOCIAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

2016



RELATÓRIO SOCIAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DO
SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE
2016

Índice

Considerações prévias.....	19
Sumário executivo.....	23
Parte I – Recursos humanos do Serviço Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde – Ano 2016.....	31
1. Distribuição setorial dos trabalhadores na administração pública.....	33
2. Trabalhadores do SNS e do Ministério da Saúde por região de saúde.....	35
3. Trabalhadores por grupo profissional.....	37
4. Trabalhadores por tipo de entidade.....	39
5. Trabalhadores por natureza jurídica da entidade.....	41
6. Distribuição dos trabalhadores por região e grupo profissional.....	43
7. Distribuição dos trabalhadores por entidade, grupo profissional e tipo de contrato.....	45
8. Trabalhadores por vínculo.....	55
9. Taxa de feminização global.....	57
10. Trabalhadores por estrutura etária e género.....	59
11. Trabalhadores por estrutura habilitacional.....	61
12. Trabalhadores por período normal de trabalho (35h, 40h, 42h e tempo parcial).....	63
13. Trabalho suplementar segundo a modalidade de prestação de trabalho.....	65
14. Ausências.....	67
15. Acidentes de trabalho e número de dias perdidos.....	73
16. Reformas/ Aposentações.....	75
17. Recrutamento em regime de contrato por tempo indeterminado ou sem termo.....	77
18. Encargos com pessoal.....	79
Parte II – Evolução dos recursos humanos no Ministério da Saúde e no Serviço Nacional de Saúde.....	87
1. Evolução dos trabalhadores no Ministério da Saúde (2010 – 2016).....	88
2. Médicos aposentados no ativo.....	100
3. Formação médica no Serviço Nacional de Saúde (2010 – 2016).....	103
3.1. Internato médico: Evolução ano comum e formação específica.....	104

3.2. Médicos recém-especialistas (Evolução 2010 – 2016)	107
4. Procedimentos concursais de Medicina Geral e Familiar	110
5. Outros procedimentos concursais.....	113
6. Recursos humanos estrangeiros	114
7. Evolução da taxa de absentismo	116
8. Evolução dos custos com pessoal	118
9. Evolução do trabalho suplementar	126
10. Certificação profissional	143
10.1. Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	143
10.2. Podologia	146
10.3. Terapêuticas não convencionais	146
Parte III - Caracterização dos trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde	149
1. Pessoal Médico	150
1.1. Médicos por região de saúde	150
1.2. Médicos (sem internos) por especialidade.....	151
1.3. Médicos especialistas por idade e género	155
1.4. Médicos por género.....	156
1.5. Trabalho suplementar do pessoal médico	157
1.6. Atividade médica realizada em regime de prestação de serviços – ano 2016.....	166
1.7. Retenção de médicos especialistas que concluíram o internato médico no ano de 2016.....	175
2. Pessoal de enfermagem.....	178
2.1. Enfermeiros por região de saúde.....	178
2.2. Enfermeiros por idade	179
2.3. Enfermeiros por género	180
2.4. Trabalho suplementar do pessoal de enfermagem.....	181
3. Caracterização dos técnicos superiores de saúde	184
3.1. Técnicos superiores de saúde por região.....	184
3.2. Técnicos superiores de saúde por ramo	185
3.3. Técnicos superiores de saúde por género	186
3.4. Técnicos superiores de saúde por idade	187
3.5. Trabalho suplementar realizado pelo pessoal técnico superior de saúde	188
4. Caracterização do pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica.....	191
4.1. Técnicos de diagnóstico e terapêutica por região de saúde.....	192
4.2. Técnicos de diagnóstico e terapêutica por profissão	193

4.3. Técnicos de diagnóstico e terapêutica por gênero.....	194
4.4. Técnicos de diagnóstico e terapêutica por idade.....	195
4.5. Trabalho suplementar realizado pelo pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica ..	196
5. Rácios	200
Anexo.....	205

Índice de figuras

Figura 1. Total de trabalhadores por região de saúde	35
Figura 2. Total de médicos por região de saúde	150
Figura 3. Total de enfermeiros por região de saúde	178
Figura 4. Total de técnicos superiores de saúde por região	184
Figura 5. Total de técnicos de diagnóstico e terapêutica por região	192

Índice de gráficos

Gráfico 1. Distribuição percentual de trabalhadores na administração pública.....	33
Gráfico 2. Percentagem de trabalhadores por região.....	43
Gráfico 3. Percentagem de trabalhadores por tipo de vínculo em 2016	55
Gráfico 4. Percentagem de trabalhadores por modalidade de contrato.....	56
Gráfico 5. Taxa de feminização.....	57
Gráfico 6. Total de trabalhadores por escalão etário e género	59
Gráfico 7. Idade média por grupo profissional.....	60
Gráfico 8. Total de trabalhadores por nível de escolaridade segundo o género	62
Gráfico 9. Percentagem de trabalhadores por período normal de trabalho	64
Gráfico 10. Horas suplementares segundo a modalidade de prestação de trabalho	65
Gráfico 11. Aposentações por grupo profissional.....	75
Gráfico 12. Encargos com pessoal	80
Gráfico 13. Evolução do número de trabalhadores no Ministério da Saúde e no SNS – entidades SPA, EPE e PPP	89
Gráfico 14. Evolução do número de trabalhadores no Ministério da Saúde e no SNS – entidades SPA e EPE.....	89
Gráfico 15. Evolução do pessoal médico especialista – entidades SPA e EPE.....	91
Gráfico 16. Evolução do pessoal médico (total) – entidades SPA, EPE e PPP	91
Gráfico 17. Evolução do pessoal de enfermagem - entidades SPA, EPE e PPP	91
Gráfico 18. Evolução do pessoal de enfermagem – entidades SPA e EPE.....	91
Gráfico 19. Evolução do pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	93
Gráfico 20. Evolução do pessoal assistente técnico	93
Gráfico 21. Evolução do pessoal assistente operacional	93
Gráfico 22. Evolução dos ingressos no ano comum.....	104
Gráfico 23. Evolução dos ingressos na formação específica	104
Gráfico 24. Duração dos procedimentos concursais (dias).....	111
Gráfico 25. Duração dos procedimentos concursais na ARS Norte (2012 – 2015)	111
Gráfico 26. Duração dos procedimentos concursais na ARS Centro (2012 – 2015)	111

Gráfico 27. Duração dos procedimentos concursais na ARS Lisboa e Vale do Tejo (2012 – 2015)	112
Gráfico 28. Duração dos procedimentos concursais na ARS Alentejo (2012 – 2015)	112
Gráfico 29. Duração dos procedimentos concursais na ARS Algarve (2012 – 2015)	112
Gráfico 30. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros no Ministério da Saúde	115
Gráfico 31. Evolução da taxa de absentismo	117
Gráfico 32. Evolução dos custos com pessoal - totais e por entidades SPA e EPE	119
Gráfico 33. Evolução dos custos com remuneração base – totais e por entidades SPA e EPE	120
Gráfico 34. Evolução dos custos com suplementos remuneratórios – totais e por entidades SPA e EPE	121
Gráfico 35. Evolução dos custos com trabalho suplementar – totais e por entidades SPA e EPE	122
Gráfico 36. Total de cédulas de TDT emitidas (2010-2016)	144
Gráfico 37. Evolução da emissão de declarações para trabalhar no estrangeiro a Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	145
Gráfico 38. Reconhecimento de habilitações estrangeiras para Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	145
Gráfico 39. Total de cédulas de podologistas emitidas em 2015 e 2016	146
Gráfico 40. Total de cédulas de TNC emitidas em 2015	147
Gráfico 41. Total de cédulas de TNC emitidas em 2016	147
Gráfico 42. Número de médicos por especialidade	151
Gráfico 43. Distribuição dos médicos sem internos por idade e género	155
Gráfico 44. Distribuição dos médicos (total) por idade	155
Gráfico 45. Percentagem de médicos por género	156
Gráfico 46. Horas suplementares do pessoal médico (presença física e prevenção)	158
Gráfico 47. TOP 5 das especialidades médicas com maior volume de trabalho suplementar (total)	164
Gráfico 48. TOP 5 das especialidades médicas com maior volume de trabalho suplementar realizado em regime de presença física	164
Gráfico 49. TOP 5 das especialidades médicas com maior volume de trabalho suplementar realizado em regime de prevenção	165
Gráfico 50. Percentagem de horas de contratos de prestação de serviços médicos por atividade contratada	167
Gráfico 51. TOP 5 das entidades com maior volume de horas de prestação de serviços médicos	169
Gráfico 52. TOP 5 das entidades com maior volume de encargos com contratos de prestação de serviços médicos	169
Gráfico 53. Percentagem de horas de contratos de prestação de serviços médicos por tipo de contrato	174
Gráfico 54. Top 15 das especialidades com maior número de recém-especialistas do ano 2016 contratados pelo SNS	177

Gráfico 55. Top 15 das especialidades com maior taxa de recém-especialistas do ano 2016 contratados pelo SNS	177
Gráfico 56. Distribuição de enfermeiros por idade.....	179
Gráfico 57. Taxa de feminização dos enfermeiros.....	180
Gráfico 58. Taxa de feminização dos técnicos superiores de saúde	186
Gráfico 59. Distribuição dos técnicos superiores de saúde por idade.....	187
Gráfico 60. Taxa de feminização dos técnicos de diagnóstico e terapêutica	194
Gráfico 61. Distribuição dos técnicos de diagnóstico e terapêutica por idade	195

Índice de quadros

Quadro 1. Trabalhadores por grupo profissional	37
Quadro 2. Total de trabalhadores por tipo de entidade e grupo profissional.....	39
Quadro 3. Total de trabalhadores por natureza jurídica da entidade e grupo profissional	41
Quadro 4. Trabalhadores por região e grupo profissional	43
Quadro 5. Distribuição de trabalhadores por entidade, grupo profissional e tipo de contrato	46
Quadro 6. Total de trabalhadores por modalidade de contrato.....	56
Quadro 7. Total de trabalhadores por nível de escolaridade	61
Quadro 8. Distribuição de trabalhadores por período normal de trabalho e grupo profissional	63
Quadro 9. Total de dias de ausência por motivo de ausência.....	67
Quadro 10. Total de dias de ausência por grupo profissional.....	68
Quadro 11. Total de dias de ausência por grupo profissional pelos principais motivos de ausência	68
Quadro 12. Dias de ausência por região, entidade e grupo profissional.....	70
Quadro 13. Total de acidentes de trabalho/ serviço e dias perdidos	73
Quadro 14. Aposentações por tipo e grupo profissional.....	75
Quadro 15. Aposentações por região e por grupo profissional.....	76
Quadro 16. Trabalhadores que iniciaram vínculos sem termo por grupo profissional	77
Quadro 17. Trabalhadores que transitaram para vínculos sem termo por grupo profissional.....	78
Quadro 18. Encargos com pessoal.....	79
Quadro 19. Suplementos remuneratórios	80
Quadro 20. Encargos com pessoal por entidade.....	81
Quadro 21. Total custos com pessoal e média de custos por trabalhador	83
Quadro 22. Evolução do número de trabalhadores por região de saúde.....	95
Quadro 23. Evolução do número de trabalhadores por entidade	95
Quadro 24. Evolução do número de trabalhadores por grupo profissional e região	97
Quadro 25. Evolução de médicos aposentados no ativo por região.....	101
Quadro 26. Evolução de médicos aposentados no ativo por especialidade.....	101
Quadro 27. Evolução das vagas no ano comum.....	104
Quadro 28. Evolução das vagas na formação específica	104
Quadro 29. Ingressos na formação específica por especialidade	105

Quadro 30. Evolução anual de médicos recém-especialistas por especialidade	107
Quadro 31. Procedimentos concursais de Medicina Geral e Familiar	110
Quadro 32. Procedimentos concursais de Medicina Geral e Familiar coordenados pela ACSS	111
Quadro 33. Procedimentos concursais para Assistente Graduado Sénior	113
Quadro 34. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por grupo de países	115
Quadro 35. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por grupo profissional.....	115
Quadro 36. Evolução dos dias de ausência por motivo.....	117
Quadro 37. Evolução dos dias de ausência por grupo profissional	117
Quadro 38. Encargos com pessoal – totais e por entidades SPA e EPE.....	119
Quadro 39. Encargos com remuneração base do pessoal– totais e por entidades SPA e EPE.....	120
Quadro 40. Encargos com suplementos remuneratórios– totais e por entidades SPA e EPE	121
Quadro 41. Encargos com trabalho suplementar– totais e por entidades SPA e EPE.....	122
Quadro 42. Custos com pessoal por entidade e custo médio por trabalhador	123
Quadro 43. Volume total de trabalho suplementar	127
Quadro 44. Volume de trabalho suplementar por entidade	127
Quadro 45. Volume de trabalho suplementar do pessoal médico por entidade.....	130
Quadro 46. Volume de trabalho suplementar do pessoal médico por especialidade.....	133
Quadro 47. Volume de trabalho suplementar do pessoal de enfermagem	137
Quadro 48. Volume de trabalho suplementar do pessoal técnicos superiores de saúde por entidade	138
Quadro 49. Volume de trabalho suplementar dos técnicos superiores de saúde por ramo.....	140
Quadro 50. Volume de trabalho suplementar do pessoal Técnico de Diagnóstico e Terapêutica por entidade.....	140
Quadro 51. Volume de trabalho suplementar do pessoal Técnico de Diagnóstico e Terapêutica por profissão.....	142
Quadro 52. Evolução da emissão de cédulas profissionais por profissão	144
Quadro 53. Total de cédulas de TNC emitidas em 2015.....	147
Quadro 54. Total de cédulas de TNC emitidas em 2016.....	147
Quadro 55. Médicos no SNS por 1.000 habitantes	150
Quadro 56. Médicos especialistas por região e por especialidade em 2015 e 2016.....	152
Quadro 57. Número médio de horas suplementares por médico	158
Quadro 58. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por médico	158
Quadro 59. Variação percentual do trabalho suplementar por entidade (2016-2015).....	161
Quadro 60. Trabalho suplementar por especialidade e média de horas realizadas por médico	162
Quadro 61. Horas e encargos com contratação de prestação de serviços médicos por região.....	166
Quadro 62. Horas e encargos com contratação de prestação de serviços médicos por atividade contratada	167
Quadro 63. Horas e encargos de contratos de prestação de serviços médicos por entidade.....	170

Quadro 64. Top 5 das especialidades por horas e encargos de contratos de prestação de serviços médicos.....	172
Quadro 65. Horas e encargos de contratos de prestação de serviços médicos por especialidade	172
Quadro 66. Encargos de contratos de prestação de serviços médicos por tipo de contrato.....	174
Quadro 67. Total de recém-especialistas formados e contratados (em entidades SPA e EPE do SNS) por especialidade	176
Quadro 68. Enfermeiros por 1.000 habitantes	178
Quadro 69. Total de horas de trabalho suplementar realizado pelo pessoal de enfermagem	181
Quadro 70. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas	181
Quadro 71. Distribuição dos técnicos superiores de saúde por ramo.....	185
Quadro 72. Trabalho suplementar - pessoal técnico superior de saúde.....	188
Quadro 73. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por técnico superior de saúde.....	189
Quadro 74. Trabalho suplementar por ramo e média de horas realizadas por técnico superior de saúde.....	190
Quadro 75. Total de técnicos de diagnóstico e terapêutica por profissão e região de saúde	193
Quadro 76. Trabalho suplementar - pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica.....	196
Quadro 77. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por técnico de diagnóstico e terapêutica.....	197
Quadro 78. Trabalho suplementar por profissão e média de horas realizadas por técnico de diagnóstico e terapêutica.....	198
Quadro 79. Rácio de médicos e enfermeiros por 1.000 habitantes e enfermeiros por médico de 2016 nas administrações regionais de saúde (cuidados de saúde primários).....	201
Quadro 80. Rácio de médicos e enfermeiros por 1.000 habitantes e enfermeiros por médico de 2016 nas unidades locais de saúde	201
Quadro 81. Rácio de médicos e enfermeiros por 1.000 habitantes de 2016 e por estabelecimentos hospitalares do SNS.....	203
Quadro 82. Rácio de médicos e enfermeiros por cama e enfermeiros por médico em 2016 por estabelecimentos hospitalares do SNS.....	204

Considerações prévias

No âmbito do Ministério da Saúde, desde há vários anos têm vindo a ser concebidos relatórios que consolidam a informação de recursos humanos dos serviços do Ministério da Saúde (MS) e, em particular, das unidades que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS). Esta informação consubstancia um importante catalisador da transparência, eficiência e qualificação dos serviços e organismos do Ministério da Saúde, que, através da caracterização do capital humano, pretende ser um importante instrumento de suporte à otimização dos recursos disponíveis.

Neste sentido, e em sintonia com o Programa do Governo, no ano de 2016, procurou-se, através da adoção de um conjunto de medidas, contribuir, de forma decisiva, para o reconhecimento dos profissionais que integram os serviços e organismos dependentes do Ministério da Saúde, nomeadamente promovendo, em estreita colaboração e espírito de cooperação com todas as entidades e, em particular, com as estruturas sindicais representativas dos diversos grupos de pessoal, a dignificação das carreiras enquanto instrumento de melhoria contínua do próprio Serviço Nacional de Saúde.

Assim, e para além das medidas que foram adotadas em termos gerais, como por exemplo a reversão das reduções remuneratórias e aumento da remuneração mínima garantida, e ainda que se trate de um elenco que não esgota todas as ações desenvolvidas, permitimo-nos destacar aquelas que, no ano de 2016, tiveram maior impacto nos recursos humanos:

- Reforço e renovação dos recursos humanos do SNS, particularmente através da contratação de profissionais de saúde, quer por via da abertura de procedimentos concursais (ou imprimindo maior celeridade aos procedimentos em curso), quer pela via das autorizações individuais e casuísticas para celebração de contratos de trabalho;
- No caso específico dos procedimentos de recrutamento, concretamente sobre pessoal médico e pessoal de enfermagem, foi necessário rever o regime de tramitação que os mesmos envolviam, simplificando-os, por forma a garantir que o recrutamento que seja necessário promover, permita, com a maior celeridade possível, satisfazer as necessidades que justificam o preenchimento dos postos de trabalho disponibilizados;
- Ainda sobre o grupo de pessoal médico, reconhecendo que, por razões de ordem estrutural, a taxa de cobertura relativa aos cuidados médicos é ainda preocupante, sobretudo em

zonas de maior periferia, foi desenvolvido um processo de negociação coletiva de trabalho que permitiu rever o regime de incentivos constantes do Decreto-Lei n.º 101/2015, de 4 de junho, pretendendo-se com essa medida uma redução mais célere das assimetrias regionais, sempre com o objetivo claro de contribuir para a melhoria do nível de acesso aos cuidados de saúde por parte da população;

- Assim e em termos transversais, reconhecendo o caráter central que assumem os recursos humanos, nomeadamente, e em particular os médicos, procurou-se que os procedimentos de recrutamento desenvolvidos ao longo de 2016, pudessem contribuir para uma gestão equilibrada dos recursos humanos disponíveis, face às necessidades prioritárias identificadas, até para garantir um nível de resposta mais satisfatório por parte dos serviços e estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde, bem como uma prestação integrada de cuidados de saúde de maior qualidade, de modo a reduzir as desigualdades no acesso à saúde que ainda se denotam;
- Regresso ao período normal de trabalho de 35 horas semanais, por força da entrada em vigor da Lei n.º 18/2016, de 20 de junho, para os trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas;
- No que respeita ao pessoal de enfermagem, no ano 2016 procedeu-se à alteração do diploma sobre a tramitação do procedimento concursal, na sequência da qual foi dado um impulso decisivo para a conclusão do procedimento concursal para preenchimento de 774 postos de trabalho no âmbito dos cuidados primários;
- Ainda relativamente ao pessoal de enfermagem, no ano 2016, assistiu-se ao reflexo dos encargos resultantes das outorgas dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho parcelares e transitórios, celebrados com as estruturas sindicais, nos termos dos quais se determinou que para os enfermeiros em regime de contrato individual de trabalho os níveis e posições remuneratórios são os correspondentes aos aplicáveis aos trabalhadores enfermeiros integrados na carreira especial de enfermagem;
- Ao nível dos encargos com pessoal, de acordo com o previsto no artigo 2.º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, ficou concluída a reversão da redução remuneratória que havia sido introduzida durante o período de assistência económica externa a que o país esteve sujeito;
- Assistiu-se, também, à atualização da retribuição mínima mensal garantida para 530 euros (Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro);
- Uma vez que no Serviço Nacional de Saúde coexistem dois regimes de vinculação distintos, trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas e trabalhadores em regime de contrato individual de trabalho, o Ministério da Saúde tem procurado adotar medidas que, respeitadas as necessárias diferenças em relação a cada um dos regimes de

trabalho, assegurem uma harmonização mínima, indispensável, naturalmente, para a adequada rentabilização dos recursos humanos existentes;

- Considerando a escassez de pessoal médico que ainda se verifica, em particular em determinadas áreas de especialização, nomeadamente medicina geral e familiar, procurou-se rever o regime remuneratório inerente à contratação de pessoal médico aposentado, permitindo uma acumulação entre a pensão de aposentação e a remuneração correspondente às funções a exercer, superior à inicialmente prevista no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2015, de 15 de abril;
- No que respeita ao pessoal médico, reconhecendo a relevância da formação profissional e, em especial, da diferenciação técnico profissional, aspetos que, naturalmente, assumem um lugar de relevo na atividade dos serviços e estabelecimentos de saúde que, por sua vez, têm possibilitado o desenvolvimento de um sistema de especialização e formação diferenciada que permite que Portugal seja reconhecido como um exemplo em termos de formação médica, procurou sensibilizar-se os intervenientes nos procedimentos, quer de habilitação ao grau de consultor, quer de recrutamento para a categoria de assistente graduado sénior, de forma a implementar, também no âmbito destes processos, uma maior celeridade, quer nos seu desenvolvimento, quer na sua conclusão;
- Desenvolvimento dos trabalhos de cariz técnico, na sequência do Despacho n.º 9943/2016, de 29 de julho de 2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 150, de 5 de agosto de 2016, mediante o qual se constituiu um grupo de trabalho encarregue de proceder ao levantamento dos instrumentos de contratação previstos no artigo 19.º do Orçamento do Estado para 2016, salientando-se a parte referente às entidades do Setor Empresarial do Estado, tendo cabido à Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS), a realização de um diagnóstico da realidade e, na sequência da qual apresentar os dados que melhor enquadrassem a realidade do setor da saúde.

A elaboração do “Relatório Social do Ministério da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde” assenta na informação proveniente do sistema informático Recursos Humanos e Vencimentos (RHV), nos balanços sociais das diversas entidades, na recolha de informação diretamente solicitada às entidades e na informação proveniente da conta do SNS.

O presente relatório contempla os trabalhadores que em dezembro de 2016 detinham contrato de trabalho e se encontravam ativos e processáveis, não incluindo os profissionais em regime de prestação de serviços.

Tendo em conta que a fonte principal do presente relatório – aplicação informática RHV - não contempla os dados das entidades em regime de parceria público-privada (PPP), foram utilizados dados provenientes de outras fontes¹ para efeitos de contabilização do número total de

¹ Balanços sociais das entidades e outros dados enviados pelas entidades.

trabalhadores, por região, por tipologia de entidade, por natureza jurídica da entidade e por grupo profissional. Todavia, por falta de informação disponível, a análise efetuada nos demais domínios não contempla os profissionais destas entidades.

No ano 2016 não foi possível extrair do RHV toda a informação da Direção-Geral de Saúde (DGS) e da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS), motivo pelo qual, não serão contabilizadas em todos os quadros. Os quadros que não incluem informação destas entidades estão devidamente anotados.

Sumário executivo

O presente documento está organizado em três partes: a primeira é dedicada à caracterização genérica dos trabalhadores do Ministério da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde no ano 2016, e as restantes, de uma forma complementar, referem-se à evolução de diversos indicadores sociais dos recursos humanos e à caracterização das carreiras ou corpos especiais da saúde.

Relativamente ao ano 2016 podem extrair-se, desde já, as seguintes conclusões:

- O **Ministério da Saúde é o segundo maior empregador da Administração Pública**, representando cerca de 26,5% do total de trabalhadores do universo da administração central, logo a seguir ao Ministério da Educação (ME).
- Em 2016 foram contabilizados **129.915 trabalhadores nas entidades do Ministério da Saúde (MS)**, dos quais 97,3% se encontravam afetos às entidades prestadoras de cuidados de saúde primários e hospitalares e, apenas cerca de 2,7%, aos serviços centrais de natureza técnica e administrativa. O número de trabalhadores no ano em apreço apresentou um acréscimo de 2,9% face ao ano 2015. Em termos absolutos, os enfermeiros foram o grupo profissional em que se verificou maior crescimento (+1.778 enfermeiros relativamente ao ano 2015).
- Ao nível da **distribuição regional** dos trabalhadores², as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte concentram 70% dos profissionais, seguindo-se o Centro (19,0%), o Alentejo (5,0%) e o Algarve (4,6%).
- Os **grupos profissionais** com maior dimensão são o pessoal de enfermagem (42.393 trabalhadores; 32,6%), o pessoal médico (27.618; 21,3%) e o pessoal assistente operacional (26.412; 20,3%;).

Ainda em relação aos grupos profissionais, constatou-se que, em 2016, os trabalhadores integrados nos “corpos” especiais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica e técnicos superiores de saúde), correspondem a cerca de 62% dos profissionais.

- No âmbito do **tipo de entidades do MS e do SNS**, os estabelecimentos hospitalares continuam a ser o maior empregador do sistema (88.603 trabalhadores, 68,2%), seguindo-

² Os serviços ditos centrais não estão contempladas na distribuição regional, atendendo a que têm, em regra, abrangência nacional.

se, com cerca de 18,6% os trabalhadores as administrações regionais de saúde (ARS)³. Por fim, os trabalhadores das unidades locais de saúde (ULS) representam 10,5% e os serviços centrais 2,7%, conforme anteriormente referido.

- Quanto à **natureza jurídica das entidades da saúde**, as entidades públicas empresariais (EPE) agregam, no seu todo, 72% dos trabalhadores, seguidas das entidades do setor público administrativo que concentram 23% dos trabalhadores. As quatro entidades hospitalares em regime de parceria público – privado comportam 5% dos trabalhadores.
- No universo das entidades SPA e EPE constata-se que mais de metade dos **vínculos** existentes (61%) revestem a forma de contrato de trabalho em funções públicas (CTFP) e 39% consubstanciam contratos individuais de trabalho (CIT). Em termos de modalidade de contrato, cerca de 90% assumem a modalidade por tempo indeterminado ou sem termo. Os serviços centrais e a região do Alentejo têm a maior percentagem de contratos por tempo indeterminado.

A maioria dos grupos profissionais tem uma percentagem de contratos por tempo indeterminado ou sem termo, igual ou superior a 95%.

- A taxa de **feminização** global fixou-se nos 76,2%, superando a taxa global da Administração Pública (59,6%).
- No que respeita à **média de idade** por grupo profissional, variou entre os 40 e os 50 anos, correspondendo o limite mínimo aos enfermeiros e o máximo aos médicos especialistas. Os médicos internos não representam propriamente um grupo profissional uma vez que se trata de trabalhadores em formação, no entanto, se fossem considerados, apresentariam a média de idades mais baixa do intervalo (29 anos).
- Em relação a **estrutura habilitacional**, mais de metade dos trabalhadores do MS e do SNS têm curso superior (65,7%).

Da análise da estrutura habilitacional por género constata-se que para o universo feminino, 56,1 % dos trabalhadores são detentores de grau académico igual ou superior a licenciado. Relativamente ao universo dos trabalhadores do sexo masculino a mesma percentagem sobe para 62,7%.

- A **carga horária** predominante em todos os grupos profissionais é, com exceção do pessoal médico, as 35 horas semanais (55,2%), o que decorre da entrada em vigor da Lei n.º18/2016, de 20 de junho, que alterou o período normal de trabalho (PNT) em 2016. No caso do pessoal médico, mercê do respetivo enquadramento legal, predomina o período normal de trabalho de 40 horas semanais.

³ Administrações Regionais de Saúde (ARS) – serviços centrais e agrupamento de centros de saúde (ACES).

No cômputo total das EPE e SPA, cerca de 37% dos trabalhadores cumpre um PNT de 40 horas semanais.

- Em 2016 foram prestadas cerca de 11 milhões de **horas suplementares**, sendo que o trabalho suplementar em período noturno foi o mais expressivo, com 35% do total de horas, seguido do trabalho suplementar diurno e em dias de descanso semanal obrigatório, que contribuíram, respetivamente, com 25,9% e 23,5% para o volume total do trabalho suplementar realizado.
- No tocante aos dias de **ausência ao trabalho**, no decorrer do ano em apreço registaram-se mais de 3,6 milhões de dias de ausência ao trabalho por parte dos trabalhadores do Ministério da Saúde. Os principais motivos de absentismo dos trabalhadores foram a doença e a parentalidade, representando 46,6% e 32,8%, respetivamente.
- Durante o ano 2016 registaram-se 839 saídas de trabalhadores por **reforma/aposentação**, cerca de metade são ordinárias. Os assistentes operacionais foi o grupo profissional que registou o maior número de aposentações (44,9%), seguido do pessoal médico (28,2%) e dos assistentes técnicos (10,0%). A região que registou o maior número de aposentações foi a região de Lisboa e Vale do Tejo (344 aposentações).
- Em 2016 foram admitidos em regime de **contrato definitivo** 2.834 trabalhadores, dos quais 216 sob a forma de CTFP por tempo indeterminado e 2.618 na modalidade de contrato individual sem termo. Ainda no âmbito das medidas de combate à precariedade laboral, no mesmo período temporal, foram convertidas em relações laborais duradouras 2.407 situações contratuais precárias.
- Os **encargos com pessoal** no ano 2016 ascenderam a 3,6 mil milhões de euros, dos quais cerca de 26% dizem respeito a organismos integrados no setor público administrativo e 74% a estabelecimentos ou serviços incluídos no setor empresarial do estado. A remuneração base e os suplementos remuneratórios são as rúbricas que mais oneram esta despesa. O trabalho suplementar representa 1/3 do total de suplementos remuneratórios.

Em termos de caracterização da **evolução** ocorrida no âmbito dos recursos humanos da saúde, no período compreendido entre os anos **2010 e 2016** (sempre que exista informação disponível), é de salientar o seguinte:

- Em termos gerais, de **2010 a 2014** assistiu-se a uma **redução de 6,0%** no número total de trabalhadores nas entidades SPA e EPE. Essa tendência foi transversal à maioria dos grupos profissionais, com a exceção do pessoal médico (total), que tem apresentado um crescimento desde 2010.
- A partir do ano 2015 assistiu-se a uma viragem da tendência, para o universo referido anteriormente (entidades SPA e EPE), e em **dezembro de 2016** o número de

trabalhadores atingiu um total de 123.519, **mais 3.521 trabalhadores** do que no ano transato. Os aumentos mais significativos registaram-se ao nível do pessoal de enfermagem (+1.689) e do pessoal médico (+894). Nestas mesmas entidades registou-se um aumento de 229 técnicos de diagnóstico e terapêutica e 255 assistentes operacionais.

- A nível regional, todas as regiões têm vindo a assistir ao reforço dos seus recursos humanos, salientando-se o aumento mais expressivo das regiões de saúde de Lisboa e Vale do Tejo(+6,7%), do Algarve (+6,1%) e do Norte (+6,0%), em 2016 face ao ano 2015.
- De modo a dar resposta à carência de pessoal médico em Portugal, veio o Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, estabelecer as condições em que **médicos aposentados** podem exercer funções no SNS. Deste modo, desde o ano 2010, o número de médicos aposentados no ativo tem aumentado. No último ano em apreço (2016) existiam 301 médicos aposentados no ativo, o que representa um **acréscimo de 38,7%** face ao ano anterior. A região com maior número de profissionais nesta situação é a de Lisboa e Vale do Tejo. A especialidade com o maior número de médicos aposentados no ativo é a **Medicina Geral e Familiar**, que representa cerca de **62% dos profissionais** nessa situação.
- No que respeita ao **internato médico**, comparando o ano de 2010 com o ano de 2016, regista-se um **aumento de 839 ingressos no ano comum** e de **401 ingressos na formação especializada**.
- No ano 2016 **concluíram a formação especializada 1.255 médicos**, o que representa um **acréscimo de 19,2%** face ao ano de 2015 e o maior número de médicos formados da série temporal, o que evidencia o esforço significativo e constante do Ministério da Saúde na formação de novos especialistas. As especialidades de anestesiologia (+49 médicos) e medicina geral e familiar (+36 médicos) sofreram o maior aumento.
- No que concerne aos **procedimentos concursais** para os médicos de Medicina Geral e Familiar, que até ao ano 2015 estavam a cargo da respetiva Administração Regional de Saúde, no ano 2016 passaram a ser centralizados na ACSS, do que resultou a obtenção de ganhos assinaláveis em termos de celeridade dos procedimentos abertos.
- No que concerne aos **recursos humanos estrangeiros**, existe uma tendência para a estabilização de 2010 a 2015, notando-se uma ligeira subida em 2016, ano em que são contabilizados 3.115, o que representa 2,4% do total de trabalhadores do MS.

A proveniência dos recursos humanos estrangeiros foi maioritariamente de Espanha (904) entre os países membros da União Europeia, do Brasil (411) e de Angola (269) no grupo dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

Os grupos de pessoal médico (1.858) e de enfermagem (554) têm sido os mais representativos ao longo dos anos. Em 2016 esses grupos correspondiam, respetivamente, a 59,6% e 17,8% do total de trabalhadores estrangeiros no MS.

- No que respeita à **taxa de absentismo** apresentou um decréscimo até ao ano 2013, tendo aumentado progressivamente até ao ano 2016, fixando-se nos 10,7%. Destacando-se o

aumento em 2016 face ao ano 2015, das ausências por assistência a familiares e trabalhador-estudante, com acréscimos de 28,1% e 22,7%, respetivamente. Por outro lado é de realçar a diminuição significativa ocorrida nos dias de trabalho perdidos por motivo de greve, o que, por certo, resulta do diálogo que tem sido mantido com as diversas estruturas sindicais.

- Em 2016 os **encargos com pessoal** totalizaram 3,655 mil milhões de euros, o que representa um acréscimo de 5,4% face ao ano de 2015. Para o efeito contribuíram quer o aumento do número de trabalhadores, quer a reversão dos cortes remuneratórios que haviam sido introduzidos aquando da intervenção económica externa a que o país esteve sujeito. Entre 2013 e 2015 assistiu-se a uma certa estabilização, destacando-se o ano 2012, pelo registo do menor volume de encargos com pessoal, o que se justifica pelo não pagamento dos subsídios de férias e de Natal.
- No **trabalho suplementar**, a nível global, constata-se que existiu um aumento em 2016 face ao ano anterior (5,4%).

Destaca-se o pessoal de enfermagem, visto que foi neste grupo profissional que o aumento foi maior em termos percentuais (24%), devido ao impacto da alteração do período normal de trabalho no trabalho por turnos.

- No âmbito das suas atribuições, cabe à ACSS a **certificação profissional** dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, podologistas e terapêuticas não convencionais, através da emissão de cédulas, certidões.

No ano 2016 foram emitidas 3.878 cédulas profissionais dos TDT, sendo a profissão de com maior número de cédulas emitidas desde 2010 a de Fisioterapeuta (8.898 cédulas), seguida de Técnico de Análises Clínicas e de Saúde Pública (6.799 cédulas) e Técnico de Farmácia (5.338 cédulas). Em 2016, relativamente a 2015 destaca-se a diminuição em 234 no número de declarações emitidas a TDT para trabalhar no estrangeiro. Esta redução estará, certamente, relacionada com a maior empregabilidade verificada no país, no caso concreto, em particular nos serviços e organismos integrados no SNS.

Em 2015 e 2016 foi emitido um total de 389 cédulas profissionais de Podologista.

No que concerne às terapêuticas não convencionais, foram emitidas 79 cédulas em 2015 e 1.737 em 2016. No ano de 2016, assume particular destaque a Acupuntura com 717 cédulas emitidas, cerca de 41% do valor total.

Da caracterização das carreiras ou corpos especiais da saúde, sumariza-se o seguinte:

- **Pessoal médico:** Em 2016 os **médicos totalizam 27.618 profissionais**, e destes aproximadamente 68% são especialistas e 32% são internos. A distribuição regional do pessoal médico reflete a distribuição demográfica, sendo que os médicos das regiões do Norte

e Lisboa e de Vale do Tejo, no seu conjunto, representam 74,4% do total, seguindo-se as regiões do Centro com 18,3%, do Alentejo com 3,6% e do Algarve com 3,5%. Para efeitos de comparabilidade entre as diferentes regiões, foi utilizado o **rácio de médicos por mil habitantes**, onde se constata que a região do Centro tem o rácio mais elevado (2,9 médicos por 1.000 habitantes), superando o rácio nacional que se situa nos 2,7 médicos por 1000 habitantes.

Tendo por base o **número de médicos especialistas por especialidade**, constata-se que 65,5% dizem respeito a especialidades hospitalares, 30,4% a Medicina Geral e Familiar, 1,4% a Saúde Pública (2,3% a outras especialidades onde estão incluídas a Medicina do Trabalho, Medicina Desportiva e outras situações). No ano de 2016, a especialidade com maior número de médicos é a Medicina Geral e Familiar (5.413), tendo esta especialidade apresentado uma taxa de retenção global de 88%, o que demonstra a relevância dos cuidados de saúde primários e todo esforço realizado no sentido de procurar alcançar o objetivo de proporcionar Médico de Família a todos utentes do SNS.

No que concerne à idade, no ano em apreço a idade média dos médicos especialistas é cerca de 50 anos, sendo que 54,7% ultrapassa essa idade.

À semelhança do que ocorre nos restantes grupos profissionais existem mais profissionais do sexo feminino (59,1%) do que do masculino (40,9%).

Durante o ano 2016 o pessoal médico realizou cerca de 5,8 milhões de **horas suplementares**, das quais aproximadamente 79% foram realizadas em presença física e 21% em regime de prevenção. Considerando o número de médicos que realizou trabalho suplementar durante o ano 2016, constata-se que, em média, cada um deles realizou 327 horas.

A atividade médica realizada em regime de **prestação de serviços** consumiu cerca de 3,4 milhões de horas e contabilizou gastos de 97,6 milhões de euros. A atividade médica realizada sob a forma de prestação de serviços visa, maioritariamente, assegurar a prestação de trabalho em contexto de urgência, representando cerca de 65% do total.

A **taxa** média de **retenção** global dos **médicos recém-especialistas** que concluíram o internato médico no ano de 2016, foi até à data, na ordem dos 81%. Evidencia-se as especialidades médicas em que a totalidade (ou quase totalidade) dos recém-especialistas foi prontamente admitida em entidades do SNS: Cirurgia Cardiorácica (100%), Neurorradiologia (100%), Cirurgia Maxilo-Facial (100%), Cardiologia (91%) e Patologia Clínica (91%).

- **Pessoal de enfermagem:** Em 2016, o pessoal de enfermagem totalizava **42.393 profissionais**, distribuídos pelas regiões de Saúde e serviços centrais. As regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo concentram o maior número de profissionais. No entanto, ao contrário do que sucede com o pessoal médico, a região de Lisboa e Vale do Tejo é a que possui maior número de enfermeiros. Em termos de número de enfermeiros por 1000 habitantes, o valor mais elevado pertence novamente à região do Centro (4,8 enfermeiros por mil

habitantes) seguindo-se a região do Algarve (4,3 enfermeiros por 1000 habitantes), as duas regiões superaram o rácio nacional (4,2 enfermeiros por 1000 habitantes).

Da análise da informação existente contata-se que existem 1,69 enfermeiros por cada médico. Relativamente à idade, mais de metade dos enfermeiros (52%) têm menos de 40 anos, o que conjugado com a sua distribuição por género (83,4% são do sexo feminino), influencia significativamente a taxa de absentismo.

Durante o ano 2016 o pessoal de enfermagem realizou cerca de 2,18 milhões de **horas suplementares**, o que, face ao número de enfermeiros que assegurou essa prestação de trabalho, corresponde a uma média de 105 horas por cada profissional. Tendo em conta o número total de enfermeiros das entidades EPE e SPA, constata-se que cerca de 51,6% realizou trabalho suplementar.

- **Pessoal técnico superior de saúde:** Em dezembro de 2016 existem 1.714 técnicos superiores de saúde, com maior concentração na região de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte. No universo dos trabalhadores integrados na carreira de TSS, os mais representativos são os psicólogos clínicos (37%) e os farmacêuticos (26%).

No que respeita às idades, destaca-se uma concentração de profissionais no intervalo de idades compreendido entre os 40 e os 44 anos,

Em termos de distribuição por género, os TSS são maioritariamente do sexo feminino (86,2%).

Durante o ano 2016, os TSS realizaram cerca de 152 mil horas suplementares, o que corresponde a uma média de 346 horas por cada profissional que realizou, de facto, trabalho suplementar.

- **Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica** – Os TDT totalizavam 8.207 profissionais em 2016, com uma distribuição regional semelhante ao TSS.

As profissões que abrangem mais trabalhadores são a de técnico de análises clínicas e de saúde pública (24%), técnico de radiologia (19%) e fisioterapeuta (12%).

Em termos etários existe uma concentração relevante de trabalhadores em idades compreendidas entre os 32 anos e os 34 anos. A taxa de feminização fixou-se nos 79,3%.

No ano 2016, os TDT efetuaram cerca de 589 mil horas de trabalho suplementar, o que corresponde a uma média de 224 horas por cada profissional que realizou trabalho suplementar, os quais representam aproximadamente 1/3 do total de TDT.

Parte I

Recursos humanos do Serviço Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde – Ano 2016

Setorialmente o conjunto das entidades e organismos dependentes do Ministério da Saúde constitui o segundo maior empregador da administração pública.

Em dezembro de 2016 desempenhavam funções no âmbito das entidades e organismos dependentes do Ministério da Saúde 129.915 trabalhadores, o que representa o maior número de efetivos de que há registo.

O grupo de pessoal com maior número de efetivos é o pessoal de enfermagem com 32,6% do total de trabalhadores, seguido do pessoal médico com 21,3%.

Os estabelecimentos hospitalares (isoladamente considerados) concentram 70% do universo dos trabalhadores, seguidos das Administrações Regionais de Saúde com cerca de 19%.

As entidades públicas empresariais detêm mais de 70% dos trabalhadores e as entidades em regime de parceria público-privada representam 5% do total de efetivos.

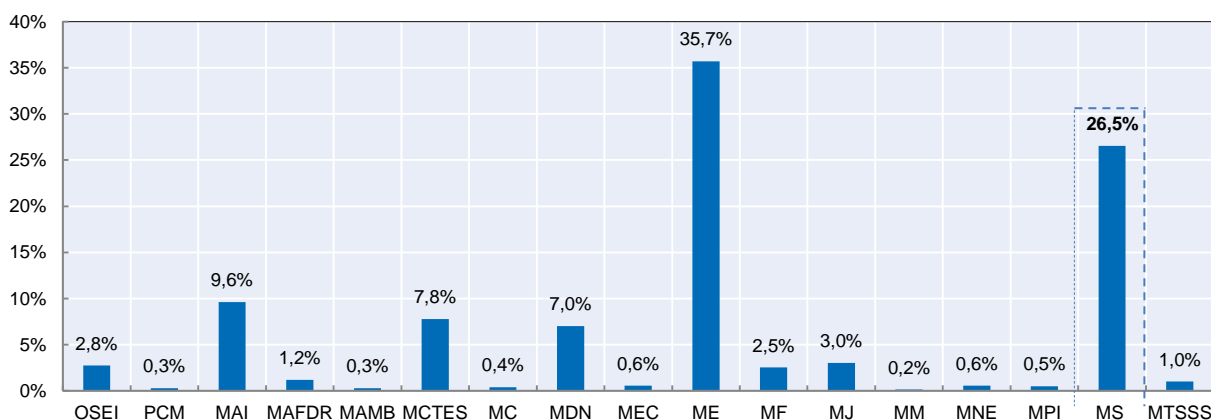
Cerca de 90% dos trabalhadores detêm um contrato de trabalho por tempo indeterminado ou sem termo. Desde novembro de 2015 foram convertidos em contrato sem termo cerca de 2.400 de situações de emprego precário e contratados em regime de contrato sem termo ou por tempo indeterminado mais de 2.800 trabalhadores.

No ano 2016 aposentaram-se 839 trabalhadores e a região de Lisboa e Vale do Tejo foi a que registou o maior volume de aposentações.

1. Distribuição setorial dos trabalhadores na administração pública

No seio da administração pública em Portugal continental, em termos setoriais, o conjunto das entidades e organismos dependentes do Ministério da Saúde constitui o segundo maior empregador, apenas precedido pelo universo das entidades que integram o Ministério da Educação, tal como indicado no gráfico seguinte.

Gráfico 1. Distribuição percentual de trabalhadores na administração pública



Legenda: **OSEI** - Órgãos de Soberania e Entidades Independentes; **PCM** - Presidência do Conselho de Ministros; **MAI** - Ministério da Administração Interna; **MAFDR** - Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural; **MAMB** - Ministério do Ambiente; **MCTES** - Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior; **MC** - Ministério da Cultura; **MDN** - Ministério da Defesa Nacional; **MEC** - Ministério da Economia; **ME** - Ministério da Educação; **MF** - Ministério das Finanças; **MJ** - Ministério da Justiça; **MM** - Ministério do Mar; **MNE** - Ministério dos Negócios Estrangeiros; **MPI** - Ministério do Planeamento e das Infraestruturas; **MS** - Ministério da Saúde; **MTSSS** - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

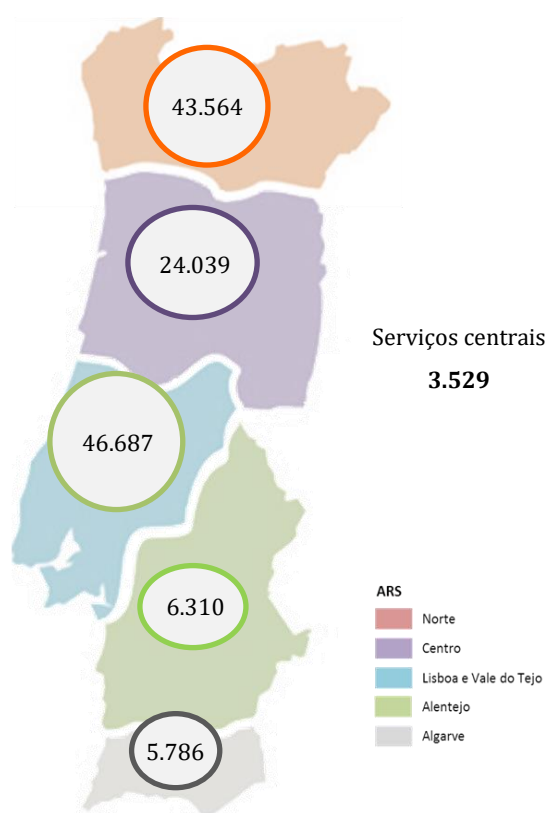
Fonte: Síntese Estatística do Emprego Público (DGAEP), dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

Esta distribuição representa o contínuo esforço por parte do Estado Português em dotar-se dos trabalhadores necessários à satisfação das necessidades sociais e particularmente uma garantia de efetivação do direito fundamental à proteção da saúde.

2. Trabalhadores do SNS e do Ministério da Saúde por região de saúde

No âmbito do Ministério da Saúde o território de Portugal continental encontra-se dividido em cinco regiões de Saúde. A distribuição dos trabalhadores pelas regiões de saúde é a que consta do mapa seguinte. Concomitantemente, a par da afetação regional dos recursos humanos, existe também um conjunto de entidades, designadas de forma simplificada por serviços “centrais” que, dadas as suas atribuições, possuem uma abrangência nacional.

Figura 1. Total de trabalhadores por região de saúde



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

As regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo concentram mais de 70% dos trabalhadores regionais, o que está em correspondência com a distribuição demográfica.

3. Trabalhadores por grupo profissional

Os trabalhadores da área da saúde, mercê da sua multidisciplinaridade, agrupam-se em diversos grupos profissionais ou carreiras, cujas atividades são desenvolvidas em termos interdisciplinares.

Os trabalhadores integrados em carreiras ou «corpos» especiais da saúde (pessoal médico, de enfermagem, técnico de diagnóstico e terapêutica e técnico superior de saúde) correspondem a cerca de 62% do total de efetivos.

Quadro 1. **Trabalhadores por grupo profissional**

Grupos Profissionais	Número de trabalhadores	%
Médicos	27.618	21,3%
Enfermeiros	42.393	32,6%
Técnicos superiores de saúde	1.714	1,3%
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	8.207	6,3%
Assistentes técnicos	16.507	12,7%
Assistentes operacionais	26.412	20,3%
Outros	7.064	5,4%
Total	129.915	100,0%

Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

Os grupos profissionais de maior dimensão são o pessoal de enfermagem que representa 32,6% do total de efetivos, o pessoal médico com 21,3% e o pessoal assistente operacional que detém 20,3% do total de trabalhadores.

Em «Outros» estão incluídos, nomeadamente, o pessoal técnico superior, o pessoal de informática e os técnicos de emergência pré-hospitalar.

4. Trabalhadores por tipo de entidade

Em função das atribuições e da tipologia de prestação de cuidados podem agrupar-se as entidades ou organismos da área da saúde em quatro tipos diferentes: as Administrações Regionais de Saúde, os estabelecimentos hospitalares, as unidades locais de saúde e os serviços centrais.

A distribuição dos trabalhadores por grupo profissional e tipo de entidade, consta do quadro seguinte, do qual ressalta que os estabelecimentos hospitalares se constituem como os maiores empregadores do sistema.

Quadro 2. Total de trabalhadores por tipo de entidade e grupo profissional

Entidade	Médicos	Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	Outros	Total
Administrações Regionais de Saúde	7.000	6.971	427	810	5.374	2.297	1.252	24.131
Estabelecimentos hospitalares	18.098	30.379	999	6.317	8.660	21.015	3.135	88.603
Unidades locais de saúde	2.456	4.842	160	856	1.906	2.881	551	13.652
Serviços centrais	64	201	128	224	567	219	2.126	3.529
Total	27.618	42.393	1.714	8.207	16.507	26.412	7.064	129.915

Legenda: TSS – Técnico Superior de Saúde; TDT – Técnico de Diagnóstico e Terapêutica; AT – Assistente Técnico; AO – Assistente Operacional

Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

O universo dos estabelecimentos hospitalares (isoladamente considerados) concentra quase 70% dos trabalhadores das entidades e serviços da área da Saúde, seguindo-se, com cerca de 19%, os trabalhadores afetos às Administrações Regionais de Saúde.

Os trabalhadores integrados nas unidades locais de saúde representam cerca de 11% e os efetivos dos serviços centrais 2,7%.

5. Trabalhadores por natureza jurídica da entidade

No que respeita à sua natureza jurídica, as entidades da Saúde podem dividir-se em três tipos diferentes: as entidades do setor público administrativo (SPA), as entidades públicas empresariais (EPE) e as entidades em regime de parceria público-privado (PPP).

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos trabalhadores por grupo profissional e tipo de entidade, sendo possível constatar que as EPE agregam, no seu todo, mais de 70% dos trabalhadores.

Quadro 3. Total de trabalhadores por natureza jurídica da entidade e grupo profissional

Entidade	Médicos	Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	Outros	Total
Setor público administrativo	7.495	8.076	621	1.222	6.175	3.066	3.286	29.941
Entidades públicas empresariais	18.707	32.291	1.002	6.587	9.682	21.709	3.600	93.578
Parcerias público-privada	1.416	2.026	91	398	650	1.637	178	6.396
Total	27.618	42.393	1.714	8.207	16.507	26.412	7.064	129.915

Legenda: **TSS** – Técnico Superior de Saúde; **TDT** – Técnico de Diagnóstico e Terapêutica; **AT** – Assistente Técnico; **AO** – Assistente Operacional

Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

As entidades do setor público administrativo – nas quais se incluem os serviços centrais – concentram cerca de 23% dos trabalhadores e as quatro entidades hospitalares em regime de parceria público-privado (PPP) comportam 5% do total de trabalhadores.

6. Trabalhadores por região e grupo profissional

A maioria dos recursos humanos do Ministério da Saúde concentra-se nas regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo, o que, naturalmente, se justifica por serem as zonas com mais habitantes. No que concerne ao pessoal médico, as duas regiões concentram cerca de 73% destes profissionais.

Quadro 4. Trabalhadores por região e grupo profissional

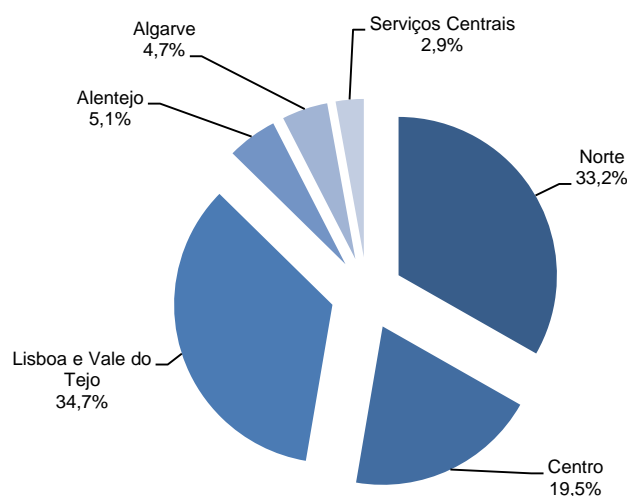
Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
Norte	6.672	3116	9.788	13.812	505	2.180	5.135	8.055	1.118	181	271	41.045
Centro	3.461	1586	5.047	8393	342	1.480	3.018	4.899	573	114	173	24.039
Lisboa e Vale do Tejo	6.218	3125	9.343	13.894	523	3.042	5.356	8.965	1.153	173	361	42.810
Alentejo	701	280	981	2.118	69	455	968	1.378	207	50	84	6.310
Algarve	684	295	979	1.949	56	428	813	1.259	230	32	40	5.786
Serviços centrais	64	0	64	201	128	224	567	219	775	65	1.286	3.529
Total geral	17.800	8.402	26.202	40.367	1.623	7.809	15.857	24.775	4.056	615	2.215	123.519

Legenda: TSS – Técnico superior de saúde; TDT – Técnico de diagnóstico e terapêutica; AT – Assistente técnico; AO – Assistente operacional; TS – Técnico superior; TI – Técnico de Informática

Nota: Não inclui as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

Gráfico 2. Percentagem de trabalhadores por região



Nota: Não inclui as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

7. Trabalhadores por entidade, grupo profissional e tipo de contrato

Tendo em consideração o critério utilizado na elaboração do presente relatório: trabalhadores ativos e processáveis no mês de dezembro 2016⁴, a distribuição dos trabalhadores por entidade, grupo profissional e modalidade de contrato é a que consta do quadro seguinte.

Em termos de modalidade de contrato, verifica-se que a região Alentejo tem a maior percentagem de contratos sem termo (92,9%).

Salienta-se também a taxa elevada dos serviços centrais, cujos trabalhadores têm maioritariamente contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, devido à natureza jurídica das entidades.

No que respeita aos grupos profissionais, a maioria tem uma percentagem de contratos sem termo igual ou superior a 95%, com a exceção dos internos, cujo regime de vinculação, por regra, reveste a modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto.

Em termos mais detalhados, a distribuição dos trabalhadores que integram as entidades públicas empresariais e as entidades do setor público administrativo, por grupo profissional e tipo de contrato, a dezembro de 2016, é a que consta do quadro seguinte:

⁴ Não inclui trabalhadores processáveis com remuneração fixa = 0, nem ativos sem contrato de trabalho (estagiários, prestações de serviço, CEI).

Quadro 5. Distribuição de trabalhadores por entidade, grupo profissional e tipo de contrato

Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
Norte	6.672	3.116	9.788	13.812	505	2.180	5.135	8.055	1.118	181	271	41.045
ARS Norte, IP	1.972	743	2.715	2.662	136	191	1.940	837	369	24	35	8.909
Tempo indeterminado/Sem termo	1.928	1	1.929	2.507	116	187	1.845	722	365	23	35	7.729
Termo (certo e incerto)	44	742	786	155	20	4	95	115	4	1	0	1.180
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	275	157	432	904	27	165	222	613	41	18	11	2.433
Tempo indeterminado/Sem termo	270	0	270	870	27	157	222	592	38	18	11	2.205
Termo (certo e incerto)	5	157	162	34	0	8	0	21	3	0	0	228
CH Póvoa do Varzim – Vila do Conde, EPE	92	30	122	218	5	35	70	159	30	4	6	649
Tempo indeterminado/Sem termo	91	0	91	196	5	32	67	153	29	4	6	583
Termo (certo e incerto)	1	30	31	22	0	3	3	6	1	0	0	66
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	519	299	818	1.143	31	180	279	829	58	14	21	3.373
Tempo indeterminado/Sem termo	516	0	516	1.044	31	171	275	708	50	14	21	2.830
Termo (certo e incerto)	3	299	302	99	0	9	4	121	8	0	0	543
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	257	123	380	634	18	119	169	571	32	10	10	1.943
Tempo indeterminado/Sem termo	255	0	255	565	18	109	164	543	32	10	10	1.706
Termo (certo e incerto)	2	123	125	69	0	10	5	28	0	0	0	237
CH S. João, EPE	868	507	1.375	2.122	34	335	397	1.120	157	22	38	5.600
Tempo indeterminado/Sem termo	863	0	863	2.087	34	328	389	1.092	145	22	38	4.998
Termo (certo e incerto)	5	507	512	35	0	7	8	28	12	0	0	602

Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
CH Médio Ave, EPE	163	47	210	356	13	78	109	259	14	3	16	1.058
Tempo indeterminado/Sem termo	162	0	162	345	13	77	108	249	14	3	16	987
Termo (certo e incerto)	1	47	48	11	0	1	1	10	0	0	0	71
CH Porto, EPE	680	370	1.050	1.331	64	295	418	923	84	18	29	4.212
Tempo indeterminado/Sem termo	679	1	680	1.217	64	277	416	873	81	17	28	3.653
Termo (certo e incerto)	1	369	370	114	0	18	2	50	3	1	1	559
CH Tâmega e Sousa, EPE	236	129	365	573	10	108	228	429	42	12	16	1.783
Tempo indeterminado/Sem termo	236	0	236	569	10	107	228	429	42	12	16	1.649
Termo (certo e incerto)	0	129	129	4	0	1	0	0	0	0	0	134
H Senhora da Oliveira, Guimarães, EPE	245	142	387	567	11	97	124	297	30	4	11	1.528
Tempo indeterminado/Sem termo	244	0	244	535	10	92	117	247	29	4	11	1.289
Termo (certo e incerto)	1	142	143	32	1	5	7	50	1	0	0	239
H Santa Maria Maior, EPE – Barcelos	60	32	92	174	5	27	43	140	12	3	6	502
Tempo indeterminado/Sem termo	60	0	60	166	5	25	43	135	12	3	6	455
Termo (certo e incerto)	0	32	32	8	0	2	0	5	0	0	0	47
H Magalhães Lemos	37	17	54	132	12	9	29	123	15	2	9	385
Tempo indeterminado/Sem termo	37	0	37	113	12	9	29	107	15	2	9	333
Termo (certo e incerto)	0	17	17	19	0	0	0	16	0	0	0	52
IPO Porto, EPE	275	83	358	697	70	181	197	500	63	13	14	2.093
Tempo indeterminado/Sem termo	274	0	274	670	67	179	185	488	63	13	14	1.953
Termo (certo e incerto)	1	83	84	27	3	2	12	12	0	0	0	140

PARTE I | 7. TRABALHADORES POR ENTIDADE, GRUPO PROFISSIONAL E TIPO DE CONTRATO

Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
ULS Alto Minho, EPE	391	159	550	885	35	104	348	466	60	9	14	2.471
Tempo indeterminado/Sem termo	389	0	389	833	35	104	348	466	60	9	14	2.258
Termo (certo e incerto)	2	159	161	52	0	0	0	0	0	0	0	213
ULS Nordeste, EPE	205	77	282	624	25	128	274	414	59	14	7	1.827
Tempo indeterminado/Sem termo	203	0	203	618	18	117	271	395	55	14	7	1.698
Termo (certo e incerto)	2	77	79	6	7	11	3	19	4	0	0	129
ULS Matosinhos, EPE	397	201	598	790	9	128	288	375	52	11	28	2.279
Tempo indeterminado/Sem termo	394	0	394	726	9	121	279	367	48	11	28	1.983
Termo (certo e incerto)	3	201	204	64	0	7	9	8	4	0	0	296
Centro	3.461	1.586	5.047	8.393	342	1.480	3.018	4.899	573	114	173	24.039
ARS Centro, IP	971	299	1.270	1.234	74	150	1.023	485	191	20	20	4.467
Tempo indeterminado/Sem termo	928	2	930	1.234	60	145	962	443	191	20	20	4.005
Termo (certo e incerto)	43	297	340	0	14	5	61	42	0	0	0	462
CH Cova da Beira, EPE	116	52	168	387	5	92	166	290	68	9	8	1.193
Tempo indeterminado/Sem termo	108	0	108	379	5	92	166	288	67	9	8	1.122
Termo (certo e incerto)	8	52	60	8	0	0	0	2	1	0	0	71
CH Baixo Vouga, EPE	238	107	345	659	20	108	136	360	19	5	17	1.669
Tempo indeterminado/Sem termo	238	0	238	619	20	99	134	338	19	5	17	1.489
Termo (certo e incerto)	0	107	107	40	0	9	2	22	0	0	0	180
CH Leiria, EPE	221	127	348	744	21	120	160	515	30	9	10	1.957

Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
Tempo indeterminado/Sem termo	217	0	217	716	21	114	151	500	29	9	8	1.765
Termo (certo e incerto)	4	127	131	28	0	6	9	15	1	0	2	192
CH Tondela – Viseu, EPE	319	178	497	842	23	160	228	510	25	6	18	2.309
Tempo indeterminado/Sem termo	318	0	318	799	23	154	225	488	25	6	18	2.056
Termo (certo e incerto)	1	178	179	43	0	6	3	22	0	0	0	253
Centro de Med. Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais	13	8	21	67	1	18	18	31	4	3	4	167
Tempo indeterminado/Sem termo	13	0	13	67	1	18	15	31	4	3	4	156
Termo (certo e incerto)	0	8	8	0	0	0	3	0	0	0	0	11
CH Universitário de Coimbra, EPE	990	616	1.606	2.781	119	480	708	1.603	123	28	55	7.503
Tempo indeterminado/Sem termo	983	2	985	2.717	118	471	701	1.602	120	28	55	6.797
Termo (certo e incerto)	7	614	621	64	1	9	7	1	3	0	0	706
H Arce. João Crisóstomo - Cantanhede	4	0	4	34	2	8	20	22	3	1	3	97
Tempo indeterminado/Sem termo	4	0	4	34	2	8	20	22	3	1	3	97
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	85	40	125	205	5	51	61	123	21	3	4	598
Tempo indeterminado/Sem termo	83	0	83	196	5	50	61	121	20	3	4	543
Termo (certo e incerto)	2	40	42	9	0	1	0	2	1	0	0	55
H Dr. Francisco Zagalo - Ovar	16	0	16	49	0	11	17	29	3	0	3	128
Tempo indeterminado/Sem termo	16	0	16	49	0	11	17	29	3	0	3	128
IPO Coimbra, EPE	138	38	176	265	28	95	125	255	22	8	12	986

PARTE I | 7. TRABALHADORES POR ENTIDADE, GRUPO PROFISSIONAL E TIPO DE CONTRATO

Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
Tempo indeterminado/Sem termo	138	0	138	253	28	90	122	241	22	8	11	913
Termo (certo e incerto)	0	38	38	12	0	5	3	14	0	0	1	73
ULS Guarda, EPE	197	59	256	667	28	115	182	391	35	11	11	1.696
Tempo indeterminado/Sem termo	184	0	184	645	28	115	181	391	35	11	11	1.601
Termo (certo e incerto)	13	59	72	22	0	0	1	0	0	0	0	95
ULS Castelo Branco, EPE	153	62	215	459	16	72	174	285	29	11	8	1.269
Tempo indeterminado/Sem termo	142	0	142	453	16	72	173	283	29	11	7	1.186
Termo (certo e incerto)	11	62	73	6	0	0	1	2	0	0	1	83
Lisboa e Vale do Tejo	6.218	3.125	9.343	13.894	523	3.042	5.356	8.965	1.153	173	361	42.810
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	1.903	636	2.539	2.465	165	299	1.914	649	326	35	32	8.424
Tempo indeterminado/Sem termo	1.791	6	1.797	2.461	157	287	1.802	603	317	35	32	7.491
Termo (certo e incerto)	112	630	742	4	8	12	112	46	9	0	0	933
CH Barreiro Montijo, EPE	177	86	263	621	11	153	171	443	36	8	15	1.721
Tempo indeterminado/Sem termo	175	0	175	534	11	151	168	406	36	8	15	1.504
Termo (certo e incerto)	2	86	88	87	0	2	3	37	0	0	0	217
CH Lisboa Central, EPE	1.032	564	1.596	2.449	64	646	719	1.767	146	26	49	7.462
Tempo indeterminado/Sem termo	1.025	0	1.025	2.388	64	645	717	1.731	140	26	49	6.785
Termo (certo e incerto)	7	564	571	61	0	1	2	36	6	0	0	677
CH Lisboa Ocidental, EPE	525	335	860	1.310	29	305	385	865	79	13	27	3.873
Tempo indeterminado/Sem termo	515	0	515	1.212	29	298	380	836	77	12	27	3.386

Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
Termo (certo e incerto)	10	335	345	98	0	7	5	29	2	1	0	487
CH Setúbal, EPE	229	113	342	720	9	158	215	625	47	7	22	2.145
Tempo indeterminado/Sem termo	227	0	227	696	9	148	209	583	47	7	22	1.948
Termo (certo e incerto)	2	113	115	24	0	10	6	42	0	0	0	197
CH Médio Tejo, EPE	138	59	197	699	25	141	173	515	49	12	14	1.825
Tempo indeterminado/Sem termo	135	0	135	675	25	138	173	495	49	12	14	1.716
Termo (certo e incerto)	3	59	62	24	0	3	0	20	0	0	0	109
CH Oeste	156	95	251	567	14	115	186	323	25	7	12	1.500
Tempo indeterminado/Sem termo	155	0	155	567	14	111	178	303	24	7	12	1.371
Termo (certo e incerto)	1	95	96	0	0	4	8	20	1	0	0	129
CH Lisboa Norte, EPE	814	580	1.394	1.866	77	499	638	1.488	170	26	67	6.225
Tempo indeterminado/Sem termo	811	2	813	1.813	77	485	634	1.464	168	26	67	5.547
Termo (certo e incerto)	3	578	581	53	0	14	4	24	2	0	0	678
CH Psiquiátrico de Lisboa	54	43	97	163	48	26	54	137	20	2	12	559
Tempo indeterminado/Sem termo	54	0	54	162	19	25	46	125	19	2	12	464
Termo (certo e incerto)	0	43	43	1	29	1	8	12	1	0	0	95
H Distrital de Santarém, EPE	176	105	281	590	12	108	136	435	27	5	13	1.607
Tempo indeterminado/Sem termo	167	0	167	566	12	102	133	433	27	5	13	1.458
Termo (certo e incerto)	9	105	114	24	0	6	3	2	0	0	0	149
H Garcia de Orta, EPE - Almada	370	181	551	923	11	194	226	612	68	10	30	2.625
Tempo indeterminado/Sem termo	364	0	364	859	11	185	224	547	63	10	29	2.292

PARTE I | 7. TRABALHADORES POR ENTIDADE, GRUPO PROFISSIONAL E TIPO DE CONTRATO

Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
Termo (certo e incerto)	6	181	187	64	0	9	2	65	5	0	1	333
H Prof. Dr. Fernando Fonseca, EPE	370	233	603	963	35	203	284	685	53	10	30	2.866
Tempo indeterminado/Sem termo	365	0	365	923	35	200	278	671	53	10	30	2.565
Termo (certo e incerto)	5	233	238	40	0	3	6	14	0	0	0	301
IPO Lisboa, EPE	240	87	327	534	22	185	236	405	102	11	33	1.855
Tempo indeterminado/Sem termo	232	0	232	518	22	182	233	370	94	11	33	1.695
Termo (certo e incerto)	8	87	95	16	0	3	3	35	8	0	0	160
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	34	8	42	24	1	10	19	16	5	1	5	123
Tempo indeterminado/Sem termo	32	0	32	24	1	10	19	16	5	1	5	113
Termo (certo e incerto)	2	8	10	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Alentejo	701	280	981	2.118	69	455	968	1.378	207	50	84	6.310
ARS Alentejo, IP	115	28	143	191	17	25	181	94	65	9	14	739
Tempo indeterminado/Sem termo	109	0	109	191	17	25	181	94	65	9	14	705
Termo (certo e incerto)	6	28	34	0	0	0	0	0	0	0	0	34
H Espírito Santo – Évora, EPE	184	99	283	510	5	121	147	334	34	7	20	1.461
Tempo indeterminado/Sem termo	181	0	181	486	5	119	144	334	34	7	20	1.330
Termo (certo e incerto)	3	99	102	24	0	2	3	0	0	0	0	131
ULS Baixo Alentejo, EPE	163	61	224	540	33	121	245	394	43	17	17	1.634
Tempo indeterminado/Sem termo	160	0	160	524	32	110	243	363	41	16	17	1.506

Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
Termo (certo e incerto)	3	61	64	16	1	11	2	31	2	1	0	128
ULS Norte Alentejano, EPE	150	48	198	533	6	114	245	355	42	9	22	1.524
Tempo indeterminado/Sem termo	146	0	146	530	6	109	245	351	42	9	22	1.460
Termo (certo e incerto)	4	48	52	3	0	5	0	4	0	0	0	64
ULS Litoral Alentejano, EPE	89	44	133	344	8	74	150	201	23	8	11	952
Tempo indeterminado/Sem termo	89	0	89	319	8	69	147	190	22	8	11	863
Termo (certo e incerto)	0	44	44	25	0	5	3	11	1	0	0	89
Algarve	684	295	979	1.949	56	428	813	1.259	230	32	40	5.786
ARS Algarve, IP	251	82	333	419	35	145	316	232	90	10	12	1.592
Tempo indeterminado/Sem termo	231	0	231	407	35	126	257	204	83	10	12	1.365
Termo (certo e incerto)	20	82	102	12	0	19	59	28	7	0	0	227
CH Algarve, EPE	433	213	646	1.530	21	283	497	1.027	140	22	28	4.194
Tempo indeterminado/Sem termo	425	1	426	1.489	21	269	495	1.025	136	22	28	3.911
Termo (certo e incerto)	8	212	220	41	0	14	2	2	4	0	0	283
Serviços centrais	64	0	64	201	128	224	567	219	775	65	1.286	3.529
Tempo indeterminado/Sem termo	60	0	60	190	125	199	522	213	746	65	1.280	3.400
Termo (certo e incerto)	4	0	4	11	3	25	45	6	29	0	6	129
Total geral	17.800	8.402	26.202	40.367	1.623	7.809	15.857	24.775	4.056	615	2.215	123.519

Legenda: **TSS** - Técnico Superior de Saúde; **TDT** - Técnico de Diagnóstico e Terapêutica; **AT** - Assistente Técnico; **AO** - Assistente Operacional; **TS** - Técnico Superior; **TI** - Informático

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

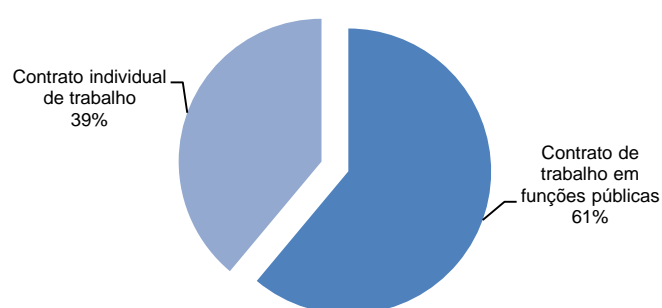
Fonte: Dados provenientes do RHV

8. Trabalhadores por vínculo

No SNS, mercê da natureza jurídica das entidades que o integram, coexistem dois tipos de vínculo para os trabalhadores – o contrato de trabalho em funções públicas e o contrato individual de trabalho.

Para o universo das entidades SPA e EPE, constata-se que 61% dos vínculos existentes revestem a forma de contrato de trabalho em funções públicas e que 39% consubstanciam contratos individuais de trabalho.

Gráfico 3. Percentagem de trabalhadores por tipo de vínculo em 2016



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP, DGS e IGAS

Fonte: Dados provenientes do RHV

Em termos de modalidade de contrato, aproximadamente 90% dos vínculos existentes assumem a modalidade de contrato por tempo indeterminado ou sem termo. Os restantes 10% que consubstanciam contratos a termo (certo ou incerto) dizem maioritariamente respeito aos médicos internos, cerca de 67%, cuja modalidade de vinculação, como ficou dito, decorrente do regime jurídico do Internato Médico, é o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

As demais situações de vínculos temporários dizem essencialmente respeito a contratos de trabalho a termo cuja fundamentação assenta na substituição de trabalhadores temporariamente ausentes.

Quadro 6. Total de trabalhadores por modalidade de contrato

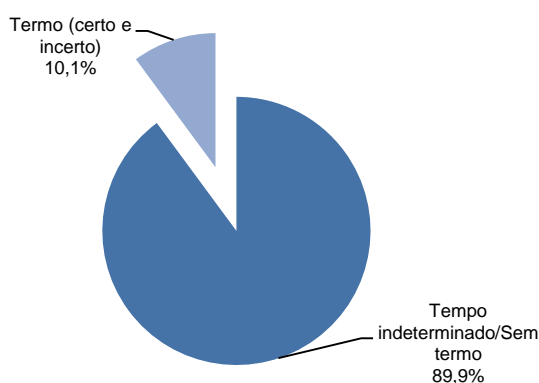
Vínculo	Modalidade Contrato	Médicos		Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total Geral
		S/internos	Internos									
CTFP	Tempo indeterminado/Sem termo	11.171	15	22.767	1.012	4.482	10.475	11.561	2.147	347	1.718	65.695
	Termo (certo e incerto)	262	8.387	181	83	66	350	262	20	1	7	9.619
CIT	Tempo indeterminado/Sem termo	6.235		15.981	521	3.039	4.820	12.123	1.746	259	409	45.133
	Termo (certo e incerto)	115		1.428	4	219	165	813	103	3	5	2.855
Total		17.783	8.402	40.357	1.620	7.806	15.810	24.759	4.016	610	2.139	123.302

Legenda: **CTFP** - Contrato de Trabalho em Funções Públicas; **CIT** - Contrato Individual de Trabalho; **TSS** - Técnico Superior de Saúde; **TDT** - Técnico de Diagnóstico e Terapêutica; **AT** - Assistente Técnico; **AO** - Assistente Operacional; **TS** - Técnico Superior; **TI** - Informático

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP, DGS e IGAS

Fonte: Dados provenientes do RHV

Gráfico 4. Percentagem de trabalhadores por modalidade de contrato



Nota: Não contempla entidades em regime de PPP, DGS e IGAS

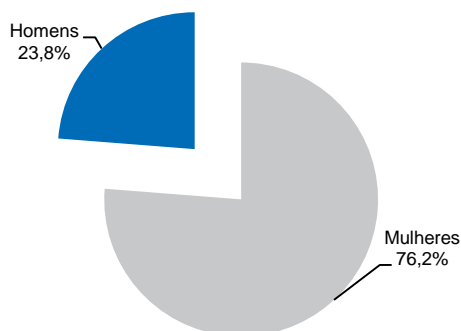
Fonte: Dados provenientes do RHV

Em termos de precariedade, não contabilizando os internos cuja modalidade de vinculação é o CTFP a termo incerto nem os médicos aposentados no ativo, a taxa de precariedade ronda os 3%.

9. Taxa de feminização global

A taxa de feminização global mede a percentagem de trabalhadores do género feminino relativamente ao total de trabalhadores.

Gráfico 5. Taxa de feminização



Nota: Não contempla entidades em regime de PPP, DGS e IGAS

Fonte: Dados provenientes do RHV

Ao longo dos anos, a taxa de feminização tem apresentado uma tendência geral de crescimento.

Em 2016 a taxa de feminização fixou-se nos 76,2%, o que está acima da taxa da administração pública no global (59,6%)⁵.

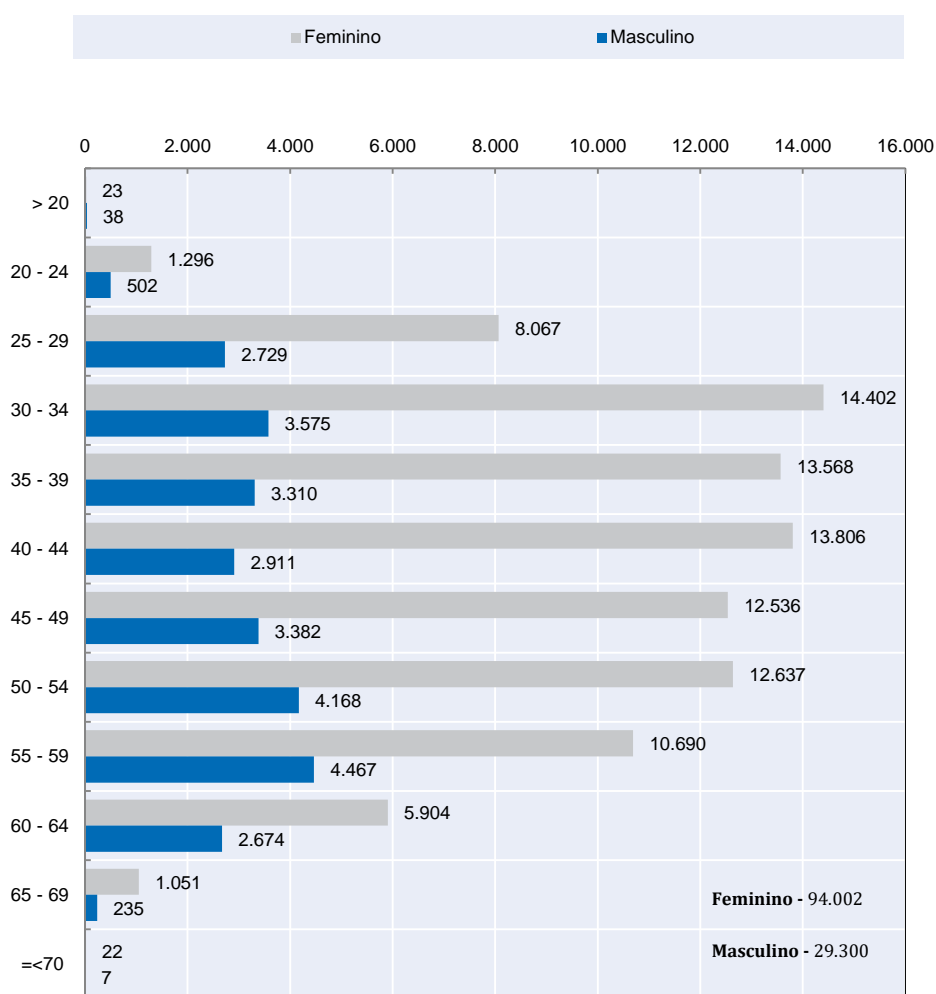
O grupo profissional que mais contribui para essa taxa foi o pessoal de enfermagem em que a predominância do género feminino é superior à dos demais grupos profissionais.

⁵ Dados da "Síntese Estatística de Emprego Público – 4º trimestre 2016" da DGAEP.

10. Trabalhadores por estrutura etária e género

No que concerne à distribuição dos trabalhadores por escalão etário e género a mesma é a que consta do gráfico seguinte:

Gráfico 6. Total de trabalhadores por escalão etário e género



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP, DGS e IGAS

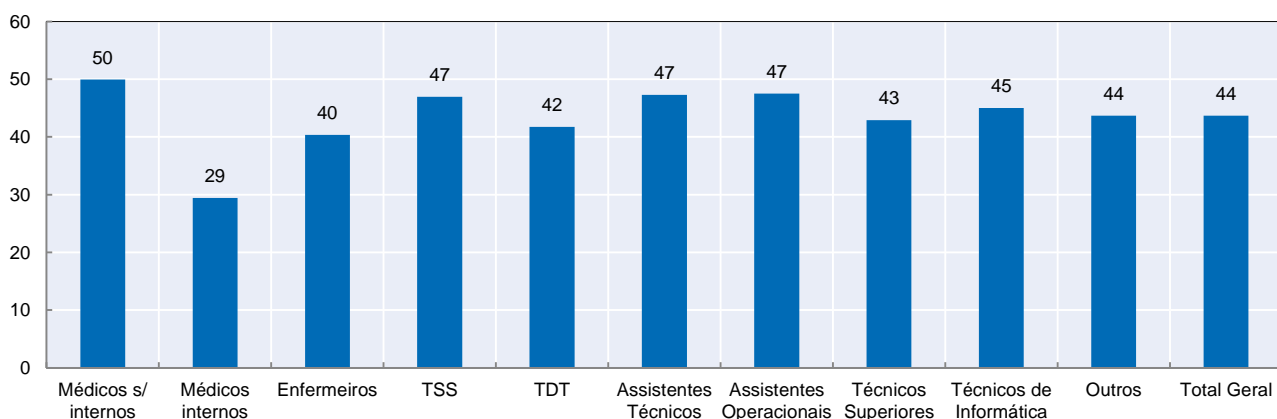
Fonte: Dados provenientes do RHV

Conforme resulta da leitura do gráfico anterior cerca de 65% dos trabalhadores apresentam idade inferior a 50 anos, dos quais quase 80% são do género feminino.

A média global de idade dos trabalhadores fixou-se em 44 anos.

No entanto, como resulta do gráfico seguinte, a distribuição da idade média pelos diversos grupos profissionais variou entre os 40 (caso fossem considerados os médicos internos seria 29) e os 50 anos.

Gráfico 7. Idade média por grupo profissional



Legenda: **TSS** – Técnico Superior de Saúde; **TDT** – Técnico de Diagnóstico e Terapêutica

Nota: Não contempla entidades em regime de PPP, DGS e IGAS

Fonte: Dados provenientes do RHV

Os médicos especialistas são os que apresentam uma idade média mais elevada que, naturalmente, contrasta, com a média mais baixa que corresponde aos médicos internos.

O pessoal de enfermagem é o grupo profissional que apresenta a menor idade média (os médicos internos não representam propriamente um grupo profissional uma vez que são trabalhadores em formação).

11. Trabalhadores por estrutura habilitacional

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos trabalhadores do Ministério da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde aproximadamente 65% têm habilitações académicas iguais ou superiores a «curso superior».

Apresenta-se em seguida o número de trabalhadores por grupo profissional e por nível de escolaridade.

Quadro 7. Total de trabalhadores por nível de escolaridade

Nível de Escolaridade	Médicos		Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total
	S/internos	Internos									
Menos de 4 anos de escolaridade	0	0	0	0	0	5	203	0	0	0	208
4 anos de escolaridade	0	0	4	0	3	56	3.946	0	0	0	4.009
Até 6 anos de escolaridade	0	0	34	0	9	247	5.654	0	1	1	5.946
Até 9.º ano ou equivalente	0	0	134	0	73	1.956	7.493	4	26	39	9.725
Até 11.º ano	0	0	438	0	118	2.701	1.166	9	42	33	4.507
Até 12.º ano ou equivalente	0	0	1.516	2	438	8.761	5.790	35	223	674	17.439
Bacharelato	0	0	7.559	7	1.823	275	64	61	31	42	9.862
Licenciatura	16.957	2.410	29.475	1.357	4.907	1.556	363	3.414	253	1.134	61.826
Mestrado	710	5.984	1.057	206	357	67	13	452	18	112	8.976
Doutoramento	114	7	12	47	13	2	0	40		83	318
Outros	2	1	128	1	65	184	67	1	16	21	486
Total geral	17.783	8.402	40.357	1.620	7.806	15.810	24.759	4.016	610	2.139	123.302

Legenda: TSS – Técnico Superior de Saúde; TDT – Técnico de Diagnóstico e Terapêutica; AT – Assistente Técnico; AO – Assistente Operacional; TS – Técnico Superior; TI – Técnico de Informática

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

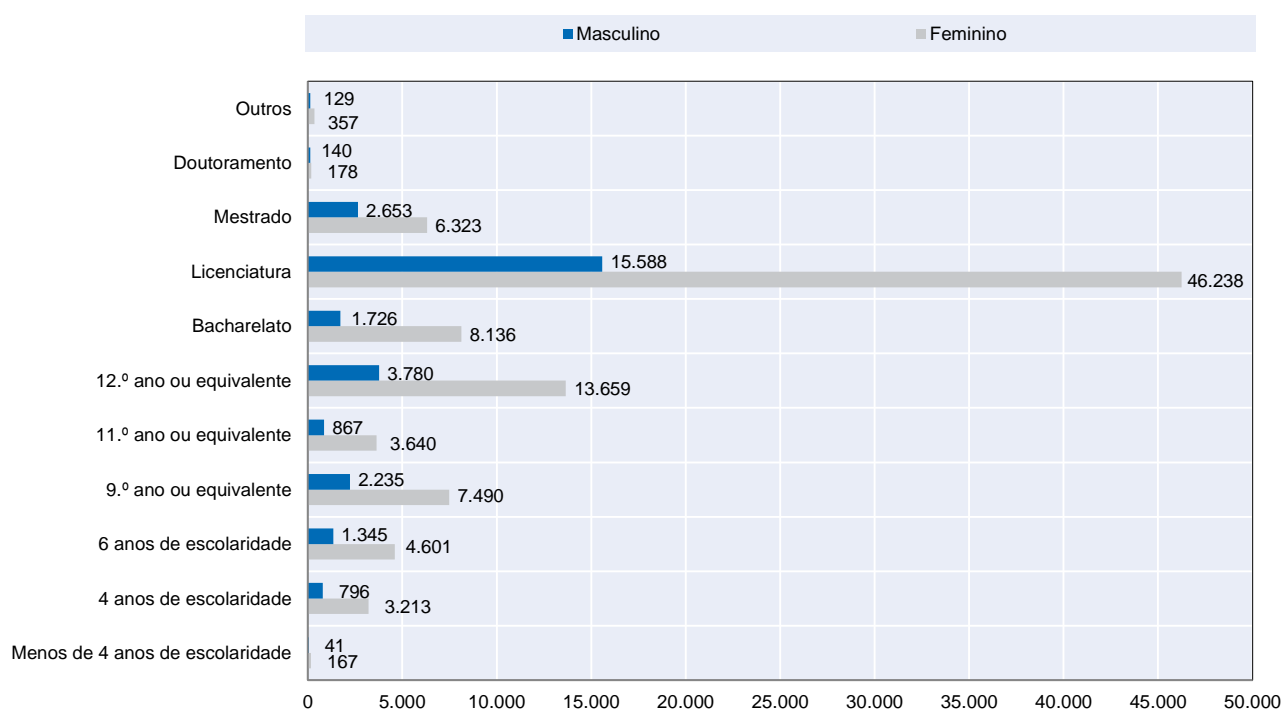
Fonte: Dados provenientes do RHV

Analisando a informação do quadro anterior é possível constatar que no universo das carreiras ou corpos especiais da saúde (médico, enfermeiro, técnico superior de saúde e técnico de diagnóstico e terapêutica) cerca de 84% destes trabalhadores são detentores de grau académico igual ou superior a licenciado.

Ao invés, no que concerne às carreiras de regime geral, como é normal tendo em consideração os respetivos requisitos habilitacionais de ingresso, o universo dos trabalhadores com grau académico igual ou superior a licenciado representa apenas cerca de 16%.

Se considerarmos a distribuição do nível habilitacional de escolaridade dos trabalhadores segundo o género a distribuição é a seguinte:

Gráfico 8. Total de trabalhadores por nível de escolaridade segundo o género



Nota: Não contempla entidades em regime de PPP, DGS e IGAS

Fonte: Dados provenientes do RHV

Da análise da distribuição da estrutura habilitacional de escolaridade segundo o género, verifica-se que para o universo feminino 56,1% dos trabalhadores são detentores de grau académico igual ou superior a licenciado.

Relativamente ao universo dos trabalhadores do género masculino a percentagem de trabalhadores com habilitação igual ou superior a licenciado sobe para 62,7%.

12. Trabalhadores por período normal de trabalho (35h, 40h, 42h e tempo parcial)

O período normal de trabalho (PNT) diz respeito ao número de horas de trabalho semanal que, em função dos dispositivos legais que o regem, cada trabalhador está obrigado a cumprir. Na mesma entidade podem coexistir diferentes períodos normais de trabalho.

Em relação ao PNT dos trabalhadores do Ministério da Saúde constata-se que a carga horária predominante é, em todos os grupos profissionais com exceção do pessoal médico, 35 horas semanais, o que decorre da entrada em vigor da Lei n.º18/2016, de 20 de junho, que alterou o PNT para os trabalhadores em funções públicas.

Quadro 8. Distribuição de trabalhadores por período normal de trabalho e grupo profissional

Período Normal de Trabalho	Médicos		Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total geral
	S/ internos	Internos									
35 Horas	5.271	1	25.177	1.239	5.240	12.027	14.317	2.592	406	1.734	68.004
40 Horas	7.399	8.392	12.847	293	2.197	3.452	9.726	1.308	190	329	46.133
42 Horas	2.702	2	206	12	32	0	0	0	0	1	2.955
Tempo parcial	1.165	7	1.147	42	136	46	31	65	4	46	2.689
Outros	1.246	0	980	34	201	285	685	51	10	29	3.521
Total geral	17.783	8.402	40.357	1.620	7.806	15.810	24.759	4.016	610	2.139	123.302

Legenda: **TSS** – Técnico Superior de Saúde; **TDT** – Técnico de Diagnóstico e Terapêutica; **AT** – Assistente Técnico; **AO** – Assistente Operacional; **TS** – Técnico Superior; **TI** – Informático

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP, DGS e IGAS

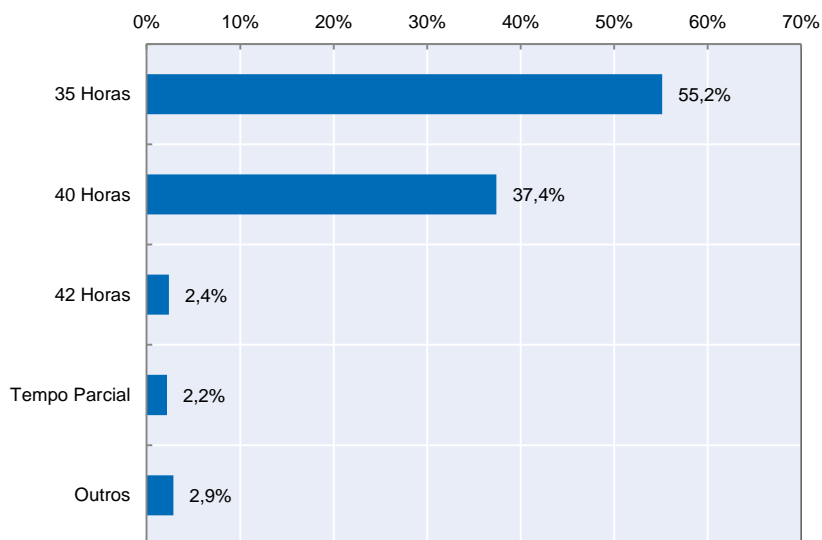
Fonte: Dados provenientes do RHV

No caso do pessoal médico, mercê do respetivo enquadramento legal, predomina o período normal de trabalho de 40 horas semanais.

Relativamente às situações registadas como «outros» a grande maioria refere-se aos trabalhadores do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca onde, por força do respetivo Acordo de Empresa, vigora o período normal de trabalho de 36 horas semanais. As demais situações referem-se a períodos normais de trabalho intermédios entre as 35 e as 40 horas semanais.

A representação gráfica da distribuição percentual do período normal semanal de trabalho dos efetivos do setor da saúde é a que consta do gráfico seguinte.

Gráfico 9. Percentagem de trabalhadores por período normal de trabalho



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP, DGS e IGAS

Fonte: Dados provenientes do RHV

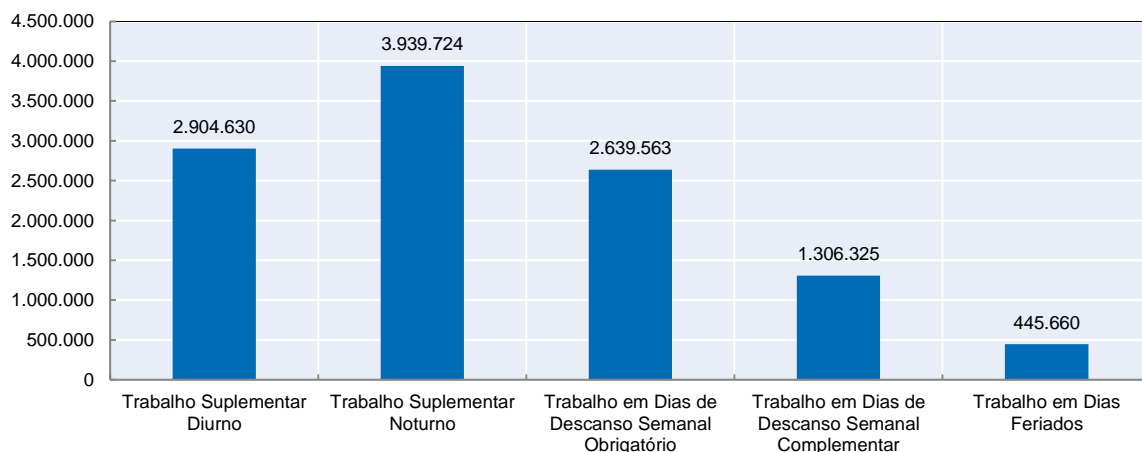
Cerca de 55% dos trabalhadores praticam 35 horas semanais como período normal de trabalho e 37% cumpre um período normal de trabalho semanal de 40 horas.

Apesar de residual no que concerne ao pessoal médico e excepcional relativamente aos grupos de pessoal de enfermagem, de técnico superior de saúde e de técnico de diagnóstico e terapêutica, regista-se, ainda, que 2,4% dos trabalhadores praticam uma carga horária de 42 horas semanais.

13. Trabalho suplementar segundo a modalidade de prestação de trabalho

No ano de 2016 foram prestadas cerca de 11 milhões de horas suplementares.

Gráfico 10. Horas suplementares segundo a modalidade de prestação de trabalho



Nota: O trabalho suplementar diurno e noturno só contempla o trabalho suplementar efetuado em dias normais de trabalho.

Fonte: Dados provenientes do RHV

O trabalho suplementar realizado em período noturno foi o que registou o maior volume de horas prestadas, representando cerca de 35% do total de horas.

O trabalho suplementar diurno e o trabalho em dias de descanso semanal obrigatório, contribuíram respetivamente com 25,9% e 23,5%, para o volume total do trabalho suplementar realizado.

No segundo capítulo encontra-se a informação desagregada por entidade.

No terceiro capítulo, relativo à caracterização das carreiras especiais de saúde, encontra-se detalhada a análise do trabalho suplementar realizado por estes grupos profissionais.

14. Ausências

No tocante aos dias de trabalho perdidos, em 2016 registaram-se mais de 3,6 milhões de dias de ausência ao trabalho por parte dos trabalhadores do Ministério da Saúde.

Quadro 9. Total de dias de ausência por motivo de ausência

Motivo de ausência	Dias de ausência	
	2016	(%)
Doença	1.724.921	46,60%
Proteção na parentalidade	1.211.354	32,80%
Por acidente em serviço ou doença profissional	196.600	5,30%
Greve	68.443	1,90%
Por conta do período de férias	19.794	0,50%
Falecimento de familiar	28.125	0,80%
Assistência a familiares	36.185	1,00%
Casamento	25.003	0,70%
Trabalhador-estudante	30.553	0,80%
Injustificadas	16.669	0,50%
Com perda do vencimento	1.683	0,05%
Cumprimento de pena disciplinar	1.061	0,03%
Outras	338.217	9,10%
Total Geral	3.698.608	100,00%

Fonte: Dados provenientes do RHV (Portal da Transparência – Balanço Social Mensal)

As principais causas de absentismo foram a doença e a parentalidade, representando 46,6% e 32,8%, respetivamente.

Em conjunto estes dois motivos deram origem a mais de 2,9 milhões de dias de trabalho perdidos.

Regista-se, ainda, que os acidentes em serviço foram responsáveis por quase 200 mil dias de ausência ao trabalho.

A distribuição dos dias de trabalho perdidos, no ano 2016, por grupo profissional foi a seguinte:

Quadro 10. Total de dias de ausência por grupo profissional

Grupos Profissionais	Dias de Ausência (Total)
Médicos	403.054
Internos	294.661
Enfermeiros	1.291.411
Técnicos superiores de saúde	42.215
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	225.580
Assistentes técnicos	368.849
Assistentes operacionais	898.865
Técnicos superiores	94.250
Técnicos de informática	7.733
Outros	71.991
Total	3.698.608

Fonte: Dados provenientes do RHV

Em termos absolutos o pessoal de enfermagem foi o que registou o maior número de ausências ao serviço, seguido dos assistentes operacionais e do pessoal médico.

No que concerne à repartição por grupo profissional dos principais motivos de ausência - ausências por doença, parentalidade e acidente de trabalho - a mesma resulta do quadro seguinte:

Quadro 11. Total de dias de ausência por grupo profissional pelos principais motivos de ausência

Grupos Profissionais	Dias de Ausência (Total)	Doença	Proteção na parentalidade	Por acidente em serviço ou doença profissional
Médicos	403.054	157.237	130.325	8.611
Internos	294.661	47.214	83.917	1.346
Enfermeiros	1.291.411	449.008	637.424	54.736
Técnicos Superiores de Saúde	42.215	18.415	13.424	658
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	225.580	81.481	104.331	9.181
Assistentes Técnicos	368.849	244.217	70.768	17.978
Assistentes Operacionais	898.865	658.521	106.112	88.494
Técnicos Superiores	94.250	34.385	43.558	2.047
Técnicos de Informática	7.733	4.231	1.875	136
Outros	71.991	30.212	19.620	13.413
Total	3.698.608	1.724.921	1.211.354	196.600

Fonte: Dados provenientes do RHV

Os assistentes operacionais registaram o maior número de dias de trabalho perdidos por motivo de doença e de acidentes em serviço, seguidos, em ambos os motivos, do pessoal de enfermagem.

No que respeita às ausências por motivos relacionados com a proteção da parentalidade, mais de 50% dizem respeito ao pessoal de enfermagem, o que, naturalmente, está relacionado com o facto de se tratar de um grupo profissional predominantemente feminino e com uma idade média baixa.

Sob o ponto de vista da desagregação dos dias de trabalho perdidos por entidade e por grupo profissional, em 2016 registou-se o seguinte:

Quadro 12. Dias de ausência por região, entidade e grupo profissional

Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total Geral
	S/ internos	Internos	Total									
Norte	154.772	96.501	251.273	473.805	15.277	71.126	122.430	344.982	29.495	1.722	4.746	1.314.856
ARS Norte, IP	54.210	26.858	81.068	90.123	5.454	5.568	52.551	39.371	13.364	287	478	288.264
CH São João, EPE	19.750	18.166	37.916	87.746	860	10.694	9.097	57.793	3.226	324	342	207.996
CH Médio Ave, EPE	2.935	616	3.551	11.220	435	2.069	2.746	10.107	232	18	237	30.615
CH Porto, EPE	13.031	13.478	26.509	48.721	1.708	12.189	8.241	36.354	1.586	6	387	135.702
CH Entre Douro e Vouga, EPE	5.476	2.808	8.284	21.358	533	2.763	4.616	19.134	277	83	131	57.178
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	1.333	532	1.865	6.363	55	322	1.016	4.479	701	41	64	14.904
CH Tâmega e Sousa, EPE	4.599	2.798	7.397	20.843	106	4.592	5.654	18.982	932	74	195	58.775
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	6.332	3.041	9.373	32.363	702	4.864	3.629	25.359	1.059	71	89	77.509
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	10.821	7.646	18.467	28.857	631	6.631	7.160	26.583	1.946	90	180	90.543
H Senhora da Oliveira, Guimarães, EPE	4.484	2.443	6.927	16.524	47	3.237	2.651	14.290	537	50	36	44.298
H Magalhães Lemos, EPE	806	414	1.220	5.311	249	381	585	5.508	233	7	550	14.042
H Santa Maria Maior, EPE	1.818	196	2.014	7.390	124	897	1.164	5.577	387	8	370	17.930
IPO Porto, EPE	5.400	3.335	8.735	22.744	1.629	4.598	6.007	22.624	995	284	369	67.983
ULS Matosinhos, EPE	10.464	6.295	16.759	25.653	236	3.776	6.164	20.103	1.411	275	800	75.176
ULS Alto Minho, EPE	8.460	5.331	13.791	32.816	1.103	3.735	5.898	24.646	1.751	57	319	84.115
ULS Nordeste, EPE	4.855	2.544	7.399	15.772	1.406	4.813	5.254	14.073	861	48	202	49.828

Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total Geral
	S/ internos	Internos	Total									
Centro	79.102	62.176	141.278	237.946	8.568	36.816	56.430	148.098	12.980	1.888	2.642	646.644
ARS Centro, IP	25.651	8.414	34.065	28.635	1.867	2.724	17.150	13.382	6.394	575	390	105.182
CH Cova da Beira, EPE	2.335	6.451	8.786	13.101	92	2.411	2.565	7.916	1.686	96	240	36.891
CH Baixo Vouga, EPE	4.535	2.509	7.044	21.263	283	2.752	1.859	12.789	127	25	136	46.277
CH Leiria, EPE	4.454	2.591	7.045	20.997	699	3.591	3.292	15.575	568	88	73	51.927
CH Tondela-Viseu, EPE	8.600	3.777	12.377	25.091	498	4.552	4.836	17.283	175	19	322	65.152
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rorisco Pais	270	88	358	1.074	1	276	445	985	109	8	104	3.360
CH Universitário de Coimbra, EPE	22.509	33.438	55.947	84.673	3.384	11.246	15.938	51.354	2.378	366	894	226.180
H Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	51		51	867	14	111	101	227	82	32	4	1.488
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	906	508	1.414	4.045	23	1.116	1.272	3.229	175	17	74	11.364
H Dr. Francisco Zagalo	439		439	1.509		94	772	1.115	20		27	3.976
IPO Coimbra, EPE	2.046	1.611	3.657	9.142	569	3.582	2.642	9.909	330	285	97	30.211
ULS Guarda, EPE	4.504	1.150	5.654	19.680	1.012	2.829	3.193	9.881	615	61	243	43.168
ULS Castelo Branco, EPE	2.802	1.639	4.441	7.869	126	1.534	2.365	4.455	323	318	38	21.467
Lisboa e Vale do Tejo	134.759	114.060	248.818	438.972	13.334	80.906	129.494	306.396	24.929	2.686	30.315	1.275.850
ARS Lisboa e Vale do Tejo	53.742	23.350	77.091	74.994	6.459	7.429	51.541	26.211	6.443	817	536	251.520
CH Barreiro/Montijo, EPE	3.726	2.956	6.682	20.995	240	3.102	3.549	13.290	1.088	123	116	49.184
CH Lisboa Central, EPE	18.654	18.350	37.004	74.875	895	16.102	18.209	70.968	2.609	202	311	221.175
CH Lisboa Ocidental, EPE	8.717	12.258	20.975	42.854	714	7.457	7.858	30.573	2.242	110	487	113.269
CH Setúbal, EPE	4.575	2.458	7.033	22.962	49	5.495	6.189	22.497	642	187	338	65.391

Região/Entidade	Médicos			Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total Geral
	S/ internos	Internos	Total									
CH Médio Tejo, EPE	2.638	2.277	4.915	23.122	279	5.562	2.838	17.968	851	239	488	56.261
CH Oeste	3.492	2.017	5.509	15.857	217	2.136	3.407	13.467	136	28	68	40.824
CH Lisboa Norte, EPE	15.912	27.916	43.828	60.002	1.636	15.147	16.047	53.742	4.988	222	1.423	197.034
CH Psiquiátrico de Lisboa	742	816	1.558	4.405	1.277	473	375	3.610	582	2	74	12.355
H Distrital de Santarém, EPE	4.143	9.307	13.450	17.452	69	3.634	3.040	17.220	493	26	47	55.430
H Garcia de Orta, EPE	7.469	4.634	12.103	30.259	75	5.135	3.838	22.949	1.915	226	562	77.062
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	6.486	4.888	11.374	30.439	1.106	4.767	5.781		1.024	41	25.542	80.075
IPO Lisboa, EPE	4.010	2.464	6.474	20.225	314	3.669	6.656	13.728	1.912	464	313	53.755
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	454	369	823	531	5	798	169	174	5	0	11	2.516
Alentejo	16.227	12.773	29.000	58.451	1.913	18.246	23.588	45.830	4.149	686	915	182.780
ARS Alentejo, IP	3.234	1.226	4.460	6.058	777	779	4.554	3.895	1.661	33	39	22.253
H Espírito Santo – Évora, EPE	4.458	2.808	7.266	16.077	398	4.969	3.712	15.850	934	56	220	49.480
ULS Baixo Alentejo, EPE	3.109	3.998	7.106	12.041	594	5.490	5.110	10.109	562	319	125	41.456
ULS Norte Alentejano, EPE	3.268	1.539	4.807	11.200	54	3.639	5.717	8.648	810	99	249	35.221
ULS Litoral Alentejano, EPE	2.159	3.202	5.361	13.076	90	3.370	4.497	7.330	183	180	283	34.369
Algarve	17.077	9.152	26.229	75.977	1.093	12.728	20.666	48.910	5.892	277	690	192.460
ARS Algarve, IP	7.603	2.030	9.633	15.768	705	4.834	9.638	7.803	2.383	40	62	50.866
CH Algarve, EPE	9.475	7.122	16.597	60.209	388	7.894	11.028	41.107	3.509	237	628	141.595
Serviços Centrais	1.116	0	1.116	6.260	2.030	5.759	16.241	4.650	16.804	476	32.683	86.018
Total Geral	403.054	294.661	697.715	1.291.411	42.215	225.580	368.849	898.865	94.250	7.733	71.991	3.698.608

Fonte: Dados provenientes do RHV

15. Acidentes de trabalho e número de dias perdidos

No quadro seguinte apresenta-se o número de acidentes de trabalho/serviço ocorridos no Ministério da Saúde no local de trabalho e no itinerário, bem como os respetivos dias perdidos no ano 2016.

Quadro 13. Total de acidentes de trabalho/ serviço e dias perdidos

Acidentes	Acidentes de Trabalho/Serviço		
	Local de trabalho	In Itinere	Total
Acidentes sem baixa	4.109	209	4.318
Acidentes com baixa	2.654	553	3.207
Total	6.763	762	7.525
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano 2016	96.304	21.766	118.070

Fonte: Balanços sociais das entidades – ano 2016

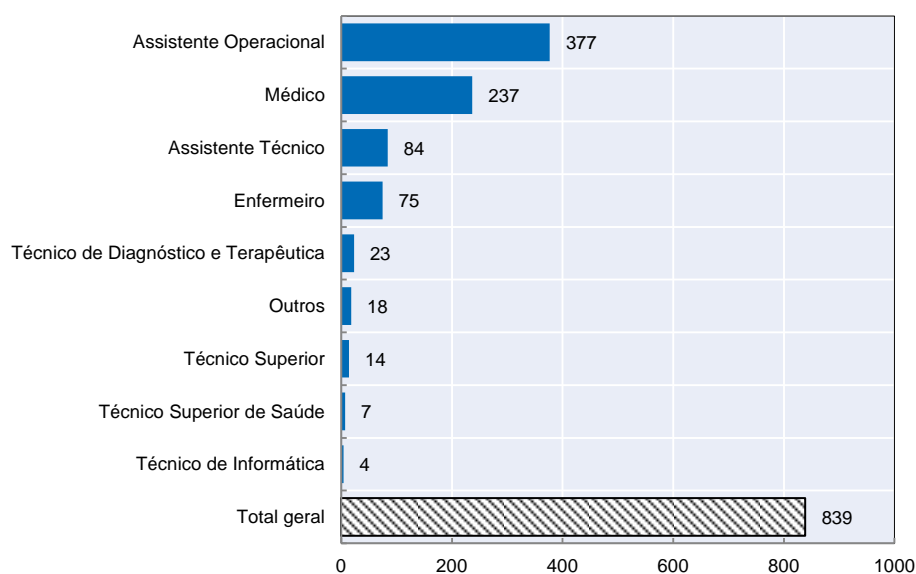
No ano em apreço ocorreram 6.763 acidentes, sendo que cerca de 61% ocorreram no local de trabalho e 39% no itinerário. Os 3.654 acidentes com baixa deram origem a 118.070 dias de trabalho perdidos.

Todavia, o total de dias de trabalho perdidos no ano 2016 por motivo de acidente em serviço foi superior ao anteriormente mencionado, uma vez que, igualmente, se registaram ausências por este motivo relacionadas com acidentes em serviço ocorridos em anos anteriores.

16. Reformas/ Aposentações

No decurso do ano 2016 registaram-se 839 saídas de trabalhadores por motivo de reforma/aposentação.

Gráfico 11. Aposentações por grupo profissional



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

Os assistentes operacionais foi o grupo profissional que registou o maior número de aposentações (44,9%), seguido do pessoal médico (28,2%) e dos assistentes técnicos (10,0%).

No que concerne ao tipo de aposentação cerca de metade referem-se a aposentações ordinárias.

Quadro 14. Aposentações por tipo e grupo profissional

	Médicos			Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total
	S/ internos	Internos	Total									
Ordinárias	134	0	134	27	6	11	36	194	10	2	10	430
Antecipadas	72	0	72	21	1	3	27	130	3	2	5	264
Por incapacidade	31	0	31	27	0	9	21	53	1	0	3	145

Legenda: **TSS** – Técnico Superior de Saúde; **TDT** – Técnico de Diagnóstico e Terapêutica; **AT** – Assistente Técnico; **AO** – Assistente Operacional; **TS** – Técnico Superior; **TI** – Informático

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

A região de Lisboa e Vale do Tejo foi a que registou maior volume de aposentações no ano 2016.

Quadro 15. Aposentações por região e por grupo profissional

Região	Médicos			Enfermeiros	TSS	TDT	AT	AO	TS	TI	Outros	Total	% Total
	S/ internos	Internos	Total										
Norte	56	0	56	21	0	6	17	95	5	0	4	204	24%
Centro	44	0	44	14	1	6	24	86	3	2	12	192	23%
Lisboa e Vale do Tejo	119	0	119	32	4	5	38	141	3	1	1	344	41%
Alentejo	15	0	15	3	1	1	2	36	0	0	0	58	7%
Algarve	3	0	3	5	0	4	2	17	1	0	0	32	4%
Serviços Centrais	0	0	0	0	1	1	1	2	2	1	1	9	1%
Total	237	0	237	75	7	23	84	377	14	4	18	839	100%

Legenda: **TSS** - Técnico Superior de Saúde; **TDT** - Técnico de Diagnóstico e Terapêutica; **AT** - Assistente Técnico; **AO** - Assistente Operacional; **TS** - Técnico Superior; **TI** - Informático

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

17. Recrutamento em regime de contrato por tempo indeterminado ou sem termo

No âmbito das medidas de combate à precariedade laboral, no recrutamento dos trabalhadores para o SNS foi dada especial prioridade ao estabelecimento de relações laborais estáveis consubstanciadas através da celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado ou sem termo.

Na realidade, por parte do Ministério da Saúde, neste período temporal, com o intuito de combater as situações de precariedade foram tomadas diversas medidas, nomeadamente a substituição de relações laborais tituladas sob a forma de prestação de serviços pela celebração de contratos de trabalho, bem como a conversão, em contrato sem termo, dos contratos de trabalho a termo resolutivo, quando se conclua estar em causa uma necessidade própria e permanente do serviço ou estabelecimento de saúde.

Quadro 16. **Trabalhadores que iniciaram vínculos sem termo por grupo profissional**

Grupo Profissional	Trabalhadores que iniciaram CTFP por tempo indeterminado	Trabalhadores que iniciaram CIT sem termo
Médicos	61	457
Enfermeiros	115	992
Técnicos Superiores de Saúde	0	3
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	1	175
Assistentes Técnicos	9	108
Assistentes Operacionais	9	758
Técnicos Superiores	16	112
Técnicos de Informática	1	6
Outros	4	7
Total	216	2.618

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

Combate à precariedade laboral

Desde novembro de 2015 e até 31 de dezembro de 2016 iniciaram uma relação de emprego titulada sob a forma de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) por tempo indeterminado ou um Contrato Individual de Trabalho (CIT) sem termo 2.834 novos trabalhadores, dos quais 216 celebraram um CTFP por tempo indeterminado e 2.618 celebraram um CIT sem termo.

Igualmente, no mesmo período, com idêntico propósito, foram convertidas em relações laborais duradouras 2.407 situações contratuais anteriormente precárias, das quais, 355 se converteram em CTFP por tempo indeterminado e 2.052 deram origem à celebração de CIT sem termo.

Quadro 17. Trabalhadores que transitaram para vínculos sem termo por grupo profissional

Grupo Profissional	Vínculos detidos previamente a novembro de 2015	Trabalhadores que transitaram para CTFP por tempo indeterminado	Trabalhadores que transitaram para CIT sem termo
Médicos	CIT a termo, CTFP a termo	291	522
	Prest. de serviços / Trab. Indep.	1	54
Enfermeiros	CIT a termo, CTFP a termo	25	718
	Prest. de serviços / Trab. Indep.	9	4
Técnicos Superiores de Saúde	CIT a termo, CTFP a termo	13	5
	Prest. de serviços / Trab. Indep.	0	0
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	CIT a termo, CTFP a termo	1	77
	Prest. de serviços / Trab. Indep.	0	25
Assistentes Técnicos	CIT a termo, CTFP a termo	13	97
	Prest. de serviços / Trab. Indep.	0	1
Assistentes Operacionais	CIT a termo, CTFP a termo	1	498
	Prest. de serviços / Trab. Indep.	0	1
Técnicos Superiores	CIT a termo, CTFP a termo	0	42
	Prest. de serviços / Trab. Indep.	1	4
Técnicos de informática	CIT a termo, CTFP a termo	0	2
	Prest. de serviços / Trab. Indep.	0	0
Outros	CIT a termo, CTFP a termo	0	1
	Prest. de serviços / Trab. Indep.	0	1
Total		355	2.052

Fonte: Balanços sociais das entidades - ano 2016

Dos trabalhadores indicados no quadro anterior salienta-se ainda que 101 desempenhavam funções como trabalhadores independentes ou prestadores de serviços e viram a sua situação laboral alterada mediante a celebração de um contrato por tempo indeterminado ou sem termo.

18. Encargos com pessoal

Os encargos com pessoal no SNS são contabilizados por cada entidade através da Conta 64 – Custos com Pessoal (POCMS), em separado para as entidades do setor público administrativo (SPA) e para as entidades públicas empresariais (EPE).

Os encargos com pessoal no ano 2016 ascenderam a 3,6 mil milhões de euros, dos quais cerca de 26% dizem respeito a organismos integrados no SPA e 74% a estabelecimentos ou serviços incluídos no setor empresarial do estado.

A repartição destes encargos pelos dois setores e pelas principais rúbricas de despesa, encontra-se no quadro seguinte:

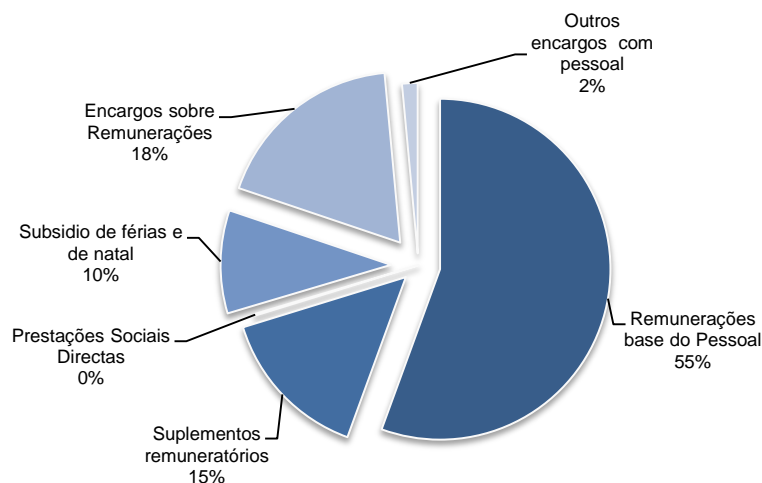
Quadro 18. Encargos com pessoal

Encargos com pessoal	
Setor público administrativo (SPA)	
Remunerações base do Pessoal	529.891.373,26 €
Suplementos remuneratórios	147.919.672,97 €
Prestações sociais diretas	2.203.556,83 €
Subsídio de férias e de natal	98.259.075,04 €
Encargos sobre remunerações	177.324.800,56 €
Outros encargos com pessoal	11.089.850,00 €
Total SPA	966.688.328,66 €
Entidades públicas empresariais (EPE)	
Remunerações base do Pessoal	1.500.975.756,40 €
Suplementos remuneratórios	388.246.163,41 €
Prestações Sociais Diretas	3.536.890,27 €
Subsídio de férias e de natal	255.202.650,31 €
Encargos sobre Remunerações	493.520.645,32 €
Outros encargos com pessoal	46.864.625,32 €
Total EPE	2.688.346.731,03 €
Total Geral	3.655.035.059,69 €

Fonte: Conta do SNS

Como se pode constatar, a remuneração base e os suplementos remuneratórios constituem 70% despesa com pessoal.

Gráfico 12. Encargos com pessoal



Fonte: Conta do SNS

No entanto, não pode deixar de se salientar o peso que a rubrica «encargos sobre remunerações» assume no âmbito da repartição dos encargos com pessoal, constituindo-se como o segundo maior fator de despesa.

Relativamente aos encargos suportados com suplementos remuneratórios, que representam 15% do total da despesa, a sua desagregação pelas diversas componentes é a seguinte:

Quadro 19. Suplementos remuneratórios

Principais Suplementos Remuneratórios		Custos
Trabalho suplementar	Horas suplementares	152.424.153,94 €
	Prevenções	28.016.678,80 €
	Total	180.440.832,74 €
Trabalho em regime de turnos		118.072.453,65 €
Subsídio de refeição		105.662.443,17 €
SIGIC		45.893.892,83 €
Outros		86.096.213,99 €
Total de suplementos remuneratórios		536.165.836,38 €

Fonte: Conta do SNS

Do quadro acima salienta-se que o trabalho suplementar (incluindo horas em presença física e horas de prevenção) representa 1/3 do total de suplementos remuneratórios contabilizados em 2016. De notar ainda o peso relativo de 22% para a despesa associada à prestação de trabalho em regime de turnos (noites e suplementos e subsídio de turno) e de aproximadamente 20% para o subsídio de refeição. No que respeita a este último, salienta-se que no ano 2016 o valor se situou em 4,27€ por dia e por trabalhador.

Por último, salienta-se também o valor de 45,6 milhões de euros relativo a SIGIC e que representa um esforço acrescido no sentido da internalização como forma de diminuição as listas de espera para cirurgia, e, conseqüentemente, o aumento da acessibilidade dos utentes à prestação de cuidados.

No respeitante à repartição dos encargos com recursos humanos pelas diversas entidades e organismos do Ministério da Saúde, a mesma ficou assim distribuída:

Quadro 20. Encargos com pessoal por entidade

Entidade	Total encargos
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	297.798.710,22 €
ARS Alentejo, IP	25.488.592,04 €
ARS Algarve, IP	47.488.901,01 €
ARS Centro, IP	158.639.910,96 €
ARS Norte, IP	336.364.344,03 €
CH Cova da Beira, EPE	33.719.526,91 €
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	51.107.448,13 €
CH Leiria, EPE	53.463.903,59 €
CH Lisboa Ocidental, EPE	106.932.980,48 €
CH Lisboa Central, EPE	211.730.794,90 €
CH São João, EPE	167.389.389,12 €
CH Setúbal, EPE	56.034.379,00 €
CH Algarve, EPE	108.864.488,14 €
CH Baixo Vouga, EPE	48.257.720,19 €
CH Barreiro e Montijo, EPE	45.947.732,35 €
CH Oeste	40.903.771,37 €
CH Porto, EPE	131.075.809,13 €
CH Tâmega e Sousa, EPE	49.461.806,92 €
CH Universitário de Coimbra, EPE	224.613.038,49 €
CH Lisboa Norte, EPE	176.648.340,18 €

Entidade	Total encargos
CH Médio Ave, EPE	30.598.615,42 €
CH Médio Tejo, EPE	46.625.546,77 €
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	19.414.949,24 €
CH Tondela-Viseu, EPE	68.135.613,61 €
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	71.962.086,25 €
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	98.430.287,98 €
CH Psiquiátrico de Lisboa	14.093.962,51 €
H Senhora da Oliveira - Guimarães, EPE	45.473.348,50 €
H Magalhães Lemos, EPE	10.248.832,85 €
H Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	2.343.739,35 €
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	17.825.544,57 €
H Santa Maria Maior, EPE	13.291.519,71 €
H Distrital de Santarém, EPE	42.987.419,91 €
H Doutor Francisco Zagalo - Ovar	3.767.108,13 €
H Espírito Santo de Évora, EPE	43.726.026,17 €
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	81.560.524,30 €
H Garcia de Orta, EPE	74.919.072,05 €
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	3.839.339,35 €
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	3.265.976,22 €
IPO Coimbra, EPE	26.355.062,43 €
IPO Lisboa, EPE	52.735.321,39 €
IPO Porto, EPE	57.374.998,57 €
ULS Guarda, EPE	53.245.933,58 €
ULS Alto Minho, EPE	79.813.128,45 €
ULS Castelo Branco, EPE	39.278.548,03 €
ULS Matosinhos, EPE	71.183.565,39 €
ULS Litoral Alentejano, EPE	25.444.341,42 €
ULS Nordeste, EPE	57.201.776,95 €
ULS Baixo Alentejo, EPE	49.189.959,55 €
ULS Norte Alentejano, EPE	46.077.350,41 €
Outras entidades da conta SNS	32.693.973,47 €
Total	3.655.035.059,69 €

Notas: Outras entidades da Conta SNS inclui: Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.; Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P. e Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.

Os valores apresentados representam os custos reportados por entidade, não contemplando eventuais ajustes efetuados no âmbito do processo de consolidação de contas do SNS.

Fonte: Conta do SNS

Da análise do quadro resulta que as cinco ARS são responsáveis por cerca de 24% da despesa com pessoal do SNS, ao passo que as Unidades Locais de Saúde representam cerca de 12% dos encargos com recursos humanos.

Se conjugarmos o total de encargos por entidade em 2016 com o número total de trabalhadores existentes em dezembro do mesmo ano, podemos obter uma média de custos por trabalhador. Naturalmente, trata-se de um valor meramente indicativo que deverá ser analisado com a devida ponderação uma vez que os encargos englobam a totalidade do ano, enquanto o número de trabalhadores diz apenas respeito ao efetivos existentes em dezembro 2016. De qualquer forma, permite dar um valor indicativo dos custos médios por trabalhador pelas diferentes entidades.

Quadro 21. **Total custos com pessoal e média de custos por trabalhador**

Entidade	Total de custos com pessoal	Média de custos por trabalhador (em milhares de euros)
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	297.798.710,22 €	35,35
ARS Alentejo, IP	25.488.592,04 €	34,49
ARS Algarve, IP	47.488.901,01 €	29,83
ARS Centro, IP	158.639.910,96 €	35,51
ARS Norte, IP	336.364.344,03 €	37,76
CH Cova da Beira, EPE	33.719.526,91 €	28,26
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	51.107.448,13 €	26,3
CH Leiria, EPE	53.463.903,59 €	27,32
CH Lisboa Ocidental, EPE	106.932.980,48 €	27,61
CH Lisboa Central, EPE	211.730.794,90 €	28,37
CH São João, EPE	167.389.389,12 €	29,89
CH Setúbal, EPE	56.034.379,00 €	26,12
CH Algarve, EPE	108.864.488,14 €	25,96
CH Baixo Vouga, EPE	48.257.720,19 €	28,91
CH Barreiro e Montijo, EPE	45.947.732,35 €	26,7
CH Oeste	40.903.771,37 €	27,27
CH Porto, EPE	131.075.809,13 €	31,12
CH Tâmega e Sousa, EPE	49.461.806,92 €	27,74
CH Universitário de Coimbra, EPE	224.613.038,49 €	29,94
CH Lisboa Norte, EPE	176.648.340,18 €	28,38
CH Médio Ave, EPE	30.598.615,42 €	28,92

Entidade	Total de custos com pessoal	Média de custos por trabalhador (em milhares de euros)
CH Médio Tejo, EPE	46.625.546,77 €	25,55
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	19.414.949,24 €	29,92
CH Tondela-Viseu, EPE	68.135.613,61 €	29,51
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	71.962.086,25 €	29,58
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	98.430.287,98 €	29,18
CH Psiquiátrico de Lisboa	14.093.962,51 €	25,21
H Senhora da Oliveira - Guimarães, EPE	45.473.348,50 €	29,76
H Magalhães Lemos, EPE	10.248.832,85 €	26,62
H Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	2.343.739,35 €	24,16
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	17.825.544,57 €	29,81
H Santa Maria Maior, EPE	13.291.519,71 €	26,48
H Distrital de Santarém, EPE	42.987.419,91 €	26,75
H Doutor Francisco Zagalo - Ovar	3.767.108,13 €	29,43
H Espírito Santo-Évora, EPE	43.726.026,17 €	29,93
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	81.560.524,30 €	28,46
H Garcia de Orta, EPE	74.919.072,05 €	28,54
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	3.839.339,35 €	22,99
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	3.265.976,22 €	26,55
IPO Coimbra, EPE	26.355.062,43 €	26,73
IPO Lisboa, EPE	52.735.321,39 €	28,43
IPO Porto, EPE	57.374.998,57 €	27,41
ULS Guarda, EPE	53.245.933,58 €	31,4
ULS Alto Minho, EPE	79.813.128,45 €	32,3
ULS Castelo Branco, EPE	39.278.548,03 €	30,95
ULS Matosinhos, EPE	71.183.565,39 €	31,23
ULS Litoral Alentejano, EPE	25.444.341,42 €	26,73
ULS Nordeste, EPE	57.201.776,95 €	31,31
ULS Baixo Alentejo, EPE	49.189.959,55 €	30,1
ULS Norte Alentejano, EPE	46.077.350,41 €	30,23
Outras entidades da Conta SNS	32.693.973,47 €	28,75
Total	3.655.035.059,69 €	29,59

Notas: Outras entidades da Conta SNS inclui: Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.; Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P. e Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.

Os valores apresentados representam os custos reportados por entidade, não contemplando eventuais ajustes efetuados no âmbito do processo de consolidação de contas do SNS.

Fonte: Conta do SNS

A partir do quadro anterior pode concluir-se, com as reservas atrás expostas, que os valores de custos médios por trabalhador são mais elevados nas Administrações Regionais de Saúde (excetuando apenas a ARS do Algarve) registando custos médios que variam entre 34,5 e 37,8 mil euros. As Unidades Locais de Saúde (excetuando a Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano) apresentam, igualmente, uma certa homogeneidade de custos médios por trabalhador, entre 30 e 32 mil euros.

No que respeita aos estabelecimentos hospitalares, a entidade que apresenta um custo médio por trabalhador mais elevado é o Centro Hospitalar do Porto, EPE sendo a única entidade hospitalar que registou um custo médio por trabalhador superior a 30 mil euros.

Parte II

Evolução dos recursos humanos no Ministério da Saúde e no Serviço Nacional de Saúde

No presente capítulo irá procurar caracterizar-se a evolução ocorrida no âmbito dos recursos humanos da saúde, sempre que existir informação, no período compreendido entre 2010 e 2016.

Em termos gerais assistiu-se a uma redução generalizada do número de trabalhadores no âmbito das entidades e organismos dependentes do Ministério da Saúde entre 2010 e 2014. Só a partir de 2015 se inverteu essa tendência e o ano 2016 foi o que registou o maior aumento de efetivos 3.703 para todo o universo, dos quais 3.521 referem-se a admissões nas entidades SPA e EPE.

No ano 2016 o universo de médicos especialistas das entidades SPA e EPE registou um aumento de 822 especialistas o que traduz um sinal claro de preferência destes profissionais pelas entidades que integram estes dois universos do SNS.

O pessoal de enfermagem registou, em 2016, um aumento de 1.778 profissionais, dos quais 1.689 nas entidades SPA e EPE. Nestas mesmas entidades registou-se um aumento de 229 técnicos de diagnóstico e terapêutica e 255 assistentes operacionais.

No período em análise registou-se um aumento de 1.240 ingressos no internato médico, das quais 839 no ano comum e 401 na formação especializada. No ano 2016 concluíram a formação especializada 1.255 médicos o que representa um acréscimo de 19,2% face ao ano de 2015 e o maior número de médicos formados da série temporal.

Os encargos com pessoal registaram um aumento de 5,4%, para o que contribuiu a reposição dos cortes remuneratórios introduzidos aquando da intervenção económica externa a que o país esteve sujeito.

1. Evolução dos trabalhadores no Ministério da Saúde (2010 – 2016)

No período em análise a evolução dos trabalhadores do setor da saúde sofreu oscilações assinaláveis, registando, com exceção do ano 2012 – abertura do Hospital Beatriz Ângelo - um decréscimo entre 2010 e 2014. Apenas em 2015 se assiste à inversão dessa tendência. Em termos globais, em 2016 o total de trabalhadores do Ministério da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde (SNS) era de 129.915, o que representa o maior número de efetivos do período em análise.

Se analisarmos o Gráfico 14 que retrata a evolução dos trabalhadores afetos a entidades e organismos do setor público administrativo e empresarial da saúde, constata-se que o decréscimo do número de trabalhadores registados entre 2010 e 2014 foi anual e progressivo, tendência que só veio a ser invertida a partir de 2015.

Na verdade, em face da necessidade de cumprir com a redução de despesa pública, imposta pelo Memorando de Entendimento Sobre as Condicionalidades de Política Económica FMI, BCE, UE e Portugal, foram adotadas diversas medidas de contenção da despesa na administração pública, com um impacto significativo nos recursos humanos do Ministério da Saúde.

No período compreendido entre 2010 e 2014, e no universo das entidades SPA e EPE, assistiu-se a uma diminuição de cerca de 6,0% no número total de trabalhadores. Essa tendência foi transversal à maioria dos grupos profissionais, com a exceção do pessoal médico que tem apresentado um crescimento desde 2010.

No ano 2015 assiste-se a uma viragem dessa tendência tendo-se registado um acréscimo de 2,7% face ao ano de 2014.

Em dezembro de 2016 o número de trabalhadores, nas entidades e serviços integrados no setor público administrativo e nas entidades do setor empresarial do Estado no âmbito do setor da saúde, atingiu um total de 123.519, o que, em termos absolutos, representa um acréscimo de 3.521 trabalhadores face a 2015.

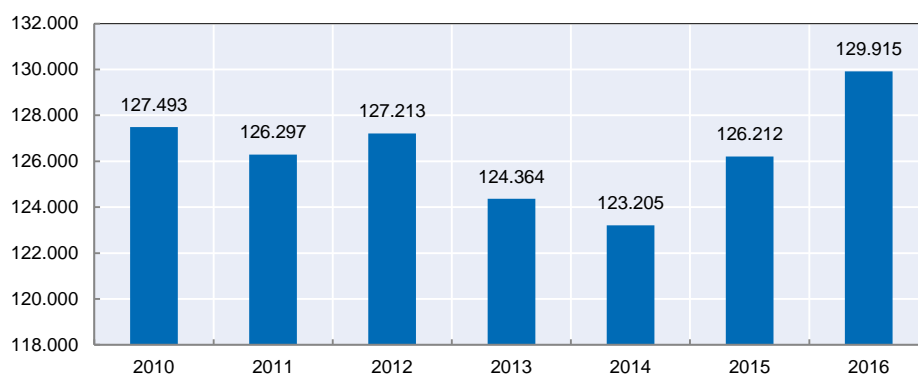
Se considerarmos igualmente os trabalhadores afetos às entidades em regime de PPP o crescimento efetivo foi de 3.703 trabalhadores.

Incremento trabalhadores novembro 2015 e dezembro 2016

Considerando o início de funções do atual Governo, ou seja, se compararmos a evolução dos trabalhadores entre novembro 2015 e dezembro 2016, tendo em consideração o incremento de efetivos ocorrido no último mês de 2015, nomeadamente decorrente do plano de contingência para as temperaturas extremas adversas – módulo inverno, registou-se um aumento de 3.830 efetivos.

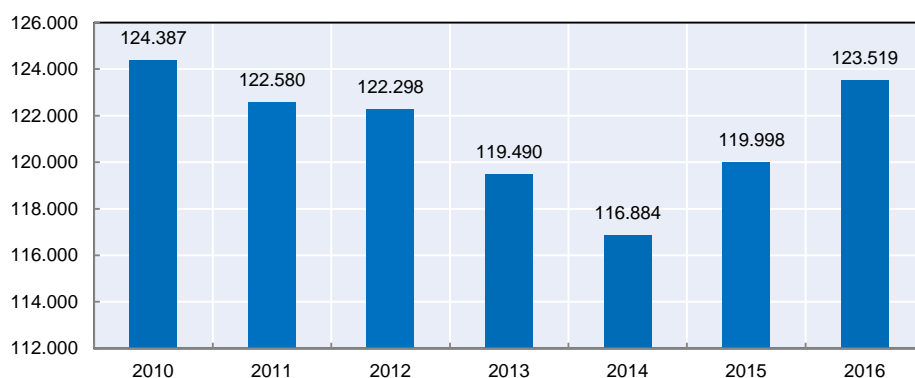
Neste período o pessoal de enfermagem cresceu 4,4%.

Gráfico 13. Evolução do número de trabalhadores no Ministério da Saúde e no SNS – entidades SPA, EPE e PPP



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

Gráfico 14. Evolução do número de trabalhadores no Ministério da Saúde e no SNS – entidades SPA e EPE



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

Tal como resulta do Gráfico 14 que antecede, entre 2010 e 2014 registou-se um decréscimo global superior a 7.500 profissionais nas entidades dos setores público administrativo e empresarial do SNS.

Nos gráficos 15 a 21 apresenta-se a evolução do número de trabalhadores, no período em análise, por grupo profissional.

A diminuição do número de trabalhadores foi transversal a todos os grupos profissionais com exceção do pessoal médico que foi o único que apresentou ao longo da série um crescimento efetivo de trabalhadores.

Para este crescimento, contribuiu, como é sabido, os ingressos anuais no Ano Comum, requisito necessário para o exercício autónomo da profissão médica por parte dos estudantes que concluem a respetiva formação académica.

Se analisarmos apenas a evolução dos médicos especialistas afetos às entidades e organismos dos setores público administrativo e empresarial do SNS – gráfico 16, constata-se que o decréscimo que se ocorreu entre 2010 a 2014 também afetou o pessoal médico. Neste período assistiu-se a uma diminuição de cerca de 5,1% dos médicos especialistas.

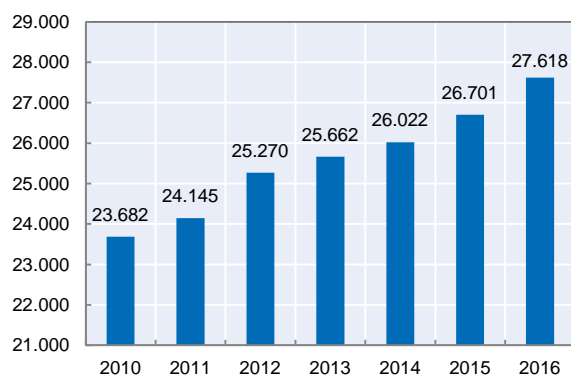
No que concerne à evolução do pessoal de enfermagem também se verificou uma diminuição de profissionais até 2014, à exceção do ligeiro crescimento verificado em 2012 (facto que estará relacionado com a abertura do Hospital Beatriz Ângelo).

Esta tendência foi, igualmente, invertida a partir de 2015. O ano 2016, no período em análise, foi o que registou o maior aumento de profissionais de enfermagem e o que apresenta o maior número de trabalhadores neste grupo profissional. No período compreendido entre novembro de 2015 e dezembro de 2016 registou-se um aumento de 4,4% profissionais de enfermagem.

Incremento de médicos especialistas

No ano 2016 registou-se um expressivo aumento de médicos especialistas (+822 especialistas) nas entidades SPA e EPE do SNS. Este aumento quase duplicou o crescimento ocorrido em 2015 e é o ano em que se regista o maior número de médicos especialistas o que revela um sinal da preferência destes profissionais pelas entidades que integram estes dois universos do SNS.

Gráfico 15. Evolução do pessoal médico (total)
- entidades SPA, EPE e PPP



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

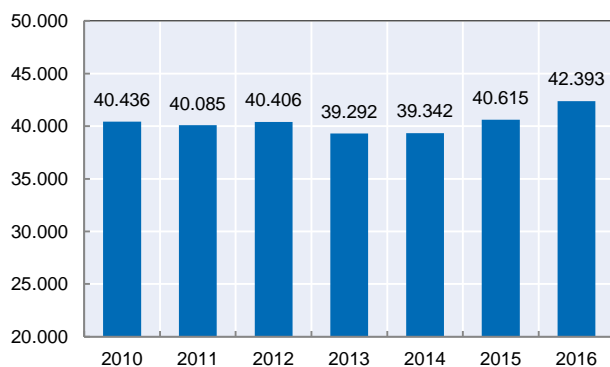
Gráfico 16. Evolução do pessoal médico especialista
- entidades SPA e EPE



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

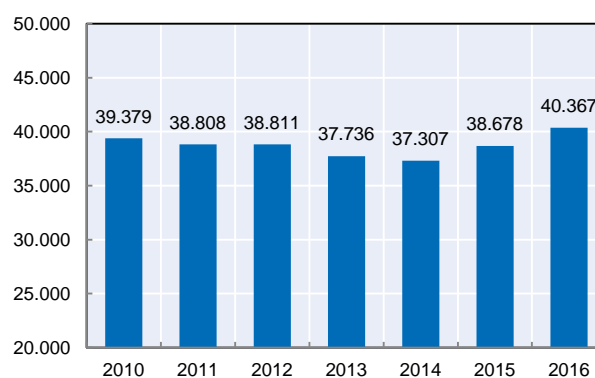
Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

Gráfico 17. Evolução do pessoal de enfermagem
- entidades SPA, EPE e PPP



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

Gráfico 18. Evolução do pessoal de enfermagem
- entidades SPA e EPE



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

No que respeita ao grupo de pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica, a evolução registada consta do Gráfico 19.

O número de Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica diminuiu de forma muito acentuada até 2014. Neste período registou-se uma diminuição de cerca de 5% dos trabalhadores inseridos neste grupo profissional.

Após 2014 assistiu-se a uma reposição de trabalhadores nas diversas profissões que integram este grupo profissional, registando-se em 2016 o valor mais elevado da série, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 6% face ao valor mínimo registado em 2014 (+433 trabalhadores).

Nos gráficos 20 e 21 apresenta-se a evolução dos trabalhadores incluídos nos grupos profissionais assistente técnico e assistente operacional.

Relativamente aos trabalhadores incluídos no grupo profissional de assistente técnico é possível constatar que o decréscimo ocorrido foi bastante acentuado tendo-se registado uma diminuição no período em análise superior a 1.600 efetivos. Para o facto terá contribuído o programa de rescisões por mútuo acordo ocorrido em 2013-2014.

A diminuição do total de trabalhadores ocorrida até 2014 foi particularmente acentuada no grupo profissional assistente operacional. De facto, de todos os grupos profissionais, este foi o que apresentou a diminuição mais significativa com uma quebra superior a 3.200 efetivos.

Apesar da recuperação que se verifica após o ano 2015, o total de trabalhadores ao serviço

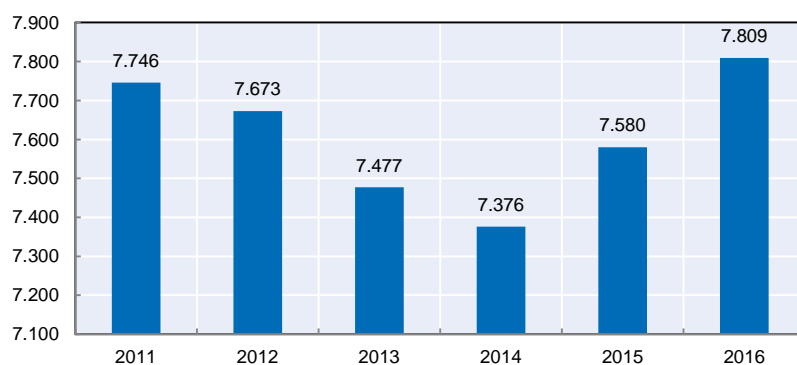
das entidades e organismos do setor da saúde ainda está muito aquém do que se registava em 2011.

Evolução de recursos humanos 2010-2016

Entre 2010 e 2014 o setor da saúde registou uma diminuição acentuada de trabalhadores tendo perdido 7.500 efetivos no universo das entidades SPA e EPE.

Após 2015 a tendência de diminuição começa a ser invertida e, em 2016, a reposição de trabalhadores é particularmente evidente. Neste ano regista-se um incremento total de cerca de 3.700 trabalhadores. O crescimento de trabalhadores é particularmente visível nas entidades SPA e EPE registando-se um aumento de 822 médicos especialistas, 1.689 enfermeiros, 229 técnicos de diagnóstico e terapêutica e 255 assistentes operacionais.

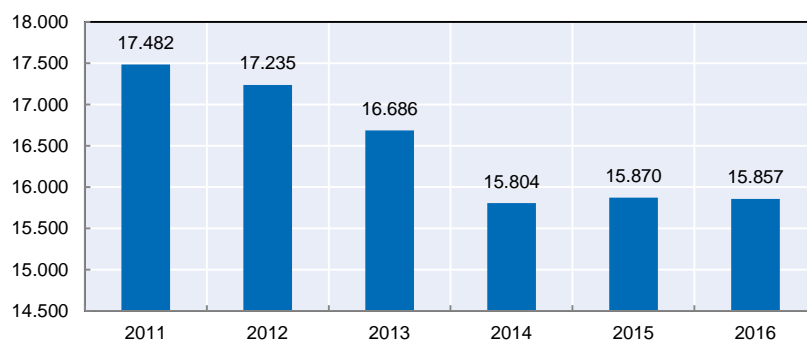
Gráfico 19. Evolução do pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

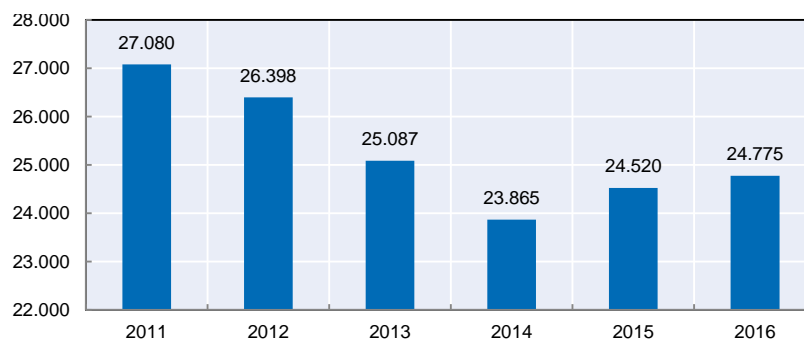
Gráfico 20. Evolução do pessoal assistente técnico



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

Gráfico 21. Evolução do pessoal assistente operacional



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

Após a análise por grupo profissional, apresenta-se em seguida a evolução ocorrida entre 2014 e 2016 em cada região de saúde. Por falta de informação, uma vez a utilização da aplicação informática RHV a todas as entidades e serviços na dependência do Ministério da Saúde apenas ocorreu a partir do ano 2014, não é possível apresentar os dados relativos a toda a série temporal.

Do Quadro 22 é possível constatar que, desde os valores mínimos registados em 2014, todas as regiões de saúde têm vindo a assistir ao reforço dos seus recursos humanos. As regiões de saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e do Norte foram as que registaram os maiores crescimentos.

O aumento generalizado foi mais significativo no ano 2016, quando comparado com o ocorrido em 2015.

No Quadro 23 apresenta-se a evolução do número de trabalhadores por entidade ocorrida no mesmo período temporal - 2014 a 2016.

Na sequência do que se constatou globalmente, ao nível institucional assistiu-se igualmente a um aumento de profissionais na maioria das entidades, particularmente de 2015 para 2016.

Em termos absolutos as cinco entidades que registaram maior crescimento de trabalhadores foram o Centro Hospitalar Vila Nova Gaia/Espinho, EPE (+375), o Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE (+293), a

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP (+191), o Hospital Distrital de Santarém, EPE (+157) e o Centro Hospitalar do Algarve, EPE (+152).

No Quadro 24, apresenta-se ainda a evolução do número de profissionais por região de saúde e grupo profissional.

Evolução de trabalhadores por região, entidade e grupo profissional

De um modo geral, no ano 2016, assistiu-se a um reforço generalizado do número de trabalhadores ao serviço das entidades dos setores SPA e EPE da saúde.

Esse crescimento verificou-se quer a nível regional, quer ao nível das diversas entidades que integram estes dois setores do SNS.

É, contudo, de salientar o reforço em entidades tradicionalmente mais carenciadas e com maior dificuldade em captar recursos humanos, como sejam Centro Hospitalar Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE (+103), Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE (+106), Centro Hospitalar do Oeste (+74), Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE (+68), Hospital Espírito Santo-Évora, EPE (+59) e Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, EPE (+50).

Quadro 22. Evolução do número de trabalhadores por região de saúde

Ano	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Serviços centrais	Total
2014	38.730	23.040	40.128	6.109	5.454	3.423	116.884
2015	39.779	23.642	41.293	6.207	5.623	3.454	119.998
2016	41.045	24.039	42.810	6.310	5.786	3.529	123.519
Var. 2015-2014	1.049 2,70%	602 2,60%	1.165 2,90%	98 1,60%	169 3,10%	31 0,90%	3.114 2,70%
Var. 2016-2015	1.266 3,20%	397 1,70%	1.517 3,70%	103 1,70%	163 2,90%	75 2,20%	3.521 2,90%
Var. total	2.315 6,00%	999 4,30%	2.682 6,70%	201 3,30%	332 6,10%	106 3,10%	6.635 5,70%

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

Quadro 23. Evolução do número de trabalhadores por entidade

Entidade	2014	2015	2016	Var. (2016 – 2015)	
				Valor	%
Ação Governativa - MS	42	37	35	-2	-5,40%
ACSS, IP	153	174	193	19	10,90%
ARS Alentejo, IP	728	738	739	1	0,10%
ARS Algarve, IP	1.557	1.581	1.592	11	0,70%
ARS Centro, IP	4.315	4.363	4.467	104	2,40%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	8.036	8.233	8.424	191	2,30%
ARS Norte, IP	8.517	8.784	8.909	125	1,40%
Autoridade Nacional Medicamento Produtos de Saúde, IP	361	354	353	-1	-0,30%
CH Barreiro/Montijo, EPE	1.520	1.600	1.721	121	7,60%
CH Cova da Beira, EPE	1.202	1.222	1.193	-29	-2,40%
CH Leiria, EPE	1.772	1.892	1.957	65	3,40%
CH Lisboa Central, EPE	7.109	7.169	7.462	293	4,10%
CH Lisboa Ocidental, EPE	3.642	3.775	3.873	98	2,60%
CH São João, EPE	5.358	5.493	5.600	107	1,90%
CH Setúbal, EPE	1.963	2.102	2.145	43	2,00%
CH Algarve, EPE	3.897	4.042	4.194	152	3,80%

Entidade	2014	2015	2016	Var. (2016 – 2015)	
				Valor	%
CH Baixo Vouga, EPE	1.522	1.632	1.669	37	2,30%
CH Médio Ave, EPE	1.072	1.049	1.058	9	0,90%
CH Oeste	1.433	1.426	1.500	74	5,20%
CH Porto, EPE	3.998	4.097	4.212	115	2,80%
CH Universitário de Coimbra, EPE	7.273	7.469	7.503	34	0,50%
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	1.706	1.819	1.943	124	6,80%
CH Lisboa Norte, EPE	6.056	6.101	6.225	124	2,00%
CH Médio Tejo, EPE	1.644	1.719	1.825	106	6,20%
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	576	604	649	45	7,50%
CH Psiquiátrico de Lisboa	577	563	559	-4	-0,70%
CH Tâmega e Sousa, EPE	1.603	1.715	1.783	68	4,00%
CH Tondela-Viseu, EPE	2.170	2.261	2.309	48	2,10%
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	2.230	2.330	2.433	103	4,40%
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	3.049	2.998	3.373	375	12,50%
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	146	151	167	16	10,60%
Direção-Geral da Saúde	137	138	137	-1	-0,70%
H Arcebispo João Crisóstomo	98	93	97	4	4,30%
H Senhora da Oliveira, Guimarães, EPE	1.557	1.491	1.528	37	2,50%
H Magalhães Lemos, EPE	369	374	385	11	2,90%
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	555	575	598	23	4,00%
Hospital Distrital de Santarém, EPE	1.394	1.450	1.607	157	10,80%
H Dr. Francisco Zagalo	128	125	128	3	2,40%
H Espírito Santo de Évora, EPE	1.372	1.402	1.461	59	4,20%
H Garcia de Orta, EPE	2.366	2.491	2.625	134	5,40%
H José Luciano Castro - Anadia	117	0	0	0	
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	2.531	2.747	2.866	119	4,30%
H Santa Maria Maior, EPE	465	495	502	7	1,40%
Inspeção-Geral das Atividades em Saúde	85	78	80	2	2,60%
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	109	115	123	8	7,00%
Instituto Nacional de Emergência Médica	1.235	1.256	1.273	17	1,40%
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, IP	458	473	481	8	1,70%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	463	467	463	-4	-0,90%
IPO Coimbra, EPE	911	949	986	37	3,90%
IPO Lisboa, EPE	1.748	1.802	1.855	53	2,90%
IPO Porto, EPE	1.921	2.030	2.093	63	3,10%

Entidade	2014	2015	2016	Var. (2016 – 2015)	
				Valor	%
Secretaria-Geral do Ministério da Saúde	55	59	57	-2	-3,40%
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	264	251	293	42	16,70%
Serv. Interv. Comportamentos Aditivos e Dependências	170	167	164	-3	-1,80%
ULS Guarda, EPE	1.640	1.660	1.696	36	2,20%
ULS Castelo Branco, EPE	1.191	1.250	1.269	19	1,50%
ULS Matosinhos, EPE	2.184	2.284	2.279	-5	-0,20%
ULS Alto Minho, EPE	2.378	2.398	2.471	73	3,00%
ULS Baixo Alentejo, EPE	1.614	1.619	1.634	15	0,90%
ULS Litoral Alentejano, EPE	849	902	952	50	5,50%
ULS Nordeste, EPE	1.747	1.818	1.827	9	0,50%
ULS Norte Alentejano, EPE	1.546	1.546	1.524	-22	-1,40%
Total	116.884	119.998	123.519	3.521	2,93%

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

Quadro 24. Evolução do número de trabalhadores por grupo profissional e região

Grupo Profissional	Região	2014	2015	2016	Var. (2016-2015)	
					Valor	%
Médicos (Total)						
	Norte	9.057	9.449	9.788	339	3,59%
	Centro	4.794	4.895	5.047	152	3,11%
	Lisboa e Vale do Tejo	8.765	9.012	9.343	331	3,67%
	Alentejo	936	959	981	22	2,29%
	Algarve	878	931	979	48	5,16%
	Serviços centrais	64	62	64	2	3,23%
	Total	24.494	25.308	26.202	894	3,53%
Médicos (sem internos)						
	Norte	6.041	6.324	6.672	348	5,50%
	Centro	3.264	3.321	3.461	140	4,22%
	Lisboa e Vale do Tejo	5.887	5.951	6.218	267	4,49%
	Alentejo	676	683	701	18	2,64%
	Algarve	599	638	684	46	7,21%

Grupo Profissional	Região	2014	2015	2016	Var. (2016-2015)	
					Valor	%
	Serviços centrais	63	61	64	3	4,92%
	Total	16.530	16.978	17.800	822	4,84%
Internos						
	Norte	3.016	3.125	3.116	-9	-0,29%
	Centro	1.530	1.574	1.586	12	0,76%
	Lisboa e Vale do Tejo	2.878	3.061	3.125	64	2,09%
	Alentejo	260	276	280	4	1,45%
	Algarve	279	293	295	2	0,68%
	Serviços centrais	1	1	0	-1	-100,00%
	Total	7.964	8.330	8.402	72	0,86%
Enfermeiros						
	Norte	12.864	13.237	13.812	575	4,34%
	Centro	7.875	8.162	8.393	231	2,83%
	Lisboa e Vale do Tejo	12.561	13.156	13.894	738	5,61%
	Alentejo	1.980	2.051	2.118	67	3,27%
	Algarve	1.821	1.866	1.949	83	4,45%
	Serviços centrais	206	206	201	-5	-2,43%
	Total	37.307	38.678	40.367	1.689	4,37%
Técnicos superiores de saúde						
	Norte	511	504	505	1	0,20%
	Centro	341	342	342	0	0,00%
	Lisboa e Vale do Tejo	536	525	523	-2	-0,38%
	Alentejo	72	70	69	-1	-1,43%
	Algarve	58	56	56	0	0,00%
	Serviços centrais	127	129	128	-1	-0,78%
	Total	1.645	1.626	1.623	-3	-0,18%
Técnicos de diagnóstico e terapêutica						
	Norte	2.021	2.094	2.180	86	4,11%
	Centro	1.400	1.439	1.480	41	2,85%
	Lisboa e Vale do Tejo	2.890	2.969	3.042	73	2,46%
	Alentejo	440	442	455	13	2,94%
	Algarve	402	409	428	19	4,65%
	Serviços centrais	223	227	224	-3	-1,32%
	Total	7.376	7.580	7.809	229	3,02%

Grupo Profissional	Região	2014	2015	2016	Var. (2016-2015)	
					Valor	%
Assistentes técnicos						
	Norte	5.032	5.076	5.135	59	1,16%
	Centro	3.004	2.996	3.018	22	0,73%
	Lisboa e Vale do Tejo	5.290	5.262	5.356	94	1,79%
	Alentejo	982	971	968	-3	-0,31%
	Algarve	756	802	813	11	1,37%
	Serviços centrais	740	763	567	-196	-25,69%
	Total	15.804	15.870	15.857	-13	-0,08%
Assistentes operacionais						
	Norte	7.772	7.927	8.055	128	1,61%
	Centro	4.793	4.969	4.899	-70	-1,41%
	Lisboa e Vale do Tejo	8.488	8.775	8.965	190	2,17%
	Alentejo	1.373	1.386	1.378	-8	-0,58%
	Algarve	1.227	1.252	1.259	7	0,56%
	Serviços Centrais	212	211	219	8	3,79%
	Total	23.865	24.520	24.775	255	1,04%
Outros						
	Norte	1.473	1492	1.570	78	5,23%
	Centro	833	839	860	21	2,50%
	Lisboa e Vale do Tejo	1.598	1594	1.687	93	5,83%
	Alentejo	326	328	341	13	3,96%
	Algarve	312	307	302	-5	-1,63%
	Serviços centrais	1.851	1856	2.126	270	14,55%
	Total	6.393	6.416	6.886	470	7,33%
Total geral		116.884	119.998	123.519	3.521	2,93%

Nota: Não inclui entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades

2. Médicos aposentados no ativo

De modo a poder dar resposta à carência que ainda subsiste de médicos em Portugal e, deste modo, assegurar a manutenção dos cuidados de saúde a todos os cidadãos, veio o Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, estabelecer as condições em que médicos aposentados podem exercer funções públicas ou prestar trabalho remunerado em estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Não obstante a bondade daquele regime, a verdade é que, em resultado do regime remuneratório ali previsto, em particular, quando, por um lado, os médicos apenas tivessem disponibilidade para exercer funções em regime de tempo parcial, a adesão por parte dos trabalhadores médicos aposentados não se revelou tão satisfatória, quanto as necessidades das populações aconselhavam.

Neste sentido, em linha com o Programa do XXI Governo Constitucional, no quadro da reforma do SNS, em que se assume o compromisso de aperfeiçoar a gestão dos recursos e de promover a valorização dos profissionais de saúde, através da lei dos orçamentos de Estado para 2016, mantido na Lei do orçamento de Estado para 2017, foi alterado aquele regime remuneratório, situação que permitiu aumentar o número de contratações de pessoal médico aposentado.

Constata-se que o número de médicos aposentados no ativo tem aumentado desde 2010, sendo que no último ano registou-se um aumento de 38,7% face ao ano anterior. A região com o maior número de profissionais

nesta situação é Lisboa e Vale do Tejo (141 médicos).

O Quadro 26 apresenta a evolução, desde o ano de 2010, do número de médicos aposentados que se encontram no ativo, em função da respetiva especialidade.

Evolução de pessoal médico aposentado em exercício de funções

A alteração introduzida em 2016 ao regime jurídico de exercício de funções remuneradas nas entidades SPA e EPE do SNS por parte dos médicos aposentados, permitiu reforçar substancialmente o número de profissionais que se disponibilizaram para regressar ao ativo.

Em 2016 assistiu-se a um crescimento de 38,7% do pessoal médico nestas circunstâncias.

Salienta-se, em particular, o aumento verificado nas especialidades mais carenciadas como sejam a Medicina Geral e Familiar e a Anestesiologia.

Quadro 25. Evolução de médicos aposentados no ativo por região

Região	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	10	30	33	31	44	41	49
Centro	13	40	48	56	61	69	81
Lisboa e Vale do Tejo	11	58	64	64	72	81	141
Alentejo	8	19	20	14	14	13	17
Algarve	4	5	7	8	11	13	13
Total Geral	46	152	172	173	202	217	301

Nota: Foram contabilizados todos os médicos com situação registada no RHV como “Trabalhador no ativo após aposentação”

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 26. Evolução de médicos aposentados no ativo por especialidade

Especialidade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Anatomia Patológica	0	1	2	2	2	1	1
Anestesiologia	4	5	9	9	11	11	17
Cardiologia	3	6	6	4	5	3	3
Cirurgia Cardio-Torácica	0	0	0	2	3	5	6
Cirurgia Geral	2	3	3	1	3	4	5
Cirurgia Pediátrica	0	2	2	2	2	2	3
Cirurgia Plástica Reconstructiva	0	0	0	0	2	2	2
Codificação/Auditoria	0	0	0	0	0	0	1
Gastrenterologia	3	5	5	3	2	2	2
Ginecologia/Obstetrícia	7	10	11	11	11	9	8
Hematologia Clínica	1	3	3	3	3	2	1
Imunohemoterapia	0	0	1	1	1	1	2
Infeciologia	0	0	0	0	0	0	1
Medicina do Trabalho	0	0	0	0	0	1	1
Medicina Geral e Familiar	11	70	81	105	122	129	186
Medicina Interna	5	7	6	6	8	10	13
Neurologia	0	0	1	1	1	2	2
Oftalmologia	1	6	6	3	3	3	5
Oncologia Medica	0	0	0	0	0	0	1
Ortopedia	1	6	6	5	5	7	10
Otorrinolaringologia	2	2	2	1	1	1	1

PARTE II | 2. MÉDICOS APOSENTADOS NO ATIVO

Especialidade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Patologia Clínica	0	2	2	0	0	0	0
Pediatria Médica	1	5	4	3	4	7	6
Psiquiatria Criança/Adolescente	0	1	1	1	1	1	1
Pneumologia	2	3	3	3	4	3	4
Psiquiatria	0	1	3	3	4	5	6
Radiologia	1	1	1	1	1	1	2
Saúde Pública	0	1	2	2	2	3	5
Urologia	1	1	1	1	1	1	3
Sem especialidade ou desconhecida	1	11	11	0	0	1	3
Total Geral	46	152	172	173	202	217	301

Nota: Foram contabilizados todos os médicos com situação registada no RHV como “Trabalhador no ativo após aposentação”

Fonte: Dados provenientes do RHV

3. Formação médica no Serviço Nacional de Saúde (2010 – 2016)

A formação médica em Portugal materializa-se no internato médico enquanto processo formativo pós-graduado que conduz ao reconhecimento do exercício autónomo da medicina bem como, no âmbito das idoneidades e capacidades formativas identificadas em cada ano quanto às especialidades médicas, à obtenção do grau de especialista numa área de especialização.

O internato médico é, assim, composto por duas vertentes: ano comum e formação especializada tendo por escopo a formação de pessoal médico altamente qualificado que venha a responder às necessidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e, assim, constituir um pilar da sustentabilidade e capacidade de evolução deste Serviço. Existem, atualmente, 48 áreas de especialização.

O ingresso é feito exclusivamente por procedimento concursal aberto para o efeito, através do qual se verifica a colocação nos estabelecimentos/serviços de saúde a coberto de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

O acesso ao ano comum, requisito para o exercício autónomo da medicina, é garantido, por parte do SNS, a todos candidatos admitidos ao procedimento concursal.

No que respeita à formação especializada, e em resultado do notório empenho colaborativo e rigor por que se pauta a intervenção pública neste domínio, é de salientar o esforço estratégico na abertura de vagas em especialidades tidas por

carenciadas, atentas as idiossincrasias da população e do território nacional, a par da tendencial aproximação do número de vagas disponibilizadas ao número cada vez mais elevado de candidatos admitidos.

A coordenação geral do internato cabe à ACSS, em articulação e com a colaboração das demais entidades e órgãos com competências na matéria, designadamente a Ordem dos Médicos e as Administrações Regionais de Saúde.

Atento o exposto quanto ao acesso ao ano comum e à formação especializada, pode comprovar-se através dos dados disponibilizados infra, o aumento gradual das vagas disponibilizadas de forma a salvaguardar o ingresso universal no ano comum e a atribuição de vaga de especialidade aos candidatos que reúnam as condições para o efeito.

Evolução formação médica

Em termos totais, no período compreendido entre 2010 e 2016, verificou-se um aumento de 839 ingressos no ano comum e de 401 entradas na formação específica.

Destaca-se o aumento ocorrido nas vagas para as especialidades de Medicina Geral e Familiar e de Medicina Interna, fornecendo, assim, uma resposta às particulares carências destas especialidades no SNS.

3.1. Internato médico: Evolução ano comum e formação específica

Quadro 27. Evolução das vagas no ano comum

Ano	Vagas abertas	Vagas preenchidas
2010	1.343	1.241
2011	1.546	1.439
2012	1.652	1.556
2013	1.700	1.635
2014	1.790	1.785
2015	1.950	1.941
2016	2.147	2.080

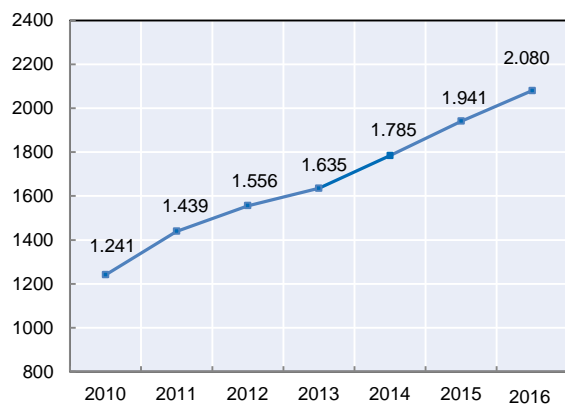
Fonte: ACSS

Quadro 28. Evolução das vagas na formação específica

Ano	Vagas abertas	Vagas preenchidas
2010	1.190	1.168
2011	1.391	1.355
2012	1.496	1.453
2013	1.541	1.525
2014	1.533	1.526
2015	1.612	1.602
2016	1.569	1.569

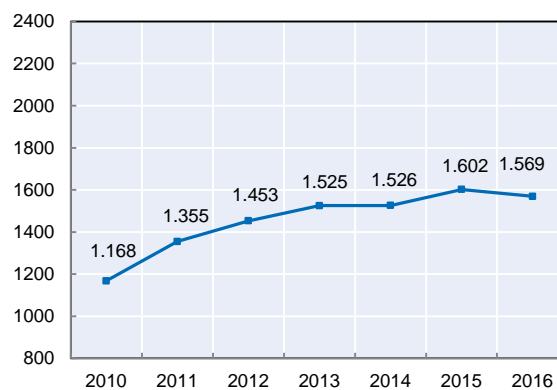
Fonte: ACSS

Gráfico 22. Evolução dos ingressos no ano comum



Fonte: ACSS

Gráfico 23. Evolução dos ingressos na formação específica



Fonte: ACSS

Quadro 29. Ingressos na formação específica por especialidade

Especialidade	Ano de ingresso						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Anatomia Patológica	15	16	22	16	11	18	15
Anestesiologia	77	74	63	51	64	70	80
Angiologia e Cirurgia Vascular	8	7	7	11	6	7	7
Cardiologia	20	26	25	28	29	28	29
Cardiologia Pediátrica	3	3	3	4	5	4	3
Cirurgia Cardíaca			4	5	4	4	5
Cirurgia Cardiorádica	6	6					
Cirurgia Geral	40	63	70	82	51	41	39
Cirurgia Maxilo-facial	5	4	2	3	4	4	5
Cirurgia Pediátrica	3	3	6	5	3	5	4
Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética	8	10	6	5	6	7	8
Cirurgia Torácica			3	3	3	2	2
Dermato-Venereologia	7	9	6	7	7	12	10
Doenças Infeciosas	6	11	16	20	17	17	13
Endocrinologia e Nutrição	8	13	17	11	14	15	14
Estomatologia	1		7	13	15	9	14
Farmacologia Clínica						2	2
Gastroenterologia	12	22	27	32	13	17	21
Genética Médica	3	4	3	5	3	4	5
Ginecologia/Obstetrícia	54	50	36	35	34	39	40
Hematologia Clínica	17	15	17	18	16	15	17
Imunoalergologia	4	6	9	10	13	9	7
Imunohemoterapia	9	11	15	22	18	15	19
Medicina Desportiva				3	2		2
Medicina Do Trabalho				5	5	6	6
Medicina Física e de Reabilitação	19	19	27	31	28	30	27
Medicina Geral e Familiar	339	378	436	404	456	512	473
Medicina Interna	146	169	190	226	226	200	201
Medicina Legal	5	6	5	8	8	10	4
Medicina Nuclear	4	4	3	4	4	4	5
Nefrologia	10	15	21	27	12	16	17
Neurocirurgia	7	8	9	10	6	11	7

Especialidade	Ano de ingresso						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Neurorradiologia	6	8	12	14	5	5	7
Oftalmologia	22	29	35	25	28	20	20
Oncologia Médica	30	37	38	26	26	34	29
Ortopedia	31	42	43	42	41	42	49
Otorrinolaringologia	14	22	30	15	19	19	22
Patologia Clínica	9	13	22	28	32	36	30
Pediatria	70	72	47	70	74	77	81
Pneumologia	14	17	16	25	35	36	31
Psiquiatria	44	47	40	60	60	65	55
Psiquiatria da Infância e da Adolescência	10	11	13	11	9	14	15
Radiologia	17	26	24	20	27	26	26
Radioncologia	10	11	10	4	5	8	12
Reumatologia	6	8	13	10	11	9	8
Saúde Pública	19	27	29	37	36	39	46
Urologia	13	12	10	7	9	11	10
Total geral	1.168	1.355	1.453	1.525	1.526	1.602	1.569

Fonte: ACSS

3.2. Médicos recém-especialistas (Evolução 2010 – 2016)

O quadro que se segue apresenta a evolução dos médicos internos que concluíram com aproveitamento a formação especializada, ou seja que passaram a ser médicos especialistas, em função do ano de conclusão do respetivo internato médico.

Da análise do quadro constata-se o esforço significativo e constante do Ministério da Saúde em formar novos especialistas. No ano 2016 registou-se um acréscimo de 19,2% de recém-especialistas face ao ano 2015, este aumento foi o mais significativo dos últimos sete anos.

Evolução de médicos recém-especialistas

Em termos absolutos, no ano 2016, registou-se um aumento de 202 médicos que concluíram o internato médico. O maior crescimento ocorreu na especialidade de anestesiologia (+49 médicos), na medicina geral e familiar (+36 médicos) e na medicina interna (+27 médicos).

Quadro 30. Evolução anual de médicos recém-especialistas por especialidade

Especialidade	Total de médicos recém-especialistas						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Anatomia patológica	4	7	7	11	3	6	11
Anestesiologia	86	67	48	49	61	16	65
Cardiologia	15	29	30	16	22	22	25
Cardiologia pediátrica	2	5	2	-	4	4	3
Cirurgia cardio-torácica	1	1	3	3	3	6	7
Cirurgia geral	39	32	58	35	31	42	35
Cirurgia maxilo-facial	-	-	4	2	2	1	5
Cirurgia pediátrica	3	1	6	3	2	2	4
Cirurgia plástica reconstrutiva	3	3	5	8	8	8	8
Cirurgia torácica	-	-	-	-	-	-	-
Cirurgia vascular	4	3	6	6	7	8	7
Dermatovenereologia	7	15	13	12	6	8	11
Endocrinologia	4	9	6	10	8	9	13
Estomatologia	1	4	3	-	2	-	6

Especialidade	Total de médicos recém-especialistas						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Gastroenterologia	12	16	12	19	15	12	22
Genética médica	2	3	3	2	-	2	3
Ginecologia / obstetrícia	25	39	48	43	37	50	44
Hematologia clínica	2	4	10	11	7	13	11
Imunoalergologia	8	7	8	6	9	2	4
Imunohemoterapia	2	3	3	1	5	6	6
Infeciologia	4	14	5	8	9	6	10
Medicina desportiva	-	-	-	-	-	-	-
Medicina do trabalho	-	-	-	-	-	-	-
Medicina física e de reabilitação	17	23	19	19	19	17	25
Medicina geral e familiar	203	195	154	143	255	343	379
Medicina interna	62	138	138	98	127	123	150
Medicina legal	4	5	8	5	5	3	5
Medicina nuclear	2	4	1	4	4	4	3
Nefrologia	9	20	13	11	18	9	14
Neurocirurgia	4	4	6	8	7	5	6
Neurologia	12	18	14	22	19	17	22
Neurorradiologia	9	8	14	1	8	4	7
Oftalmologia	24	22	32	37	20	31	33
Oncologia médica	11	15	18	15	15	28	33
Ortopedia	35	22	40	34	37	36	30
Otorrinolaringologia	10	12	13	12	18	14	19
Patologia clínica	7	14	5	11	2	7	13
Pediatria médica	79	82	83	60	82	66	71
Psiquiatria da infância e da adolescência	4	5	7	3	6	7	9
Pneumologia	15	21	15	15	20	15	16
Psiquiatria	19	35	26	26	33	42	53
Radiologia	13	34	24	21	18	17	25

Especialidade	Total de médicos recém-especialistas						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Radioterapia	6	6	6	9	6	11	6
Radioncologia	-	-	-	-	-	-	3
Reumatologia	9	7	3	7	4	5	10
Saúde Pública	5	4	9	9	5	12	10
Urologia	15	11	16	18	13	14	13
Total	798	967	944	833	982	1.053	1.255

Fonte: Dados extraídos da aplicação GTAMI.

4. Procedimentos concursais de Medicina Geral e Familiar

Como já ficou mencionado no capítulo anterior, a alteração do enquadramento legal dos procedimentos concursais para os médicos recém-especialistas, nomeadamente através da adoção do desenvolvimento de um procedimento centralizado, permitiu imprimir maior celeridade na conclusão dos procedimentos anualmente abertos e, conseqüentemente, obter ganhos assinaláveis ao nível da colocação dos médicos nos serviços e entidades identificados como carenciados.

Neste sentido, relativamente aos procedimentos abertos para os especialistas em Medicina Geral e Familiar ocorridos no período de 2012 a 2016, no Quadro 31 apresenta-se o resumo do período que mediou entre a publicação dos Despachos, que, em cada ano e época, identificaram como carenciados, nesta especialidade, os serviços

e estabelecimentos de saúde e a data da conclusão dos respetivos procedimentos.

Assim, apresenta-se a data do despacho, o número de vagas fixadas e a data de conclusão do respetivo procedimento em cada uma das Regiões de Saúde (até ao ano de 2015 a abertura dos concursos era regional) com indicação do número de dias até à conclusão.

Relativamente ao ano de 2016 os procedimentos passaram a ser desenvolvidos a nível centralizado, sob a coordenação da ACSS, o que permitiu obter ganhos significativos ao nível da celeridade processual, como resulta do Quadro 32 e Gráfico 24.

Nos gráficos 25 a 29 apresenta-se o desenvolvimento dos vários procedimentos concursais em cada uma das regiões de Saúde.

Quadro 31. Procedimentos concursais de Medicina Geral e Familiar

Despacho	Data	Vagas	ARS Norte		ARS Centro		ARS Lisboa e Vale do Tejo		ARS Alentejo		ARS Algarve	
			Conclusão	Dias até à conclusão (*)	Conclusão	Dias até à conclusão (*)	Conclusão	Dias até à conclusão (*)	Conclusão	Dias até à conclusão (*)	Conclusão	Dias até à conclusão (*)
7702-B/2012	04/jun/12	200	30/nov/12	176	01/out/12	117	14/set/12	100	06/nov/12	152	15/dez/12	191
15630/2012	07/dez/12	75	22/mar/13	105	15/mar/13	98	08/abr/13	121	01/jul/13	204	01/fev/13	54
2546/2013	15/fev/13	52	08/jul/13	143	08/abr/13	53	05/ago/13	170	02/fev/15	707	08/abr/13	53
8056-C/2013	20/jun/13	191	09/dez/13	169	01/nov/13	131	09/set/13	79	12/mai/14	322	15/nov/13	145
750-A/2014	16/jan/14	44	14/mai/14	118	01/jun/14	135	01/jun/14	135	18/ago/14	212	01/set/14	225
7007-A/2014	28/mai/14	250	10/nov/14	162	01/out/14	123	01/out/14	123	01/nov/14	153	01/nov/14	153
15543/2014	23/dez/14	70	24/fev/15	61	01/abr/15	98	11/mar/15	78	01/abr/15	98	18/mar/15	85
5471-A/2015	22/mai/15	237	17/set/15	115	09/out/15	137	17/ago/15	85	17/set/15	115	04/set/15	102
14426-A/2015	03/dez/15	140	27/jan/16	54	27/jan/16	54	27/jan/16	54	27/jan/16	54	27/jan/16	54

*Número de dias = Período de tempo desde a data de publicação do despacho até à data de conclusão do procedimento concursal

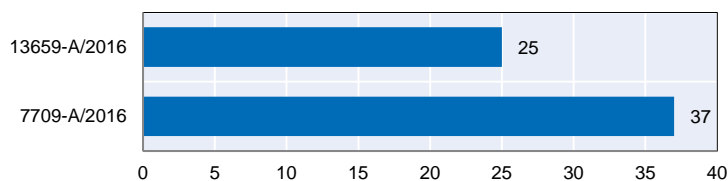
Fonte: Informação reportada pelas entidades

Quadro 32. Procedimentos concursais de Medicina Geral e Familiar coordenados pela ACSS

Despacho	Data publicação	Número de Vagas	ACSS	
			Data da conclusão	Número de dias até à data de conclusão
7709-A/2016	09/jun/2016	338	15/jul/2016	37
13659-A/2016	14/nov/2016	108	25/nov/2016	25

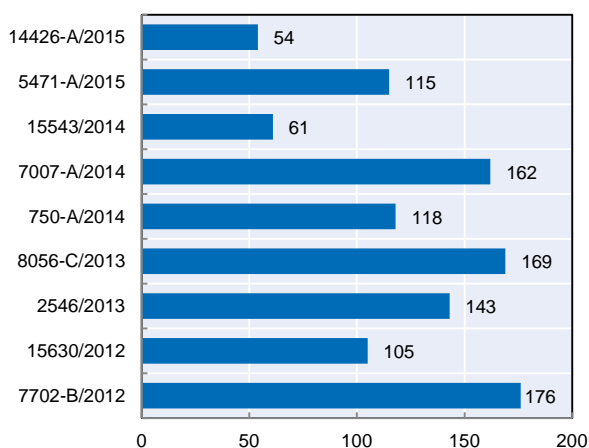
Fonte: ACSS

Gráfico 24. Duração dos procedimentos concursais (dias)



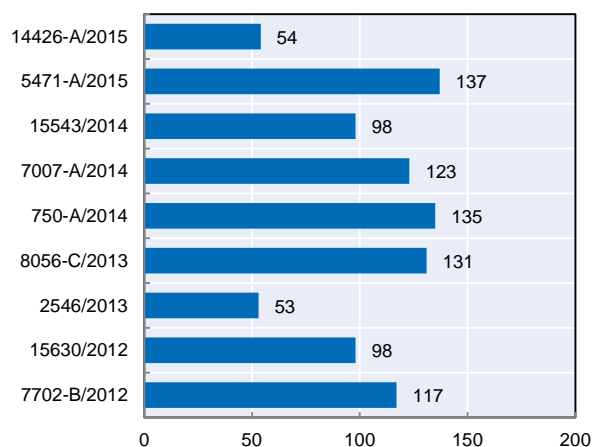
Fonte: Informação disponibilizada pelas entidades

Gráfico 25. Duração dos procedimentos concursais na ARS Norte (2012 - 2015)



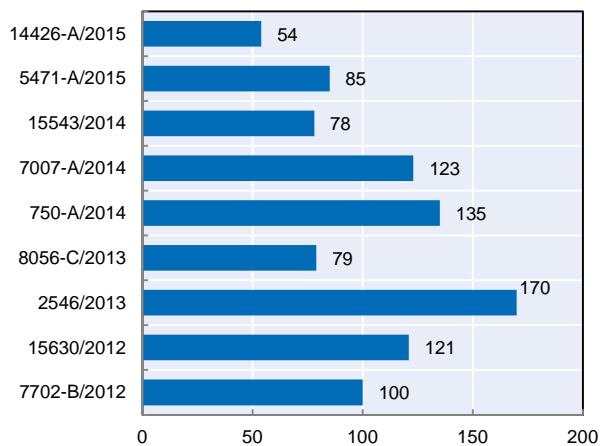
Fonte: Informação disponibilizada pelas entidades

Gráfico 26. Duração dos procedimentos concursais na ARS Centro (2012 - 2015)



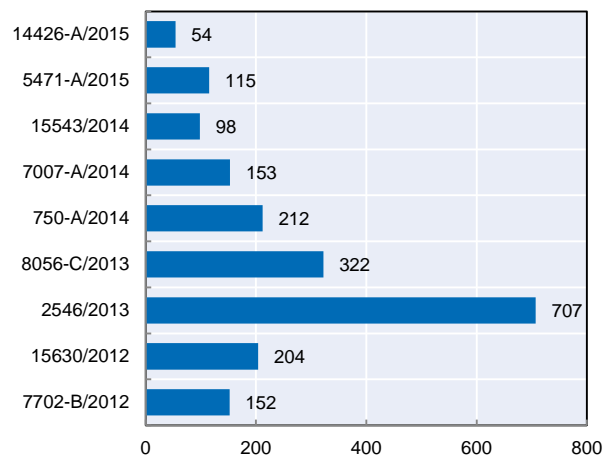
Fonte: Informação disponibilizada pelas entidades

Gráfico 27. Duração dos procedimentos concursais na ARS Lisboa e Vale do Tejo (2012 - 2015)



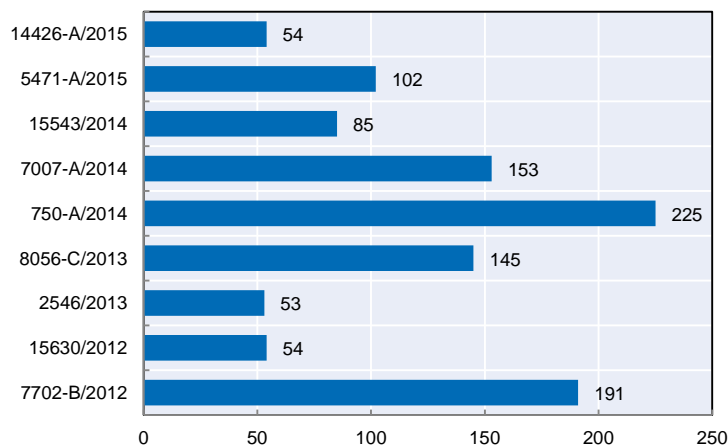
Fonte: Informação disponibilizada pelas entidades

Gráfico 28. Duração dos procedimentos concursais na ARS Alentejo (2012 - 2015)



Fonte: Informação disponibilizada pelas entidades

Gráfico 29. Duração dos procedimentos concursais na ARS Algarve (2012 - 2015)



Fonte: Informação disponibilizada pelas entidades

5. Outros procedimentos concursais

Ainda neste âmbito e até pela relevância que as correspondentes dotações assumem, quer na organização dos serviços, quer, em especial, nas capacidades formativas desses mesmos serviços e estabelecimentos de saúde em matéria de formação médica especializada, procurou-se implementar uma maior celeridade aos processos de seleção/avaliação, mediante sensibilização de todos os intervenientes no processo, nomeadamente os correspondentes membros do júri, no sentido de se garantir que o procedimento concursal seja mais célere do que a experiência adquirida nos anteriores procedimentos tinha demonstrado.

Do exposto, e apenas no que respeita aos procedimentos para recrutamento de assistentes graduados sénior, cujo número de vagas a preencher, na sequência de autorizações concedidas em 2013 (130 postos de trabalho) e posteriormente em 2015 (numa primeira fase, 140 postos de trabalho e numa segunda mais 150 postos de trabalho), foi possível, desde novembro de

2015, até 31 de dezembro de 2016, encerrar 232 procedimento e preencher 253 postos de trabalho, distribuídos pelas diversas regiões de saúde, conforme resulta do Quadro 33.

Assinala-se ainda, neste caso, a respeito do processo de constituição de júris no âmbito do procedimento nacional de habilitação ao grau de consultor que, por exemplo, nos procedimentos de 2002, 2005 e até 2012, demorou anos, o que contrasta com o processo aberto em 2015, cujas listas finais de candidatos admitidos e excluídos ao procedimento datam de 12 de abril de 2017, e dos 80 júris a constituir, presentemente já se encontram designados 58 júris.

No que se refere ao procedimento aberto em 2012, que ainda se encontrava a decorrer em 2016, foi possível dar um impulso significativo no prosseguimento do procedimento, quer através da conclusão de processos que estavam pendentes, quer, em 13 situações, renomeando os elementos do júri em virtude dos pedidos de escusa apresentados pelos elementos indicados.

Quadro 33. Procedimentos concursais para Assistente Graduado Sénior

ARS	Número de procedimentos	Número de postos publicitados	Número de postos ocupados
Norte	92	100	97
Centro	42	53	52
Lisboa e Vale do Tejo	80	89	85
Alentejo	15	15	13
Algarve	3	8	6
Total	232	265	253

Fonte: ACSS

6. Recursos humanos estrangeiros

O gráfico e quadros que seguem têm como objetivo apresentar os dados gerais sobre os recursos humanos estrangeiros a exercer funções no Ministério da Saúde e Serviço Nacional de Saúde no período compreendido entre 2010 e 2016.

Para uma caracterização mais detalhada destes recursos, constitui um anexo do presente Relatório o “Boletim Informativo Recursos Humanos Estrangeiros no Ministério da Saúde - Atualização de dados (2011-2016)”.

A análise dos resultados permite concluir que existe uma tendência para a estabilização de 2010 a 2015, notando-se uma ligeira subida em 2016, ano em que são contabilizados 3.115 trabalhadores.

No último ano da série, o peso percentual dos profissionais estrangeiros nos trabalhadores no Ministério da Saúde foi de 2,4%⁶.

A proveniência dos recursos humanos estrangeiros foi maioritariamente de Espanha (904) entre os países membros da União Europeia, do Brasil (411) e de Angola (269) no grupo dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

Os grupos de pessoal médico (1.858) e de enfermagem (554) têm sido os mais representativos ao longo dos anos.

Em 2016 esses grupos correspondiam, respetivamente, a 59,6% e 17,8% do total de trabalhadores estrangeiros no Ministério da Saúde.

Em valores globais, verificou-se um ligeiro crescimento do número de médicos estrangeiros entre 2015 e 2016, tendo o seu número passado de 1.836 para 1.858, correspondendo a uma variação de 1,2%.

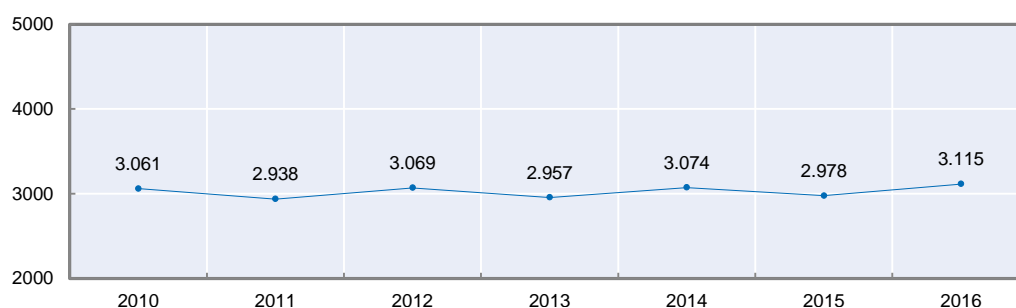
Merece, igualmente, especial destaque o número de profissionais estrangeiros que desempenham funções de Assistente Operacional com 465 trabalhadores.

Ao contrário do pessoal de enfermagem que tem registado uma diminuição progressiva do número de trabalhadores estrangeiros a exercer funções no SNS ao longo da série, o pessoal assistente operacional tem vindo, desde 2012, a apresentar um crescimento anual.

Na verdade, apenas neste grupo profissional o ano 2016 surge como o ano que regista o maior número de trabalhadores estrangeiros do período em análise.

⁶ Fonte: Número total de trabalhadores provenientes do RHV_SPMS e dos Hospitais PPP _ Dez2016

Gráfico 30. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros no Ministério da Saúde



Fonte: ACSS

Quadro 34. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por grupo de países

Grupo de Países/ País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
União Europeia	1.339	1.252	1.259	1.283	1.296	1.256	1.266
<i>Espanha</i>	1.031	969	910	929	952	921	904
PALOP	753	653	807	706	684	626	684
<i>Angola</i>	289	242	340	295	279	250	269
Brasil	475	397	395	362	360	344	411
Outros países	484	623	605	596	724	741	747
Não identificado	10	13	3	10	10	11	7
Total	3.061	2.938	3.069	2.957	3.074	2.978	3.115

Fonte: ACSS

Quadro 35. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por grupo profissional

Grupo Profissional	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Dirigente	3	6	5	6	2	2
Médico	1.672	1.636	1.715	1.867	1.836	1.858
Técnicos superior de saúde	21	18	18	15	16	16
Enfermeiro	630	703	612	577	543	554
Técnico de diagnóstico e terapêutica	50	65	52	47	43	48
Doc./Investigação	5	4	4	3	3	2
Técnico de informática	3	4	3	3	3	3
Técnico superior	22	33	28	24	23	25
Assistente técnico	108	158	135	113	106	110
Assistente operacional	413	430	364	393	377	465
Outro	11	12	21	26	26	32
Total	2.938	3.069	2.957	3.074	2.978	3.115

Fonte: ACSS

7. Evolução da taxa de absentismo

No período em análise, a evolução da taxa de absentismo apresentou um comportamento diverso.

Entre 2010 e 2013 assistiu-se a um decréscimo quer da taxa de absentismo geral, quer da taxa de absentismo por motivo de doença e, a partir desse ano, a tendência passou a ser inversa, tendo-se registado um aumento anual em ambas as taxas de absentismo.

O Quadro 36 apresenta a evolução do número de dias de ausência por motivo de ausência de 2014 a 2016⁷.

Da análise do quadro constata-se que no triénio (2014 – 2016) os motivos de ausência mais expressivos são a doença e a proteção na parentalidade.

De salientar o aumento ocorrido em 2016 face ao ano 2015, das ausências por motivo de assistência a familiares e trabalhador-estudante, com acréscimos de 28,1% e 22,7%, respetivamente.

Em sentido inverso é de realçar a diminuição significativa ocorrida nos dias de trabalho perdidos por motivo de greve, o que, por certo, resulta do diálogo que tem vindo a ser mantido com as diversas estruturas sindicais.

No que concerne à distribuição dos dias de ausência por grupo profissional, bem como à respetiva variação percentual face a 2015, a mesma é a que consta do Quadro 37.

Em termos percentuais o grupo profissional do pessoal técnico de diagnóstico e

terapêutica foi o que registou o maior aumento ao nível de ausências ao trabalho. Regista-se, igualmente, os aumentos verificados no pessoal de enfermagem e no pessoal médico, apresentando um acréscimo em 2016, face ao ano 2015, de 10,4% e 10,3%, respetivamente.

Evolução do absentismo

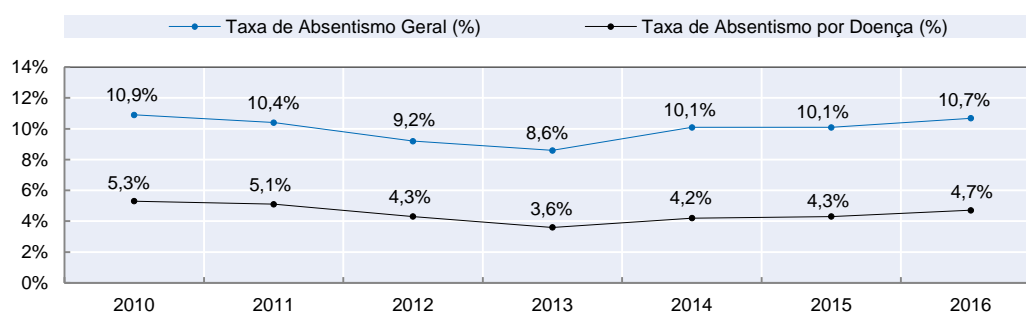
A taxa de absentismo registada em 2016 é sensivelmente igual à que se verificou no primeiro ano (2010) da série em análise.

Face a 2015 registam-se, em 2016, aumentos de dias de trabalho perdidos por motivo de proteção da parentalidade, assistência a familiares e trabalhador-estudante.

Em sentido inverso regista-se uma diminuição acentuada nos dias de trabalho perdidos pro motivo de greve.

⁷ Por falta de informação disponível não são apresentados os dados de 2010 a 2013.

Gráfico 31. Evolução da taxa de absentismo



Fonte: Dados provenientes dos balanços sociais

Quadro 36. Evolução dos dias de ausência por motivo

Motivos de Ausência	2014	2015	2016	Var. (2016 – 2015)
Doença	1.395.942	1.573.209	1.724.921	9,6%
Proteção na parentalidade	948.512	1.074.730	1.211.354	12,7%
Por acidente em serviço ou doença profissional	182.291	183.945	196.600	6,9%
Assistência a familiares	25.009	28.245	36.185	28,1%
Trabalhador-estudante	22.894	24.905	30.553	22,7%
Por conta do período de férias	31.639	22.279	19.794	-11,2%
Com perda do vencimento	1.733	1.580	1.683	6,6%
Cumprimento de pena disciplinar	1.031	976	1.061	8,7%
Greve	78.144	79.225	68.443	-13,6%
Injustificadas	10.413	15.280	16.669	9,1%
Casamento	24.173	23.938	25.003	4,4%
Falecimento de familiar	26.062	28.291	28.125	-0,6%
Outras	305.163	337.519	338.217	0,2%
Total	3.053.005	3.394.120	3.698.608	9,0%

Nota: Não contempla entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 37. Evolução dos dias de ausência por grupo profissional

Grupo profissional	2014	2015	2016	Var. (2016 – 2015)
Médicos	336.180	365.467	403.054	10,3%
Internos	237.102	271.125	294.661	8,7%
Enfermeiros	1.035.084	1.169.389	1.291.411	10,4%
Técnicos Superiores de Saúde	35.298	39.989	42.215	5,6%
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	173.296	196.047	225.580	15,1%
Assistentes Técnicos	326.419	353.671	368.849	4,3%
Assistentes Operacionais	780.633	839.265	898.865	7,1%
Outros	128.993	159.166	173.973	9,3%
Total	3.053.005	3.394.120	3.698.608	9,0%

Nota: Não contempla entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

8. Evolução dos custos com pessoal

Em 2016 os encargos com pessoal contabilizaram gastos no valor de 3,655 mil milhões euros, o que representa um acréscimo de 5,4% face ao ano de 2015. Para o efeito contribuíram quer o aumento do número de trabalhadores, quer a reversão dos cortes remuneratórios que haviam sido introduzidos aquando da intervenção económica externa a que o país esteve sujeito.

Apresenta-se em seguida, no Gráfico 32, a evolução dos encargos com pessoal do SNS entre os anos de 2010 e 2016.

Da informação anterior ressalta o decréscimo acentuado ocorrido entre 2010 e 2012. Entre 2013 e 2015 assistiu-se a uma certa estabilização e apenas em 2016, pelos motivos já referidos, se assiste a uma retoma do crescimento dos encargos com pessoal. Ainda assim, o volume de encargos registado em 2016 é inferior ao do ano 2010.

Na verdade, nesta série temporal, o ano 2010 foi o ano que registou o maior volume de despesa com pessoal e, em sentido oposto, o ano 2012 foi o que registou o menor, o que se justifica pelo não pagamento dos subsídios de férias e de Natal.

De seguida apresenta-se, no Gráfico 33, a evolução para os anos de 2010 a 2016 dos encargos com a remuneração base do pessoal.

No que concerne aos encargos com remuneração base, entre 2010 e 2014 assistiu-se a uma diminuição anual da despesa registada nesta rubrica, o que, em parte, está em correspondência com a

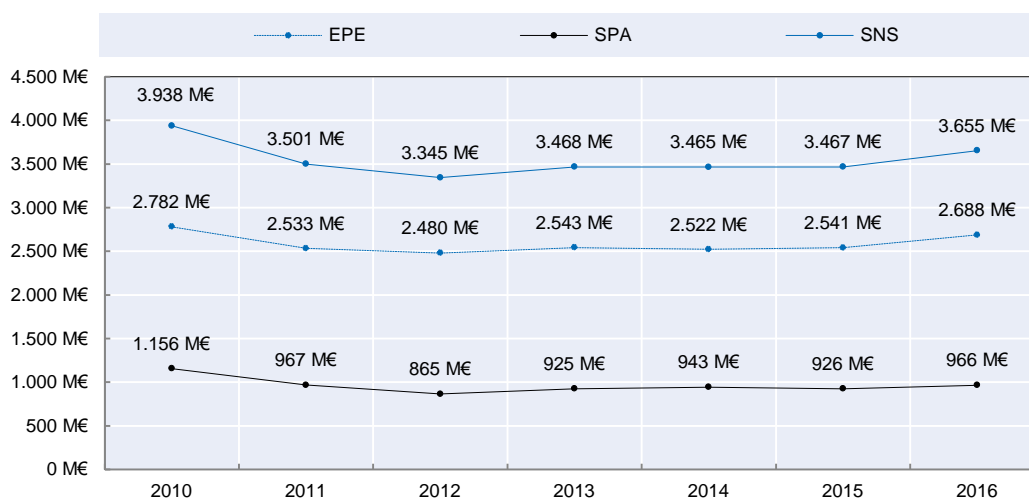
diminuição que se verificou ao nível dos efetivos.

Os encargos com suplementos remuneratórios, como resulta do Gráfico 34, decresceram desde 2010, especialmente nas entidades públicas empresariais, tendo depois uma quebra muito significativa em 2013. Para esta situação contribuiu a norma do Orçamento de Estado 2013, que reduziu em 50% as majorações previstas no Decreto-Lei n.º62/79, de 30 de março.

Tendo em consideração o peso que o trabalho suplementar representa nos suplementos remuneratórios, no Gráfico 35, apresenta-se a evolução ocorrida entre os anos de 2010 e 2016.

Verifica-se um decréscimo entre os anos de 2010 a 2015, particularmente acentuado no ano 2013. No ano 2016 assiste-se a uma recuperação desta componente da despesa.

Gráfico 32. Evolução dos custos com pessoal - totais e por entidades SPA e EPE



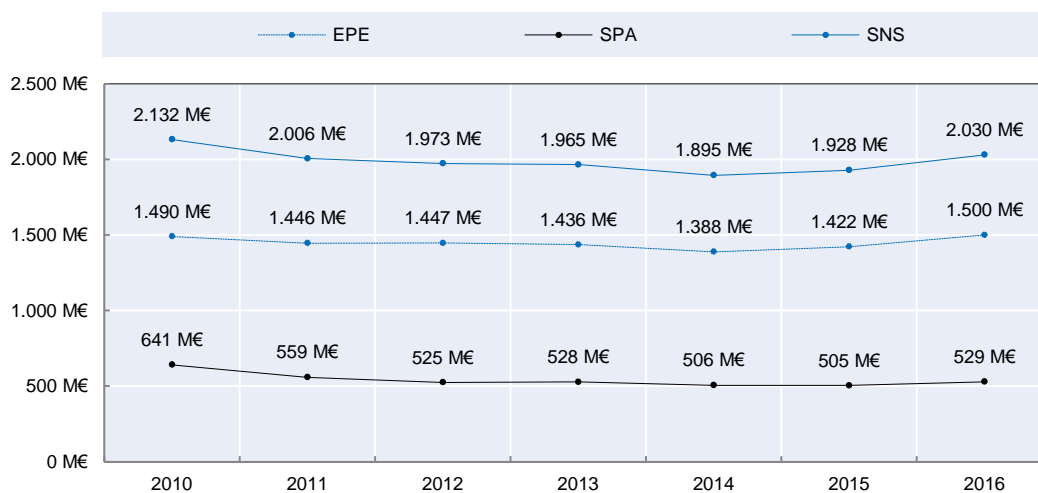
Legenda: EPE – Entidade pública empresarial; SPA – Setor público administrativo; SNS – Serviço Nacional de Saúde
 Fonte: Conta do SNS

Quadro 38. Encargos com pessoal – totais e por entidades SPA e EPE

Ano	Entidade pública empresarial	Setor público administrativo	Serviço Nacional de Saúde
2010	2.782.028.563,71 €	1.156.854.057,36 €	3.938.882.621,07 €
2011	2.533.610.577,44 €	967.486.417,48 €	3.501.096.994,92 €
2012	2.480.112.058,35 €	865.621.371,97 €	3.345.733.430,32 €
2013	2.543.023.308,91 €	925.205.663,78 €	3.468.228.972,69 €
2014	2.522.028.241,89 €	943.176.846,73 €	3.465.205.088,62 €
2015	2.541.611.914,34 €	926.112.216,55 €	3.467.724.130,89 €
2016	2.688.346.731,03 €	966.688.328,66 €	3.655.035.059,69 €

Fonte: Conta do SNS

Gráfico 33. Evolução dos custos com remuneração base – totais e por entidades SPA e EPE



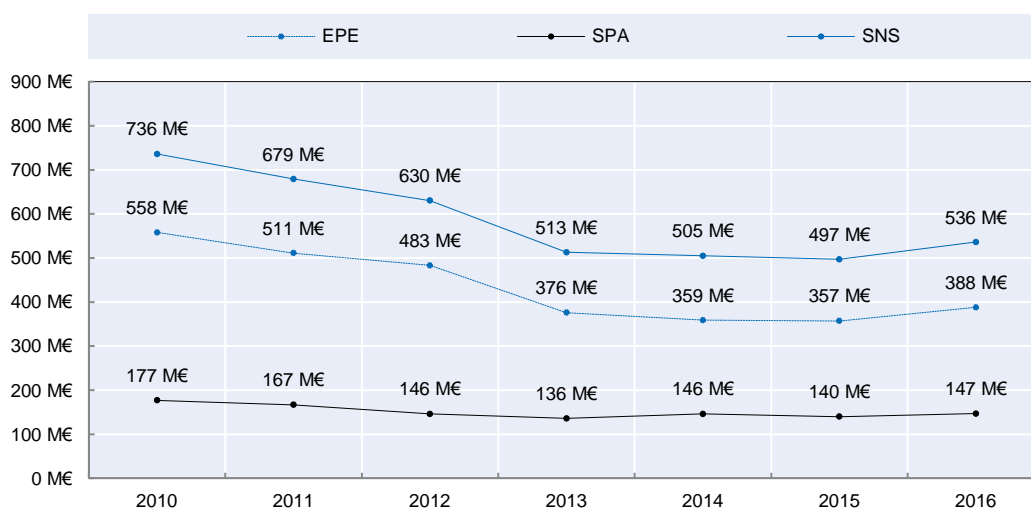
Legenda: EPE – Entidade pública empresarial; SPA – Setor público administrativo; SNS – Serviço Nacional de Saúde
 Fonte: Conta do SNS

Quadro 39. Encargos com remuneração base do pessoal – totais e por entidades SPA e EPE

Ano	Entidade pública empresarial	Setor público administrativo	Serviço Nacional de Saúde
2010	1.490.848.890,88 €	641.162.297,72 €	2.132.011.188,60 €
2011	1.446.750.037,16 €	559.879.985,33 €	2.006.630.022,49 €
2012	1.447.281.160,41 €	525.881.825,51 €	1.973.162.985,92 €
2013	1.436.462.663,39 €	528.777.162,26 €	1.965.239.825,65 €
2014	1.388.835.735,35 €	506.178.584,27 €	1.895.014.319,62 €
2015	1.422.640.483,28 €	505.644.955,13 €	1.928.285.438,41 €
2016	1.500.975.756,40 €	529.891.373,26 €	2.030.867.129,66 €

Fonte: Conta do SNS

Gráfico 34. Evolução dos custos com suplementos remuneratórios – totais e por entidades SPA e EPE



Legenda: **EPE** – Entidade pública empresarial; **SPA** – Setor público administrativo; **SNS** – Serviço Nacional de Saúde

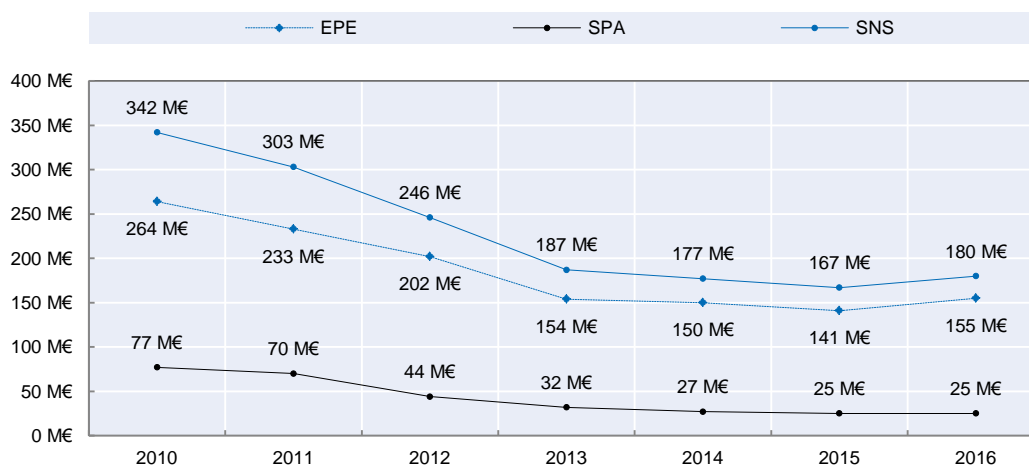
Fonte: Conta do SNS

Quadro 40. Encargos com suplementos remuneratórios– totais e por entidades SPA e EPE

Ano	Entidade pública empresarial	Setor público administrativo	Serviço Nacional de Saúde
2010	558.568.193,11 €	177.746.118,05 €	736.314.311,16 €
2011	511.874.960,61 €	167.880.153,04 €	679.755.113,65 €
2012	483.974.551,22 €	146.314.271,25 €	630.288.822,47 €
2013	376.993.295,95 €	136.045.647,70 €	513.038.943,65 €
2014	359.336.824,74 €	146.260.158,52 €	505.596.983,26 €
2015	357.427.575,27 €	140.465.707,74 €	497.893.283,01 €
2016	388.246.163,41 €	147.919.672,97 €	536.165.836,38 €

Fonte: Conta do SNS

Gráfico 35. Evolução dos custos com trabalho suplementar – totais e por entidades SPA e EPE



Legenda: EPE – Entidade pública empresarial; SPA – Setor público administrativo; SNS – Serviço Nacional de Saúde

Fonte: Conta do SNS

Quadro 41. Encargos com trabalho suplementar- totais e por entidades SPA e EPE

Ano	Entidade pública empresarial	Setor público administrativo	Serviço Nacional de Saúde
2010	264.659.701,94 €	77.491.534,91 €	342.151.236,85 €
2011	233.216.506,68 €	70.673.226,39 €	303.889.733,07 €
2012	202.598.156,59 €	44.173.526,92 €	246.771.683,51 €
2013	154.848.831,98 €	32.465.061,40 €	187.313.893,38 €
2014	150.500.205,81 €	27.003.517,06 €	177.503.722,87 €
2015	141.233.967,93 €	25.862.606,76 €	167.096.574,69 €
2016	155.276.665,25 €	25.164.167,49 €	180.440.832,74 €

Fonte: Conta do SNS

O quadro que se segue apresenta os encargos por entidade bem como o custo anual médio por trabalhador⁸, apenas a título de referência, em milhares de euros.

Quadro 42. Custos com pessoal por entidade e custo médio por trabalhador

Entidade	2014		2015		2016	
	Total de custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de euros)	Total de custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de euros)	Total de custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de euros)
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	293.205.038,38 €	36,49	287.264.174,00 €	34,89	297.798.710,22 €	35,35
ARS Alentejo, IP	24.967.152,05 €	34,3	24.437.028,54 €	33,11	25.488.592,04 €	34,49
ARS Algarve, IP	47.487.063,50 €	30,5	45.779.364,05 €	28,96	47.488.901,01 €	29,83
ARS Centro, IP	153.170.979,86 €	35,5	151.580.367,09 €	34,74	158.639.910,96 €	35,51
ARS Norte, IP	321.548.681,35 €	37,75	319.905.879,76 €	36,42	336.364.344,03 €	37,76
CH Cova da Beira, EPE	32.935.888,92 €	27,4	33.239.596,23 €	27,2	33.719.526,91 €	28,26
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	45.627.367,79 €	26,75	46.885.169,63 €	25,78	51.107.448,13 €	26,3
CH Leiria, EPE	47.961.420,30 €	27,07	49.949.149,89 €	26,4	53.463.903,59 €	27,32
CH Lisboa Ocidental, EPE	100.634.110,11 €	27,63	101.055.745,73 €	26,77	106.932.980,48 €	27,61
CH Lisboa Central, EPE	203.897.601,85 €	28,68	203.092.533,60 €	28,33	211.730.794,90 €	28,37
CH São João, EPE	158.462.221,58 €	29,57	158.098.033,86 €	28,78	167.389.389,12 €	29,89
CH Setúbal, EPE	52.157.053,37 €	26,57	53.112.394,02 €	25,27	56.034.379,00 €	26,12
CH Algarve, EPE	102.117.847,52 €	26,2	104.562.574,60 €	25,87	108.864.488,14 €	25,96
CH Baixo Vouga, EPE	44.019.312,19 €	28,92	45.770.053,88 €	28,05	48.257.720,19 €	28,91

⁸ Esta referência é meramente indicativa na medida em que os custos se referem a todo ano de 2016 e os trabalhadores aos efetivos existentes em dezembro 2016.

Entidade	2014		2015		2016	
	Total de custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de euros)	Total de custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de euros)	Total de custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de euros)
CH Barreiro Montijo, EPE	42.289.526,88 €	27,82	42.832.791,42 €	26,77	45.947.732,35 €	26,7
CH Oeste	40.422.946,45 €	28,21	38.639.372,70 €	27,1	40.903.771,37 €	27,27
CH Porto, E.P.E.	122.483.045,01 €	30,64	121.107.031,07 €	29,56	131.075.809,13 €	31,12
CH Tâmega e Sousa, EPE	44.047.563,51 €	27,48	45.929.970,18 €	26,78	49.461.806,92 €	27,74
CH Universitário de Coimbra, EPE	218.215.320,46 €	30	217.581.038,45 €	29,13	224.613.038,49 €	29,94
CH Lisboa Norte, EPE	170.281.252,86 €	28,12	169.465.414,01 €	27,78	176.648.340,18 €	28,38
CH Médio Ave, EPE	30.497.200,04 €	28,45	29.784.937,78 €	28,39	30.598.615,42 €	28,92
CH Médio Tejo, EPE	44.348.883,57 €	26,98	43.803.028,80 €	25,48	46.625.546,77 €	25,55
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	17.940.128,59 €	31,15	17.397.239,56 €	28,8	19.414.949,24 €	29,92
CH Tondela-Viseu, EPE	64.011.239,60 €	29,5	65.231.449,89 €	28,85	68.135.613,61 €	29,51
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	65.862.259,13 €	29,53	66.887.865,32 €	28,71	71.962.086,25 €	29,58
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	89.197.141,26 €	29,25	90.295.119,67 €	30,12	98.430.287,98 €	29,18
CH Psiquiátrico de Lisboa	14.327.141,76 €	24,83	13.712.332,70 €	24,36	14.093.962,51 €	25,21
H Senhora da Oliveira - Guimarães, EPE	44.500.312,02 €	28,58	41.772.780,10 €	28,02	45.473.348,50 €	29,76
H Magalhães Lemos, EPE	10.133.756,83 €	27,46	9.984.246,67 €	26,7	10.248.832,85 €	26,62
H Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	2.581.576,36 €	26,34	2.493.788,98 €	26,81	2.343.739,35 €	24,16
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	16.390.032,73 €	29,53	16.867.632,00 €	29,34	17.825.544,57 €	29,81
H Santa Maria Maior, EPE	12.128.313,78 €	26,08	12.242.021,55 €	24,73	13.291.519,71 €	26,48
H Distrital de Santarém, EPE	38.209.958,22 €	27,41	39.765.512,87 €	27,42	42.987.419,91 €	26,75
H Doutor Francisco Zagalo - Ovar	3.650.042,57 €	28,52	3.654.410,50 €	29,24	3.767.108,13 €	29,43

Entidade	2014		2015		2016	
	Total de custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de euros)	Total de custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de euros)	Total de custos com pessoal	Custo médio por trabalhador (em milhares de euros)
H Espírito Santo de Évora, EPE	40.854.823,65 €	29,78	41.654.240,32 €	29,71	43.726.026,17 €	29,93
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	68.488.602,42 €	27,06	73.472.031,51 €	26,75	81.560.524,30 €	28,46
H Garcia de Orta, EPE	66.710.296,31 €	28,2	70.199.047,37 €	28,18	74.919.072,05 €	28,54
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	3.513.670,14 €	24,07	3.646.623,56 €	24,15	3.839.339,35 €	22,99
Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	3.331.047,24 €	30,56	3.033.829,46 €	26,38	3.265.976,22 €	26,55
IPO Coimbra, EPE	24.609.980,90 €	27,01	25.069.806,87 €	26,42	26.355.062,43 €	26,73
IPO Lisboa, EPE	49.908.701,21 €	28,55	50.542.643,69 €	28,05	52.735.321,39 €	28,43
IPO Porto, EPE	53.062.882,45 €	27,62	54.001.036,39 €	26,6	57.374.998,57 €	27,41
ULS Guarda, EPE	50.028.496,55 €	30,51	51.182.633,53 €	30,83	53.245.933,58 €	31,4
ULS Alto Minho, EPE	77.269.934,57 €	32,49	73.741.140,52 €	30,75	79.813.128,45 €	32,3
ULS Castelo Branco, EPE	37.456.386,15 €	31,45	37.607.258,51 €	30,09	39.278.548,03 €	30,95
ULS Matosinhos, EPE	65.236.267,68 €	29,87	67.917.401,40 €	29,74	71.183.565,39 €	31,23
ULS Litoral Alentejano, EPE	22.291.903,22 €	26,26	23.460.667,44 €	26,01	25.444.341,42 €	26,73
ULS Nordeste, EPE	54.982.594,41 €	31,47	53.640.402,19 €	29,51	57.201.776,95 €	31,31
ULS Baixo Alentejo, EPE	47.624.490,62 €	29,51	47.910.027,64 €	29,59	49.189.959,55 €	30,1
ULS Norte Alentejano, EPE	45.154.123,63 €	29,21	44.500.246,18 €	28,78	46.077.350,41 €	30,23
Outras entidades da conta SNS	34.971.507,07 €	29,36	31.965.045,21 €	28,69	32.693.973,47 €	28,75
Total da conta SNS	3.465.205.088,62 €	29,65	3.467.724.130,89 €	28,90	3.655.035.059,69 €	29,59

Notas: No ano de 2014 os valores apresentados para o Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E. referem-se ao Centro Hospitalar do Alto Ave, E.P.E.

Outras entidades da conta SNS incluem: Administração Central do Sistema de Saúde, IP; Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, IP; Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP

No ano de 2014 acresce o Hospital José Luciano de Castro - Anadia

Fonte: Conta do SNS e dados provenientes do RHV

9. Evolução do trabalho suplementar

Pela importância que detém no âmbito da atividade desenvolvida pelo SNS, apresenta-se em seguida a evolução do volume de trabalho suplementar realizado nas entidades e organismos SPA e EPE sob a dependência do Ministério da Saúde.

A série temporal apresentada diz respeito, como já antes referido para outros parâmetros, aos anos 2014 - 2016, dado que antes dessa data o sistema de informação RHV não abrangia todas as entidades, o que inviabiliza o acesso à informação nos anos 2010 a 2013.

Neste período registou-se progressivamente um aumento do volume de horas de trabalho suplementar nas diversas entidades.

Como é possível constatar, os maiores aumentos, em termos de volume de trabalho suplementar, face ao ano anterior ocorreram em estabelecimentos hospitalares de grande dimensão, designadamente: Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, Centro Hospitalar de São João, EPE e Centro Hospitalar do Porto, EPE.

Tendo em consideração a expressividade que o volume de trabalho suplementar representa nas carreiras ou corpos especiais da saúde, apresenta-se nos quadros 44 a 51 a sua evolução por entidade e para os seguintes grupos profissionais: pessoal médico, pessoal de enfermagem, pessoal técnico superior de saúde e pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica.

No caso do pessoal médico a informação encontra-se desagregada pelas duas modalidades que estão subjacentes à

realização do trabalho suplementar, ou seja, trabalho realizado em regime de presença física e trabalho realizado em regime de prevenção.

Ainda no que concerne ao pessoal médico, para além da desagregação por entidade, os valores correspondentes ao volume de horas de trabalho suplementar apresentam-se, igualmente, por especialidade médica.

Em termos de volume de horas de trabalho suplementar realizado pelo pessoal médico, as entidades que registaram maior crescimento face a 2015, foram⁹ o Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE (+14.944), o Centro Hospitalar S. João, EPE (+14.268), o Centro Hospitalar Lisboa Norte (+11.883) e a Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE (+6.184).

⁹ Não se considerou o HFF, EPE pelos motivos anteriormente referidos.

Em termos de volume de horas de trabalho suplementar realizado pelo pessoal médico, as cinco especialidades que apresentaram maior crescimento face a 2015 foram a Medicina Interna (+31.838), a

Imunohemoterapia (+18.212), a Neurorradiologia (+17.060), a Neurocirurgia (+17.012) e a Angiologia e Cirurgia Vasculare (+12.199).

Quadro 43. Volume total de trabalho suplementar

2014	2015	2016	Var. (2016-2015)	
			Volume	%
9.142.689	10.252.834	10.809.415	556.581	5,4%

Nota: No ano de 2014 os valores apresentados não incluem o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, o CH Universitário de Coimbra, EPE e o CH Leiria, EPE

Nos anos de 2015 e 2016 não estão incluídos os valores do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, uma vez que não processava no RHV

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 44. Volume de trabalho suplementar por entidade

Entidades	2014	2015	2016	Var. (2016-2015)	
				Valor	%
ACSS, IP	2.661	3.618	4.757	1.139	31,5%
ARS Alentejo, IP	59.972	60.095	63.233	3.138	5,2%
ARS Algarve, IP	170.577	140.626	133.307	-7.319	-5,2%
ARS Centro, IP	377.722	420.272	357.261	-63.011	-15,0%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	274.945	276.113	272.941	-3.171	-1,1%
Administração Regional Saúde Norte, IP	471.176	485.365	511.379	26.014	5,4%
Autoridade Nacional Medicamento Produtos de Saúde, IP	14.419	10.031	8.702	-1.329	-13,2%
CH Barreiro/Montijo, EPE	106.149	104.040	104.018	-22	0,0%
CH Cova da Beira, EPE	104.651	113.201	124.117	10.916	9,6%
CH Leiria, EPE	ND	68.529	68.400	-129	-0,2%
CH Lisboa Central, EPE	652.982	656.122	667.914	11.792	1,8%
CH Lisboa Ocidental, EPE	293.549	302.659	320.059	17.400	5,7%
CH São João, EPE	365.447	418.860	505.020	86.161	20,6%
CH Setúbal, EPE	210.623	209.267	194.542	-14.724	-7,0%
CH Algarve, EPE	423.340	457.665	434.831	-22.834	-5,0%
CH Baixo Vouga, EPE	88.887	84.549	102.426	17.877	21,1%
CH Médio Ave, EPE	79.194	80.206	101.886	21.680	27,0%
CH Oeste	134.502	121.804	118.187	-3.618	-3,0%

Entidades	2014	2015	2016	Var. (2016-2015)	
				Valor	%
CH Porto, EPE	272.260	290.267	367.026	76.759	26,4%
CH Universitário de Coimbra, EPE	ND	829.808	828.050	-1.758	-0,2%
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	261.649	198.224	241.474	43.250	21,8%
CH Lisboa Norte, EPE	850.356	861.330	956.380	95.050	11,0%
CH Médio Tejo, EPE	119.635	139.748	135.879	-3.869	-2,8%
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	48.414	53.433	64.467	11.034	20,7%
CH Psiquiátrico de Lisboa	1.456	2.139	2.600	461	21,6%
CH Tâmega e Sousa, EPE	113.613	126.979	164.685	37.706	29,7%
CH Tondela-Viseu, EPE	165.320	194.705	203.522	8.816	4,5%
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	205.543	220.956	224.770	3.815	1,7%
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	233.236	241.491	276.547	35.057	14,5%
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	3.145	2.763	2.753	-10	-0,4%
H Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	10	0	0	0	0,0%
H Senhora da Oliveira, Guimarães, EPE	100.956	118.910	127.293	8.383	7,0%
H Magalhães Lemos, EPE	6.540	3.916	9.042	5.126	130,9%
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	34.991	35.201	38.079	2.879	8,2%
H Distrital de Santarém, EPE	125.147	119.212	129.547	10.335	8,7%
H Dr. Francisco Zagalo	3.414	3.164	3.599	435	13,7%
H Espírito Santo de Évora, EPE	195.229	200.852	213.735	12.884	6,4%
H Garcia de Orta, EPE	245.924	228.482	271.565	43.082	18,9%
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	ND	ND	426.487	ND	ND
H Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	19.298	16.964	18.186	1.222	7,2%
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	180	369	136	-233	-63,1%
Instituto Nacional de Emergência Médica, IP	216.950	280.345	328.811	48.466	17,3%
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, IP	2.782	13.507	5.302	-8.205	-60,7%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	139.612	141.723	140.948	-776	-0,5%
IPO Coimbra, EPE	85.011	102.483	107.823	5.340	5,2%
IPO Lisboa, EPE	140.448	143.780	148.274	4.494	3,1%
IPO Porto, EPE	159.907	142.276	131.581	-10.695	-7,5%
Secretaria-Geral do Ministério da Saúde	11.405	9.764	10.438	674	6,9%
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	1.368	1.661	3.023	1.363	82,1%
Sv. Interv. Comportamentos Aditivos e Dependências	2.754	2.696	2.563	-132	-4,9%
ULS Guarda, EPE	232.388	262.557	282.370	19.813	7,5%
ULS Castelo Branco, EPE	167.445	164.846	162.829	-2.017	-1,2%

Entidades	2014	2015	2016	Var. (2016-2015)	
				Valor	%
ULS Matosinhos, EPE	158.775	149.921	143.650	-6.271	-4,2%
ULS Alto Minho, EPE	163.789	149.493	159.010	9.517	6,4%
ULS Baixo Alentejo, EPE	162.006	167.260	187.408	20.147	12,0%
ULS Litoral Alentejano, EPE	120.676	112.225	108.091	-4.134	-3,7%
ULS Nordeste, EPE	311.083	293.913	296.390	2.477	0,8%
ULS Norte Alentejano, EPE	229.182	212.453	218.589	6.136	2,9%
Total	9.142.689	10.252.834	10.809.415	556.581	5,4%

Nota: No ano de 2014 os valores apresentados não incluem o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, o CH Universitário de Coimbra, EPE e o CH Leiria, EPE

Nos anos de 2015 e 2016 não estão incluídos os valores do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, uma vez que não processava no RHV

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 45. Volume de trabalho suplementar do pessoal médico por entidade

Entidade	2014			2015			2016			Dif HS (Total) 2016-2015	% HS (Total) 2016-2015
	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total		
ARS Norte, IP	193 956	934	194 890	188 222	849	189 071	187 463	938	188 401	-670	0%
ARS Alentejo, IP	20 111	3 648	23 759	19 838	4 378	24 216	17 526	4 212	21 738	-2 479	-10%
ARS Algarve, IP	58 568	6 228	64 796	60 606	6 578	67 184	55 238	5 236	60 474	-6 710	-10%
ARS Centro, IP	121 625	0	121 625	158 663	0	158 663	123 938	0	123 938	-34 725	-22%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	111 067	0	111 067	106 585	0	106 585	94 134	0	94 134	-12 451	-12%
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	1 534	0	1 534	1 047	0	1 047	1 164	0	1 164	118	11%
CH Algarve, EPE	163 068	25 197	188 264	195 282	37 973	233 255	183 892	39 834	223 726	-9 529	-4%
CH Baixo Vouga, EPE	48 046	7 764	55 809	51 855	7 290	59 145	57 716	5 624	63 339	4 194	7%
CH Barreiro/Montijo, EPE	93 502	3 548	97 050	92 716	3 048	95 764	83 845	2 916	86 761	-9 003	-9%
CH Cova da Beira, EPE	42 608	29 613	72 221	55 093	33 051	88 143	57 814	30 568	88 382	238	0%
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	64 277	148	64 425	76 322	172	76 494	75 671	204	75 875	-619	-1%
CH Leiria, EPE	ND	ND	ND	61 097	123	61 220	55 183	186	55 369	-5 851	-10%
CH Lisboa Central, EPE	348 961	71 069	420 029	333 842	74 743	408 584	317 720	81 452	399 172	-9 412	-2%
CH Lisboa Norte, EPE	355 431	75 669	431 100	411 669	79 401	491 069	412 242	90 572	502 814	11 745	2%
CH Lisboa Ocidental, EPE	133 321	32 289	165 610	152 192	37 082	189 274	152 747	39 250	191 997	2 723	1%
CH Médio Ave, EPE	41 030	3 697	44 727	46 914	4 658	51 572	46 337	5 062	51 399	-173	0%
CH Médio Tejo, EPE	50 096	14 912	65 008	66 689	24 687	91 375	61 192	17 346	78 538	-12 838	-14%
CH Oeste	74 458	6 725	81 182	73 527	3 987	77 514	69 122	3 215	72 337	-5 177	-7%

Entidade	2014			2015			2016			Dif HS (Total) 2016-2015	% HS (Total) 2016-2015
	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total		
CH Porto, EPE	159 305	32 222	191 527	183 657	33 642	217 299	176 846	37 460	214 306	-2 993	-1%
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	35 142	0	35 142	40 080	0	40 080	39 874	0	39 874	-205	-1%
CH Psiquiátrico de Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CH São João, EPE	135 930	42 581	178 511	161 569	57 559	219 128	167 954	65 442	233 395	14 268	7%
CH Setúbal, EPE	88 254	11 280	99 534	101 056	13 166	114 222	91 873	13 916	105 789	-8 433	-7%
CH Tâmega e Sousa, EPE	69 488	0	69 488	83 882	0	83 882	84 376	0	84 376	494	1%
CH Tondela-Viseu, EPE	50 416	31 090	81 505	82 038	40 132	122 170	88 430	39 744	128 174	6 004	5%
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	83 780	45 671	129 450	94 972	51 920	146 892	94 454	51 950	146 404	-488	0%
CH Universitário de Coimbra, EPE	ND	ND	ND	394 952	179 360	574 312	370 623	184 170	554 793	-19 519	-3%
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	98 235	46 612	144 847	121 144	46 345	167 489	118 433	64 000	182 433	14 944	9%
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	25 671	2 876	28 547	32 410	2 428	34 838	30 424	2 930	33 354	-1 485	-4%
H Distrital de Santarém, EPE	68 761	1 231	69 992	78 401	3 013	81 414	73 628	2 041	75 669	-5 745	-7%
H Dr. Francisco Zagalo	2 778	0	2 778	3 164	0	3 164	3 599	0	3 599	435	14%
H Espírito Santo de Évora, EPE	64 165	28 785	92 949	68 025	30 972	98 997	69 869	31 000	100 869	1 872	2%
H Garcia de Orta, EPE	133 679	26 616	160 295	127 862	24 639	152 500	117 104	32 349	149 453	-3 047	-2%
H Magalhães Lemos, EPE	635	0	635	989	0	989	837	0	837	-152	-15%
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	ND	ND	ND	146 801	45 128	191 929	164 370	53 881	218 251	26 322	14%
H Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	13 100	8	13 108	11 098	107	11 205	13 898	559	14 457	3 252	29%
H Senhora da Oliveira, Guimarães, EPE	51 170	5 426	56 596	55 145	5 922	61 067	47 663	5 906	53 570	-7 497	-12%
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica	1 424	0	1 424	141	0	141	538	0	538	397	282%

Entidade	2014			2015			2016			Dif HS (Total) 2016-2015	% HS (Total) 2016-2015
	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total		
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	120	0	120	300	12	312	132	0	132	-180	-58%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	3 970	13 104	17 074	3 163	15 591	18 754	3 367	15 783	19 149	395	2%
IPO Coimbra, EPE	8 839	24 215	33 054	13 545	35 514	49 060	14 692	36 178	50 870	1 810	4%
IPO Lisboa, EPE	46 072	27 023	73 095	53 945	31 876	85 821	56 518	31 810	88 328	2 507	3%
IPO Porto, EPE	47 303	19 893	67 196	51 747	13 154	64 901	48 621	13 321	61 942	-2 959	-5%
ULS Alto Minho, EPE	94 802	0	94 802	102 544	0	102 544	100 026	0	100 026	-2 519	-2%
ULS Baixo Alentejo, EPE	58 603	19 912	78 515	68 551	24 397	92 948	74 813	23 357	98 170	5 222	6%
ULS Castelo Branco, EPE	58 998	36 744	95 742	64 515	43 795	108 309	61 791	43 447	105 238	-3 071	-3%
ULS Guarda, EPE	102 730	19 878	122 607	129 434	31 690	161 124	135 167	32 141	167 308	6 184	4%
ULS Litoral Alentejano, EPE	44 774	8 818	53 592	54 612	5 843	60 455	48 964	6 845	55 809	-4 646	-8%
ULS Matosinhos, EPE	99 913	18 185	118 098	94 351	18 482	112 833	84 648	19 781	104 429	-8 404	-7%
ULS Nordeste, EPE	130 879	28 093	158 971	144 736	32 980	177 716	140 066	36 136	176 201	-1 514	-1%
ULS Norte Alentejano, EPE	72 643	31 282	103 924	70 437	35 682	106 120	66 537	37 926	104 463	-1 657	-2%
Total Geral	3 773 232	802 981	4 576 213	4 791 422	1 141 365	5 932 787	4 643 076	1 208 685	5 851 761	-81 026	-1%

Nota: No ano 2014 não estão incluídas as seguintes entidades: H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, CH Universitário de Coimbra, EPE, CH Leiria, EPE

Legenda: **HS (PF)** – Horas suplementares com presença física; **HP** – Horas de prevenção

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 46. Volume de trabalho suplementar do pessoal médico por especialidade

Especialidade	2014			2015			2016			Dif HS (Total) 2016-2015	% HS (Total) 2016-2015
	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total		
Anatomia Patológica	5 482	0	5 482	8 161	0	8 161	7 053	0	7 053	-1 108	-14%
Anestesiologia	479 501	43 710	523 211	615 204	62 356	677 560	599 566	79 455	679 021	1 460	0%
Angiologia e Cirurgia Vascular	15 622	22 799	38 421	20 041	29 718	49 759	22 006	39 952	61 957	12 199	25%
Cardiologia	54 779	58 927	113 706	82 571	82 256	164 828	75 998	87 732	163 730	-1 098	-1%
Cardiologia Pediátrica	4 758	11 592	16 351	7 743	15 026	22 769	8 901	15 443	24 344	1 575	7%
Cirurgia Cardiorácica (*)	37 890	53 979	91 869	54 732	69 310	124 042	58 782	68 758	127 540	3 497	3%
Cirurgia Geral	491 026	67 598	558 624	620 361	84 798	705 159	619 157	78 614	697 771	-7 388	-1%
Cirurgia Maxilo-Facial	7 745	4 597	12 342	9 410	17 315	26 724	10 806	20 863	31 668	4 944	19%
Cirurgia Pediátrica	23 940	12 553	36 493	32 308	22 912	55 220	30 459	23 079	53 539	-1 681	-3%
Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética	24 697	14 163	38 860	32 609	29 703	62 312	36 324	34 143	70 467	8 155	13%
Dermato-Venereologia	2 902	0	2 902	3 393	0	3 393	4 187	0	4 187	794	23%
Doenças Infecciosas	25 674	1 014	26 688	33 640	8 409	42 048	34 999	4 382	39 381	-2 667	-6%
Endocrinologia e Nutrição	5 859	470	6 329	6 521	886	7 407	6 159	676	6 835	-571	-8%
Estomatologia	3 701	1 578	5 279	5 832	1 464	7 296	4 569	1 303	5 871	-1 425	-20%
Farmacologia Clínica	0	0	0	282	0	282	438	0	438	156	55%
Gastroenterologia	16 320	21 870	38 190	23 783	28 530	52 313	22 230	27 494	49 724	-2 589	-5%
Genética Médica	0	0	0	687	783	1 470	580	778	1 358	-112	-8%
Ginecologia/Obstetrícia (*)	220 560	18 167	238 727	277 130	17 917	295 047	271 790	18 915	290 705	-4 343	-1%

Especialidade	2014			2015			2016			Dif HS (Total) 2016-2015	% HS (Total) 2016-2015
	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total		
Hematologia Clínica	33 067	6 830	39 897	41 214	15 479	56 693	41 129	14 873	56 002	-691	-1%
Imunoalergologia	2 914	0	2 914	2 551	0	2 551	3 463	0	3 463	912	36%
Imunohemoterapia	25 970	93 519	119 488	33 389	117 493	150 882	41 834	127 236	169 070	18 188	12%
Medicina do Trabalho	556	0	556	420	0	420	677	0	677	257	61%
Medicina Física e de Reabilitação	6 203	532	6 735	5 840	708	6 548	5 964	670	6 634	87	1%
Medicina Geral e Familiar	687 293	13 743	701 036	741 483	16 540	758 023	682 349	15 744	698 093	-59 931	-8%
Medicina Intensiva	0	0	0	0	0	0	139	0	139	139	
Medicina Interna	631 515	18 450	649 965	832 971	21 552	854 523	848 224	38 069	886 293	31 770	4%
Medicina Nuclear	0	2 123	2 123	0	4 345	4 345	0	3 769	3 769	-576	-13%
Nefrologia	15 208	26 688	41 895	27 363	42 578	69 940	28 994	42 613	71 607	1 667	2%
Neurocirurgia	42 667	23 249	65 916	63 250	32 869	96 119	70 657	42 336	112 993	16 874	18%
Neurologia	33 831	11 425	45 256	45 349	18 925	64 274	48 522	24 543	73 065	8 791	14%
Neurorradiologia	7 885	4	7 889	11 762	3 196	14 957	12 486	19 530	32 017	17 060	114%
Oftalmologia	6 804	1 811	8 615	6 335	414	6 749	5 540	734	6 274	-475	-7%
Oncologia Médica	35 405	272	35 677	45 134	100	45 234	46 335	284	46 619	1 385	3%
Ortopedia	255 487	56 520	312 007	321 855	75 682	397 537	307 951	75 196	383 146	-14 390	-4%
Otorrinolaringologia	32 389	18 811	51 200	37 698	31 777	69 475	34 857	32 087	66 945	-2 530	-4%
Patologia Clínica	39 473	38 792	78 265	53 703	49 335	103 037	58 055	45 922	103 977	940	1%
Pediatria	256 060	42 733	298 792	345 255	67 575	412 830	321 814	59 441	381 255	-31 575	-8%
Pneumologia	60 989	19 889	80 878	81 581	27 453	109 034	80 061	29 641	109 702	668	1%

Especialidade	2014			2015			2016			Dif HS (Total) 2016-2015	% HS (Total) 2016-2015
	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total	HS (PF)	HP	Total		
Psiquiatria	15 275	35 437	50 712	20 181	42 988	63 169	16 977	41 262	58 238	-4 930	-8%
Psiquiatria da Infância e da Adolescência	3 933	1 196	5 129	4 048	1 444	5 492	3 971	1 432	5 403	-89	-2%
Radiologia	23 309	12 651	35 959	32 561	23 540	56 101	31 602	24 170	55 772	-329	-1%
Radioncologia	4 177	3 382	7 559	2 580	4 202	6 782	4 737	4 171	8 907	2 126	31%
Reumatologia	3 803	0	3 803	4 695	0	4 695	5 213	0	5 213	518	11%
Saúde Pública	8 384	1 059	9 443	9 424	1 098	10 522	10 179	204	10 383	-139	-1%
Urologia	27 571	37 097	64 668	37 716	63 798	101 515	36 567	60 335	96 902	-4 612	-5%
Sem / ND	92 612	3 754	96 366	148 660	6 895	155 554	80 775	2 841	83 616	-71 938	-46%
Total Geral	3 773 232	802 981	4 576 213	4 791 422	1 141 365	5 932 787	4 643 076	1 208 685	5 851 761	-81 026	-1%

Nota: No ano 2014 não estão incluídas as seguintes entidades: H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, CH Universitário de Coimbra, EPE, CH Leiria, EPE

* - Cirurgia Cardio-Torácica inclui a Cirurgia Cardíaca e Torácica; Ginecologia/Obstetria inclui a Ginecologia e a Obstetria

Legenda: **HS (PF)** – Horas suplementares com presença física; **HP** – Horas de prevenção

Fonte: Dados provenientes do RHV

O Quadro 47 reflete a evolução do trabalho suplementar realizado pelo pessoal de enfermagem.

No ano 2016 registou-se um aumento significativo do volume de trabalho suplementar realizado pelo pessoal de enfermagem de forma generalizada em todas as entidades e que, em termos globais, apresentou um crescimento de 24%.

Tal facto deve-se, maioritariamente, à alteração ocorrida no período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas com a reposição das 35 horas de trabalho semanal, cujo reflexo não pôde deixar de sentir-se, particularmente, no contexto hospitalar, na medida em que, envolvendo a prestação de trabalho destes profissionais a modalidade de turnos, em regime de laboração contínua de 24 horas por dia e 365 dias por ano, uma parte das horas de trabalho perdidas tiveram de ser compensadas por recurso à realização de trabalho suplementar.

No que respeita ao pessoal técnico superior de saúde, a respetiva evolução do número de horas suplementares realizadas nos anos da série temporal disponível por entidade consta do Quadro 48.

Uma vez que este grupo profissional se encontra dividido por ramos, apresenta-se no Quadro 49 a respetiva evolução de forma desagregada.

Por último, no que diz respeito às carreiras especiais da saúde, apresenta-se a evolução do volume de trabalho suplementar ocorrida para o pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica. Tratando-se de uma carreira

dividida por diversas profissões, a evolução é apresentada primeiro por entidade, no Quadro 50, e, seguidamente, no Quadro 51, por profissão.

Assim, tal como se verificou relativamente ao pessoal de enfermagem e pelos mesmos motivos, também nos grupos profissionais técnico superior de saúde e técnico de diagnóstico e terapêutica, se registou um aumento do volume do trabalho suplementar.

Quadro 47. Volume de trabalho suplementar do pessoal de enfermagem

Entidade	2014	2015	2016	Dif. 2016-2015	% 2016-2015
ARS Norte, IP	131 241	134 368	154 529	20 162	15%
ARS Alentejo, IP	15 524	15 400	18 886	3 486	23%
ARS Algarve, IP	30 587	25 204	25 962	759	3%
ARS Centro, IP	75 259	105 719	97 846	-7 873	-7%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	68 333	72 132	73 344	1 212	2%
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	199	157	215	58	37%
CH Algarve, EPE	71 327	96 040	92 071	-3 969	-4%
CH Baixo Vouga, EPE	7 101	5 989	15 158	9 170	153%
CH Barreiro/Montijo, EPE	2 319	2 289	7 476	5 187	227%
CH Cova da Beira, EPE	5 871	11 863	19 843	7 980	67%
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	78 272	53 593	81 022	27 429	51%
CH Leiria, EPE	ND	1 629	5 818	4 188	257%
CH Lisboa Central, EPE	111 400	118 320	126 033	7 712	7%
CH Lisboa Norte, EPE	126 165	171 003	223 820	52 817	31%
CH Lisboa Ocidental, EPE	35 700	47 525	51 431	3 907	8%
CH Médio Ave, EPE	2 152	4 905	22 162	17 257	352%
CH Médio Tejo, EPE	3 398	7 471	13 349	5 878	79%
CH Oeste	2 874	4 505	6 718	2 213	49%
CH Porto, EPE	7 065	33 578	83 587	50 008	149%
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	2 965	9 233	17 532	8 299	90%
CH Psiquiátrico de Lisboa	0	8	0	-8	-100%
CH São João, EPE	52 261	82 675	134 649	51 974	63%
CH Setúbal, EPE	19 833	25 290	26 693	1 403	6%
CH Tâmega e Sousa, EPE	7 219	14 511	36 124	21 614	149%
CH Tondela-Viseu, EPE	32 887	38 916	40 385	1 469	4%
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	11 442	28 501	29 443	942	3%
CH Universitário de Coimbra, EPE	ND	119 199	114 808	-4 391	-4%
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	31 160	37 238	50 377	13 139	35%
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	64	280	3 392	3 112	1111%
H Distrital de Santarém, EPE	18 726	16 624	28 398	11 774	71%
H Espírito Santo de Évora, EPE	23 455	27 360	33 699	6 339	23%
H Garcia de Orta, EPE	25 769	24 948	52 621	27 673	111%
H Magalhães Lemos, EPE	2 075	1 365	3 303	1 938	142%
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	ND	26 981	31 132	4 150	15%

Entidade	2014	2015	2016	Dif. 2016-2015	% 2016-2015
H Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	299	1 910	869	-1 041	-54%
H Senhora da Oliveira, Guimarães, EPE	2 404	22 492	33 964	11 471	51%
Instituto Nacional de Emergência Médica, IP	36 373	49 306	65 037	15 731	32%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	13 562	13 503	13 722	219	2%
IPO Coimbra, EPE	14 891	21 869	23 119	1 250	6%
IPO Lisboa, EPE	13 457	21 078	22 919	1 841	9%
IPO Porto, EPE	31 913	34 842	27 757	-7 085	-20%
ULS Alto Minho, EPE	19 383	22 838	33 873	11 035	48%
ULS Baixo Alentejo, EPE	19 589	21 449	31 350	9 902	46%
ULS Castelo Branco, EPE	15 346	16 195	16 251	55	0%
ULS Guarda, EPE	27 684	50 114	54 986	4 871	10%
ULS Litoral Alentejano, EPE	17 469	20 488	23 129	2 642	13%
ULS Matosinhos, EPE	20 529	14 885	16 748	1 864	13%
ULS Nordeste, EPE	34 959	38 025	45 988	7 963	21%
ULS Norte Alentejano, EPE	47 608	42 269	49 517	7 248	17%
Total Geral	1 318 106	1 756 079	2 181 052	424 973	24%

Nota: No ano 2014 não estão incluídas as seguintes entidades: H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, CH Universitário de Coimbra, EPE, CH Leiria, EPE

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 48. Volume de trabalho suplementar do pessoal técnico superior de saúde por entidade

Entidade	2014	2015	2016	Dif. 2016-2015	% 2016-2015
ARS Alentejo, IP	46	46	44	-2	-4%
ARS Algarve, IP	404	37	26	-11	-30%
ARS Centro, IP	808	1 306	1 331	26	2%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	287	356	438	81	23%
ARS Norte, IP	42	7	10	3	43%
CH Algarve, EPE	6 119	6 376	6 196	-180	-3%
CH Baixo Vouga, EPE	2 523	2 984	3 046	62	2%
CH Barreiro/Montijo, EPE	1 015	2 730	3 549	820	30%
CH Cova da Beira, EPE	1 542	1 706	1 908	202	12%
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	2 507	2 753	2 428	-324	-12%
CH Leiria, EPE	ND	1 624	1 503	-121	-7%
CH Lisboa Central, EPE	4 327	3 748	3 985	238	6%

Entidade	2014	2015	2016	Dif. 2016-2015	% 2016-2015
CH Lisboa Norte, EPE	12 657	16 140	16 583	443	3%
CH Lisboa Ocidental, EPE	1 187	1 302	1 147	-155	-12%
CH Médio Ave, EPE	808	438	462	23	5%
CH Médio Tejo, EPE	6 588	7 199	6 222	-978	-14%
CH Oeste	2 495	3 207	2 444	-764	-24%
CH Porto, EPE	1 928	1 948	2 277	329	17%
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	158	201	250	49	25%
CH São João, EPE	2 057	2 723	3 331	608	22%
CH Setúbal, EPE	1 266	1 464	1 287	-178	-12%
CH Tâmega e Sousa, EPE	164	181	152	-29	-16%
CH Tondela-Viseu, EPE	3 599	4 238	3 168	-1 070	-25%
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	2 155	2 097	1 752	-345	-16%
CH Universitário de Coimbra, EPE	ND	12 888	14 467	1 580	12%
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	97	35	134	99	284%
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	0	11	0	-11	-100%
H Distrital de Santarém, EPE	1 284	1 293	1 589	296	23%
H Espírito Santo de Évora, EPE	509	841	1 443	602	72%
H Garcia de Orta, EPE	1 918	1 600	1 546	-54	-3%
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	ND	3 676	3 625	-51	-1%
H Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	624	695	729	35	5%
H Senhora da Oliveira, Guimarães, EPE	274	238	251	13	6%
Infarmed, IP	186	200	74	-127	-63%
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, IP	109	2 376	337	-2 039	-86%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	8 079	12 496	13 175	679	5%
IPO Coimbra, EPE	2 456	3 318	3 827	509	15%
IPO Lisboa, EPE	2 934	3 046	2 939	-107	-4%
IPO Porto, EPE	4 064	4 665	4 429	-236	-5%
ULS Alto Minho, EPE	906	199	78	-121	-61%
ULS Baixo Alentejo, EPE	5 720	6 829	6 922	93	1%
ULS Castelo Branco, EPE	5 193	6 252	6 322	70	1%
ULS Guarda, EPE	10 831	13 136	12 804	-333	-3%
ULS Litoral Alentejano, EPE	1 769	1 989	2 705	717	36%
ULS Matosinhos, EPE	96	125	271	146	117%
ULS Nordeste, EPE	4 694	5 744	5 625	-119	-2%
ULS Norte Alentejano, EPE	5 472	6 378	6 078	-300	-5%
Total Geral	111 892	152 835	152 907	72	0%

Nota: No ano 2014 não estão incluídas as seguintes entidades: H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, CH Universitário de Coimbra, EPE, CH Leiria, EPE
 Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 49. Volume de trabalho suplementar dos técnicos superiores de saúde por ramo

Ramo	2014	2015	2016	Dif 2016-2015	% 2016-2015
Engenharia Sanitária	46	46	44	-2	-4%
Farmácia	67 328	89 802	91 478	1 676	2%
Física Hospitalar	2 697	3 224	3 693	469	15%
Genética	4 294	6 426	7 329	903	14%
Laboratório	36 810	52 340	48 948	-3 392	-6%
Nutrição	264	345	440	95	28%
Psicologia Clínica	455	652	975	323	49%
Total Geral	111 892	152 835	152 907	202	0%

Nota: No ano 2014 não estão incluídas as seguintes entidades: H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, CH Universitário de Coimbra, EPE, CH Leiria, EPE

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 50. Volume de trabalho suplementar do pessoal Técnico de Diagnóstico e Terapêutica por entidade

Entidade	2014	2015	2016	Dif 2016-2015	% 2016-2015
ARS Norte, IP	2 288	2 032	3 655	1 623	80%
ARS Alentejo, IP	351	42	54	12	29%
ARS Algarve, IP	3 206	4 191	5 707	1 516	36%
ARS Centro, IP	2 068	4 393	5 432	1 039	24%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	42	133	138	5	4%
CH Algarve, EPE	13 976	20 124	18 963	-1 161	-6%
CH Baixo Vouga, EPE	2 505	2 801	3 310	509	18%
CH Barreiro/Montijo, EPE	1 177	421	536	115	27%
CH Cova da Beira, EPE	828	345	1 630	1 286	373%
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	11 193	10 926	12 591	1 665	15%
CH Leiria, EPE	0	152	1 717	1 565	1029%
CH Lisboa Central, EPE	25 937	27 834	31 707	3 873	14%
CH Lisboa Norte, EPE	41 690	51 830	54 353	2 523	5%
CH Lisboa Ocidental, EPE	22 658	25 640	29 339	3 699	14%
CH Médio Ave, EPE	2 114	3 328	4 974	1 646	49%
CH Médio Tejo, EPE	6 761	9 405	10 224	819	9%
CH Oeste	5 472	6 230	3 003	-3 227	-52%

Entidade	2014	2015	2016	Dif 2016-2015	% 2016-2015
CH Porto, EPE	9 174	10 532	12 843	2 311	22%
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	73	46	101	55	120%
CH São João, EPE	13 577	17 574	21 764	4 190	24%
CH Setúbal, EPE	17 702	21 867	20 152	-1 715	-8%
CH Tâmega e Sousa, EPE	668	1 542	2 969	1 428	93%
CH Tondela-Viseu, EPE	11 056	13 047	13 585	538	4%
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	3 424	7 699	7 133	-567	-7%
CH Universitário de Coimbra, EPE	0	60 704	70 523	9 819	16%
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	11 285	15 106	18 772	3 666	24%
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	71	35	85	50	145%
H Distrital de Santarém, EPE	820	2 445	4 868	2 423	99%
H Espírito Santo de Évora, EPE	23 311	32 472	31 445	-1 026	-3%
H Garcia de Orta, EPE	7 884	9 853	11 642	1 789	18%
H Magalhães Lemos, EPE	65	0	0	0	
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	0	24 433	25 599	1 166	5%
H Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	828	1 093	1 399	306	28%
H Senhora da Oliveira, Guimarães, EPE	431	488	2 508	2 020	414%
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	0	0	0	0	
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, IP	73	1 599	118	-1 481	-93%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	25 465	29 205	28 430	-775	-3%
IPO Coimbra, EPE	8 575	12 117	12 668	551	5%
IPO Lisboa, EPE	7 548	9 275	8 887	-388	-4%
IPO Porto, EPE	17 520	19 508	18 794	-714	-4%
ULS Alto Minho, EPE	0	0	91	91	
ULS Baixo Alentejo, EPE	4 989	7 108	5 709	-1 399	-20%
ULS Castelo Branco, EPE	7 200	8 624	8 713	89	1%
ULS Guarda, EPE	7 778	9 997	11 625	1 628	16%
ULS Litoral Alentejano, EPE	13 625	16 353	13 186	-3 167	-19%
ULS Matosinhos, EPE	4 887	6 487	6 047	-440	-7%
ULS Nordeste, EPE	27 367	32 311	28 461	-3 850	-12%
ULS Norte Alentejano, EPE	14 139	13 565	13 399	-166	-1%
Total Geral	381 798	554 908	588 846	33 938	6%

Nota: No ano 2014 não estão incluídas as seguintes entidades: H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, CH Universitário de Coimbra, EPE, CH Leiria, EPE

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 51. Volume de trabalho suplementar do pessoal Técnico de Diagnóstico e Terapêutica por profissão

Profissão	2014	2015	2016	Dif 2016-2015	% 2016-2015
Dietista	1 442	2 792	2 858	65	2%
Fisioterapeuta	5 796	6 615	6 779	164	2%
Higienista oral	1	0	3	3	
Ortopista	688	699	667	-32	-5%
Técnico de análises clínicas e de saúde pública	154 652	212 521	215 989	3 467	2%
Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica	683	560	8	-552	-99%
Técnico de audiologia	133	114	127	13	11%
Técnico de cardiopneumologia	80 165	131 273	138 735	7 462	6%
Técnico de farmácia	31 608	44 612	47 070	2 458	6%
Técnico de medicina nuclear	0	6 205	6 242	38	1%
Técnico de neurofisiologia	3 713	5 300	4 919	-381	-7%
Técnico de radiologia	90 821	134 306	152 145	17 838	13%
Técnico de radioterapia	5 312	4 003	6 061	2 059	51%
Técnico de saúde ambiental	3 971	4 796	4 822	26	1%
Terapeuta da fala	0	21	0	-21	-100%
Terapeuta ocupacional	0	0	0	0	
Sem / ND	2 813	1 091	2 423	1 331	122%
Total Geral	381 798	554 908	588 846	33 938	6%

Nota: No ano 2014 não estão incluídas as seguintes entidades: H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, CH Universitário de Coimbra, EPE, CH Leiria, EPE

Fonte: Dados provenientes do RHV

10. Certificação profissional

10.1. Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica

No âmbito das suas atribuições compete à ACSS, através do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, assegurar, quanto as profissões inseridas no âmbito dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, o registo ou certificação de profissionais de saúde, designadamente, através da emissão de cédulas e de declarações.

As profissões regulamentadas são as seguintes: Análises Clínicas e de Saúde Pública; Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica; Audiologia; Cardiopneumologia; Farmácia; Fisioterapia; Higienista Oral; Neurofisiologia; Prótese Dentária; Ortoprotésico; Ortótica; Radiologia; Radioterapia; Terapia da Fala; Terapia Ocupacional; Medicina Nuclear e Saúde Ambiental.

Mais compete, no mesmo domínio, a emissão de declarações que atestam a conformidade da formação obtida com as exigências estabelecidas nas diretivas comunitárias transportas para a ordem jurídica portuguesa. Neste âmbito existem contactos de diversas entidades de países estrangeiros solicitando a confirmação de registos profissionais quanto a profissionais das áreas supra referidas que pretendem exercer funções nesses países.

No que concerne à emissão de cédulas profissionais no período em análise, verificou-se a evolução demonstrada no Gráfico 36.

Em termos de desagregação por profissão, e como se pode verificar pelo Quadro 52

relativo à evolução da emissão de cédulas desde 2010, a profissão de TDT com maior número de cédulas emitidas desde 2010 foi a de Fisioterapeuta (8.898 cédulas), seguido de Técnico de Análises Clínicas e de Saúde Pública (6.799 cédulas) e Técnico de Farmácia (5.338 cédulas). Salienta-se apenas que no número total de cédulas foram também contabilizadas as segundas vias.

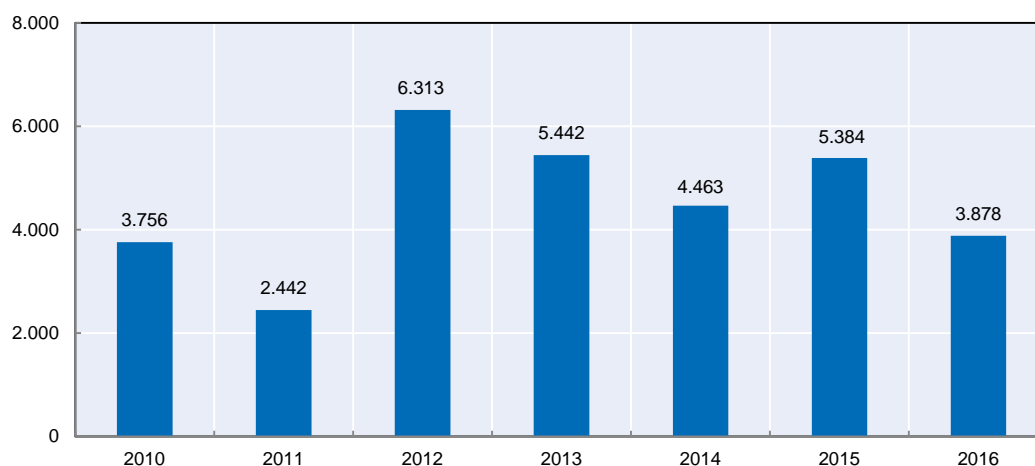
Relativamente à emissão de declarações para trabalhar no estrangeiro, o ano de 2016 registou o menor número desde o ano 2011 e é de assinalar uma diminuição significativa face ao ano de 2015.

Esta diminuição ocorrida no ano de 2016 no número de declarações emitidas estará, certamente, relacionada com a maior empregabilidade verificada no país, no caso concreto, em particular nos serviços e organismos integrados no SNS.

Quanto ao reconhecimento de habilitações estrangeiras com vista ao exercício de funções em Portugal, a variação foi a ilustrada no Gráfico 38.

Em sentido inverso do assinalado para a emissão de declarações para trabalhar no estrangeiro, assistimos a um aumento dos pedidos de reconhecimento de habilitações estrangeiras para exercício de funções no território português, registando o ano 2016 o maior volume de pedidos efetuados nesta série temporal.

Gráfico 36. Total de cédulas de TDT emitidas (2010-2016)



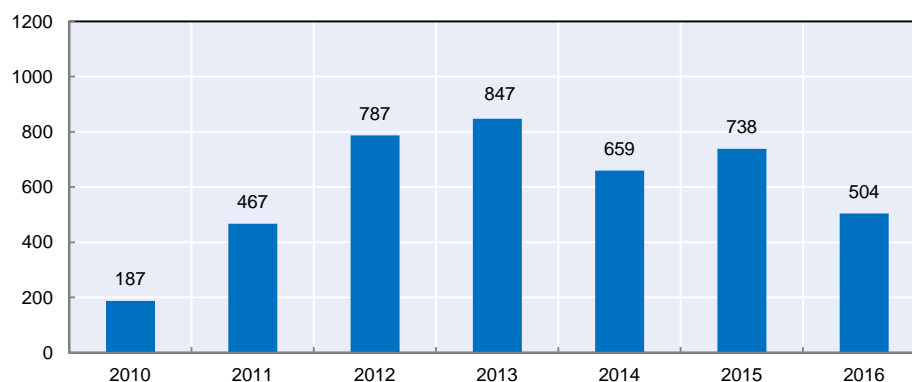
Fonte: ACSS

Quadro 52. Evolução da emissão de cédulas profissionais por profissão

Profissionais	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Dietista	107	71	-	-	-	-	-
Fisioterapeuta	1.062	634	992	1.302	844	2.252	1.812
Higienista oral	68	36	35	14	68	47	47
Ortoprotésico	35	18	32	10	35	22	16
Ortoptista	46	31	35	21	55	43	37
Técnico de análises clínicas e de saúde pública	527	305	1.955	997	1.753	983	279
Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica	129	52	97	57	92	98	111
Técnico de audiologia	44	31	54	26	53	40	50
Técnico de cardiopneumologia	296	140	208	125	148	128	160
Técnico de farmácia	424	413	1.132	2.488	277	271	333
Técnico de medicina nuclear	30	10	34	22	48	775	82
Técnico de neurofisiologia	28	29	34	15	13	15	40
Técnico de prótese dentária	47	31	46	35	112	45	71
Técnico de radiologia	412	265	1.083	156	260	210	248
Técnico de radioterapia	57	37	63	8	87	34	82
Técnico de saúde ambiental	77	45	61	25	67	32	46
Terapeuta da fala	254	238	332	99	391	188	233
Terapeuta ocupacional	113	56	120	42	160	201	231
Total de Cédulas Profissionais	3.756	2.442	6.313	5.442	4.463	5.384	3.878

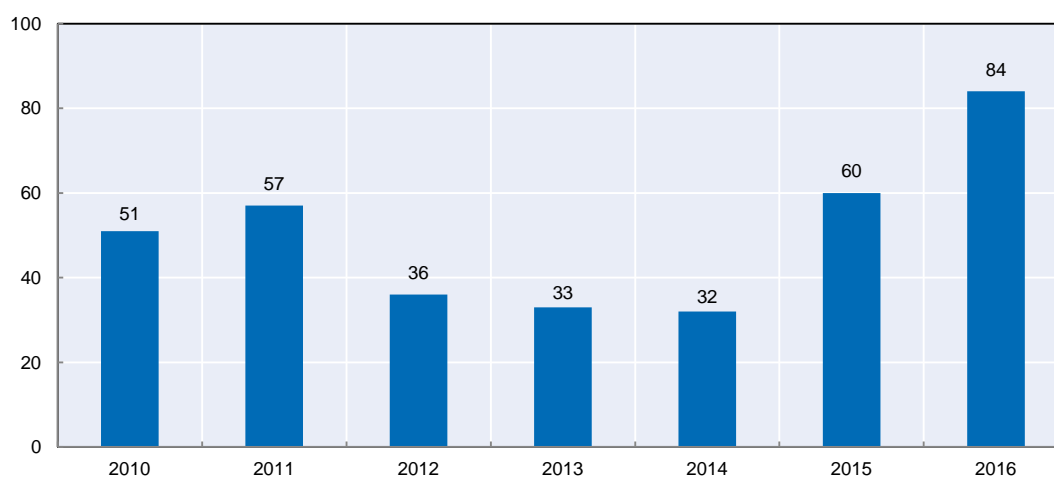
Fonte: ACSS

Gráfico 37. Evolução da emissão de declarações para trabalhar no estrangeiro a Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica



Fonte: ACSS

Gráfico 38. Reconhecimento de habilitações estrangeiras para Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica



Fonte: ACSS

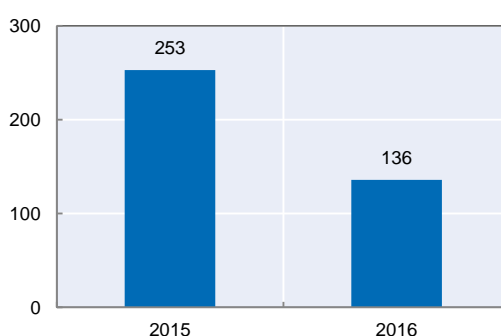
10.2. Podologia

Compete igualmente à ACSS, efetuar o registo e emissão do correspondente título profissional da profissão de podologista.

Com as publicações das Portarias n.º 121/2015 e 122/2015, de 4 de maio e a

Portaria n.º 186/2015 de 24 de junho, que fixaram o ciclo de estudos de licenciatura, o modelo de cartão de título profissional de Podologista, foi emitido um total de 389 cédulas profissionais.

Gráfico 39. Total de cédulas de podologistas emitidas em 2015 e 2016



Fonte: ACSS

10.3. Terapêuticas não convencionais

A Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, regulamentou a atividade das Terapêuticas não Convencionais. Foram, desde logo, regulamentadas as atividades relacionadas com Acupunctura, Fitoterapia, Homeopatia, Medicina Tradicional Chinesa, Naturopatia, Osteopatia e Quiropráxia.

O processo de registo tem-se dirigido sobretudo aos profissionais que, à data da entrada em vigor da lei, se encontravam a exercer atividade em alguma das áreas supra mencionadas.

Analisados os processos, e atenta à pontuação obtida em função dos critérios estabelecidos no respetivo enquadramento

legal, pode ser atribuída ou uma cédula definitiva ou uma provisória.

Todos os pedidos que foram formulados nos termos do artigo 19.º da Lei acima referida foram avaliados até ao fim do ano de 2016, tendo, para o efeito sido constituída uma equipa dedicada.

O número de cédulas emitidas, por área de atividade, foi a representada nos quadros seguintes.

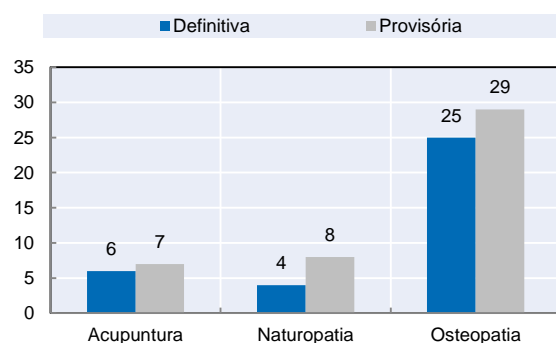
De salientar, neste universo, a relevância da Osteopatia no que respeita à emissão de cédulas, representando perto de 70% do global.

Quadro 53. Total de cédulas de TNC emitidas em 2015

Estado	Acupuntura	Naturopatia	Osteopatia	Total geral
Definitiva	6	4	25	35
Provisória	7	8	29	44
Total geral	13	12	54	79

Fonte: ACSS

Gráfico 40. Total de cédulas de TNC emitidas em 2015



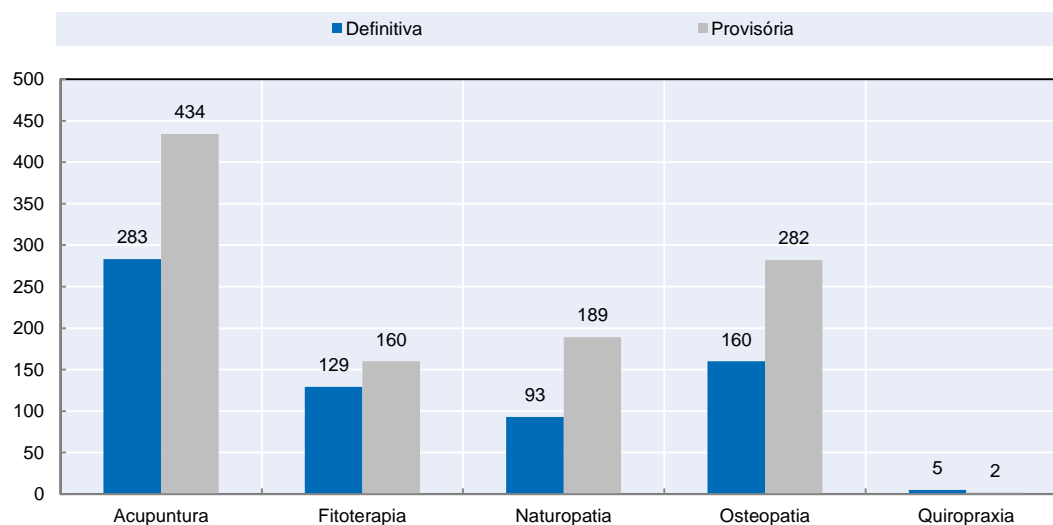
Fonte: ACSS

Quadro 54. Total de cédulas de TNC emitidas em 2016

Estado	Acupuntura	Fitoterapia	Naturopatia	Osteopatia	Quiropraxia	Total Geral
Definitiva	283	129	93	160	5	670
Provisória	434	160	189	282	2	1.067
Total geral	717	289	282	442	7	1.737

Fonte: ACSS

Gráfico 41. Total de cédulas de TNC emitidas em 2016



Fonte: ACSS

Parte III

Caracterização dos trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde

A região do Norte é a que concentra maior número de médicos (37,5%) e a região de Lisboa e Vale do Tejo o maior número de enfermeiros (35,6%).

A idade média do pessoal médico especialista situou-se nos 50 anos e a do pessoal de enfermagem nos 40 anos.

Em média, do universo dos profissionais que realizaram trabalho suplementar, cada médico prestou 327 horas anuais e cada enfermeiro de 105 horas.

Do volume de trabalho médico prestado sob a forma de prestação de serviço 65% foi realizado em contexto de serviço de urgência.

A taxa de feminização global foi de 76,2%, a do pessoal médico de 59,1% e a do pessoal de enfermagem de 83,4%.

Do universo do pessoal técnico superior de saúde 37% são psicólogos clínicos e 26% farmacêuticos.

A idade média do pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica fixou-se nos 42 anos e a profissão que detém maior número de profissionais é a de técnico de análises clínicas e de saúde pública, seguida dos técnicos de radiologia.

1. Pessoal Médico

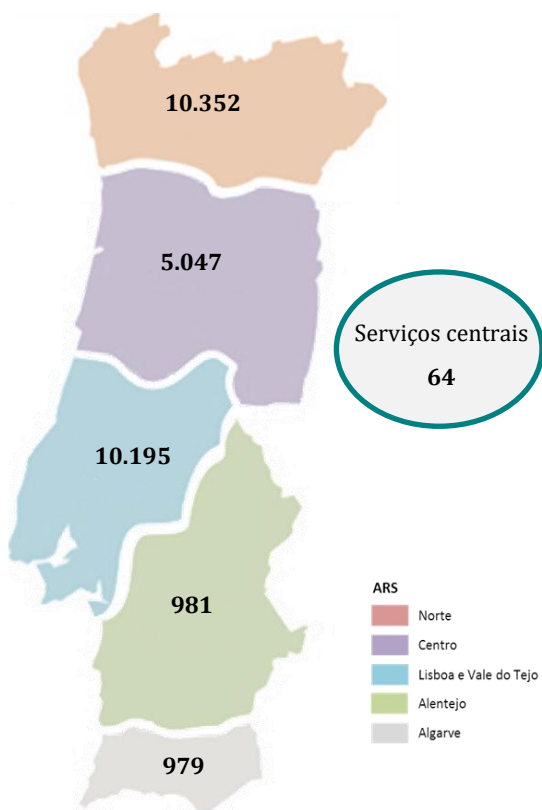
1.1. Médicos por região de saúde

A distribuição regional do total de pessoal médico (incluindo internos) reflete a distribuição demográfica. A região Norte contempla o maior número de médicos representando cerca de 37,5% do total. Por outro lado o Algarve representa apenas 4,5% do total de médicos.

Não obstante, para efeitos de comparabilidade entre as diferentes regiões foi utilizado o rácio de médicos por 1.000 habitantes, conforme se verifica no Quadro 55.

Da análise do referido quadro constata-se que a região Centro tem o rácio mais elevado do País (2,9 médicos por 1.000 habitantes), superando o rácio a nível nacional. Em contrapartida, é na região do Alentejo que o mesmo rácio apresenta o valor mais baixo (1,9 médicos por 1.000 habitantes) o que, tal como para a região do Algarve, reflete as dificuldades acrescidas na fixação de profissionais nestas regiões do país.

Figura 2. Total de médicos por região de saúde



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

Quadro 55. Médicos no SNS por 1.000 habitantes

Região	Médicos por 1.000 habitantes
Norte	2,8
Centro	2,9
Lisboa e Vale do Tejo	2,8
Alentejo	1,9
Algarve	2,2
Nacional	2,7

Fonte: Dados provenientes do RHV, Censos 2011 e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

1.2. Médicos (sem internos) por especialidade

Tendo por base o número de médicos sem internos por especialidade, constata-se, como resulta do Gráfico 42, que 65,5% dizem respeito a especialidades hospitalares, 30,4% a Medicina Geral e Familiar, 1,8% a Saúde Pública e 2,3% a outras especialidades onde estão incluídas a Medicina do Trabalho, Medicina Desportiva e outras situações.

No que concerne à distribuição do pessoal médico por especialidade e respetiva evolução entre 2015 e 2016, conforme resulta do Quadro 56, e em decorrência do anteriormente referido, constata-se que a Medicina Geral e Familiar é a especialidade médica que detém o maior número de profissionais (30% do total de médicos especialistas).

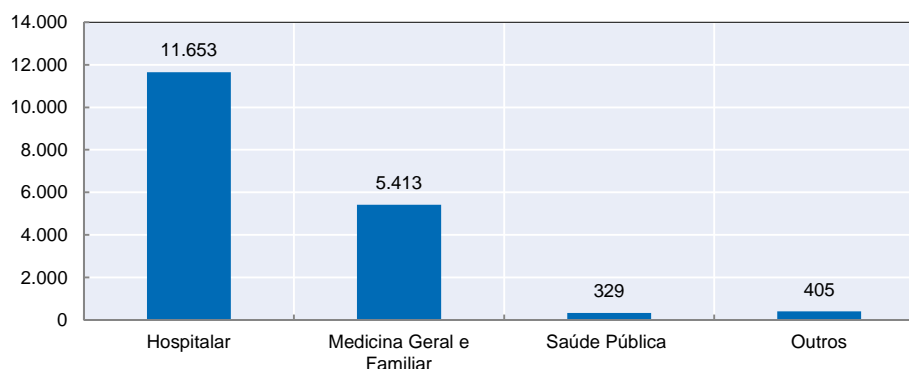
Relativamente às especialidades hospitalares, as que apresentam maior expressão numérica de profissionais são a Medicina Interna (8,4%), Anestesiologia (6%) e Pediatria Médica (5,9%).

No ano 2016 registou-se um aumento de profissionais na maioria das especialidades médicas, destacando-se o aumento de 287 médicos de Medicina Geral e Familiar, o que evidencia o esforço do sistema em reforçar os cuidados de saúde primários, no sentido de procurar alcançar o objetivo de proporcionar Médico de Família a todos os utentes do SNS.

Incremento de médicos especialistas

Em 2016 registou-se um aumento de 822 médicos especialistas nas entidades SPA e EPE do SNS, dos quais 287 na especialidade de Medicina Geral e Familiar e 110 na especialidade de Medicina Interna.

Gráfico 42. Número de médicos por especialidade



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 56. Médicos especialistas por região e por especialidade em 2015 e 2016

Especialidade	Número de médicos especialistas dezembro 2015						Número de médicos especialistas dezembro 2016						Variação médicos especialistas					
	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total
Anatomia patológica	45	26	51	4	3	129	48	29	53	3	3	136	3	3	2	-1	-	7
Anestesiologia	443	209	351	25	21	1.049	443	212	361	26	20	1.062	-	3	10	1	-1	13
Cardiologia	135	83	159	12	11	400	136	88	167	13	12	416	1	5	8	1	1	16
Cardiologia pediátrica	13	10	15	-	-	38	15	10	14	-	2	41	2	-	-1	-	2	3
Cirurgia cardíaca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cirurgia cardiotorácica	21	10	33	-	-	64	29	12	35	-	-	76	8	2	2	-	-	12
Cirurgia geral	318	179	307	56	42	902	323	183	305	56	44	911	5	4	-2	-	2	9
Cirurgia maxilo-facial	10	9	16	-	-	35	13	10	16	-	-	39	3	1	-	-	-	4
Cirurgia pediátrica	20	11	36	1	-	68	20	11	36	1	-	68	-	-	-	-	-	-
Cirurgia plástica reconstrutiva e estética	29	10	49	2	3	93	35	8	50	2	3	98	6	-2	1	-	-	5
Cirurgia torácica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cirurgia vascular	42	11	36	-	-	89	47	11	37	-	-	95	5	-	1	-	-	6
Dermatovenereologia	47	34	62	2	2	147	47	33	61	2	2	145	-	-1	-1	-	-	-2
Endocrinologia	41	22	38	1	1	103	47	28	41	-	1	117	6	6	3	-1	-	14
Estomatologia	37	25	41	2	3	108	36	27	44	2	3	112	-1	2	3	-	-	4
Farmacologia clínica	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Gastroenterologia	67	48	87	4	15	221	71	48	90	5	16	230	4	-	3	1	1	9
Genética médica	2	4	8	-	-	14	5	4	8	-	-	17	3	-	-	-	-	3

Especialidade	Número de médicos especialistas dezembro 2015						Número de médicos especialistas dezembro 2016						Variação médicos especialistas					
	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total
Ginecologia	6	21	6	-	-	33	5	22	5	-	-	32	- 1	1	- 1	-	-	- 1
Ginecologia/obstetrícia	254	115	207	18	24	618	261	117	219	19	26	642	7	2	12	1	2	24
Hematologia clínica	42	26	53	2	2	125	46	30	50	2	2	130	4	4	- 3	-	-	5
Imunoalergologia	31	12	34	3	5	85	28	13	35	3	6	85	- 3	1	1	-	1	-
Imunohemoterapia	53	20	80	4	2	159	55	20	83	7	2	167	2	-	3	3	-	8
Infeciologia	36	25	40	2	6	109	43	25	45	1	4	118	7	-	5	- 1	- 2	9
Medicina desportiva	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Medicina do trabalho	7	7	9	2	1	26	8	6	10	2	1	27	1	- 1	1	-	-	1
Medicina física e de reabilitação	76	37	86	9	19	227	82	41	90	9	17	239	6	4	4	-	- 2	12
Medicina geral e familiar	2.054	994	1.608	265	197	5.118	2.174	1.038	1.709	264	220	5.405	120	44	101	- 1	23	287
Medicina interna	487	246	511	80	65	1.389	534	280	531	82	72	1.499	47	34	20	2	7	110
Medicina nuclear	14	11	9	-	-	34	14	11	10	-	-	35	-	-	1	-	-	1
Nefrologia	62	34	92	10	10	208	65	32	93	10	10	210	3	- 2	1	-	-	2
Neurocirurgia	36	21	51	-	4	112	41	23	50	1	5	120	5	2	- 1	1	1	8
Neurologia	94	56	90	3	10	253	99	60	95	4	9	267	5	4	5	1	- 1	14
Neurorradiologia	46	21	35	-	-	102	49	21	38	-	-	108	3	-	3	-	-	6
Obstetrícia	8	36	2	-	1	47	8	34	2	-	1	45	-	- 2	-	-	-	- 2
Oftalmologia	124	72	148	16	11	371	141	79	159	17	10	406	17	7	11	1	- 1	35
Oncologia médica	52	19	53	2	6	132	62	21	62	3	7	155	10	2	9	1	1	23

Especialidade	Número de médicos especialistas dezembro 2015						Número de médicos especialistas dezembro 2016						Variação médicos especialistas					
	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total
Ortopedia	209	127	142	20	17	515	214	129	141	20	19	523	5	2	- 1	-	2	8
Otorrinolaringologia	99	47	92	5	6	249	109	47	99	5	7	267	10	-	7	-	1	18
Patologia clínica	90	45	134	16	13	298	97	44	134	18	14	307	7	- 1	-	2	1	9
Pediatria médica	380	179	359	40	38	996	400	194	375	37	39	1.045	20	15	16	- 3	1	49
Pneumologia	92	70	150	6	13	331	103	75	148	6	14	346	11	5	- 2	-	1	15
Psiquiatria	168	100	181	9	9	467	189	103	198	13	11	514	21	3	17	4	2	47
Psiquiatria da infância e da adolescência	36	13	35	2	1	87	40	14	35	2	1	92	4	1	-	-	-	5
Radiologia	104	77	153	15	16	365	108	74	155	16	19	372	4	- 3	2	1	3	7
Radioterapia	30	15	24	-	-	69	30	20	27	-	-	77	-	5	3	-	-	8
Reumatologia	19	18	34	-	3	74	23	19	36	-	2	80	4	1	2	-	- 1	6
Saúde pública	118	60	96	22	16	312	122	66	95	23	16	322	4	6	- 1	1	-	10
Urologia	75	42	69	8	8	202	73	43	73	8	9	206	- 2	1	4	-	1	4
Sem/Não disponível	151	64	122	15	34	386	133	46	144	19	35	377	- 18	- 18	22	4	1	- 9
Total geral	6.324	3.321	5.995	683	638	16.961	6.672	3.461	6.265	701	684	17.783	348	140	270	18	46	822

Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP, DGS e IGAS

Fonte: Dados provenientes do RHV

1.3. Médicos especialistas por idade e gênero

No ano em apreço a idade média dos médicos (sem internos) fixou-se em 50 anos. No entanto, 54,7% dos médicos especialistas têm mais de 50 anos de idade.

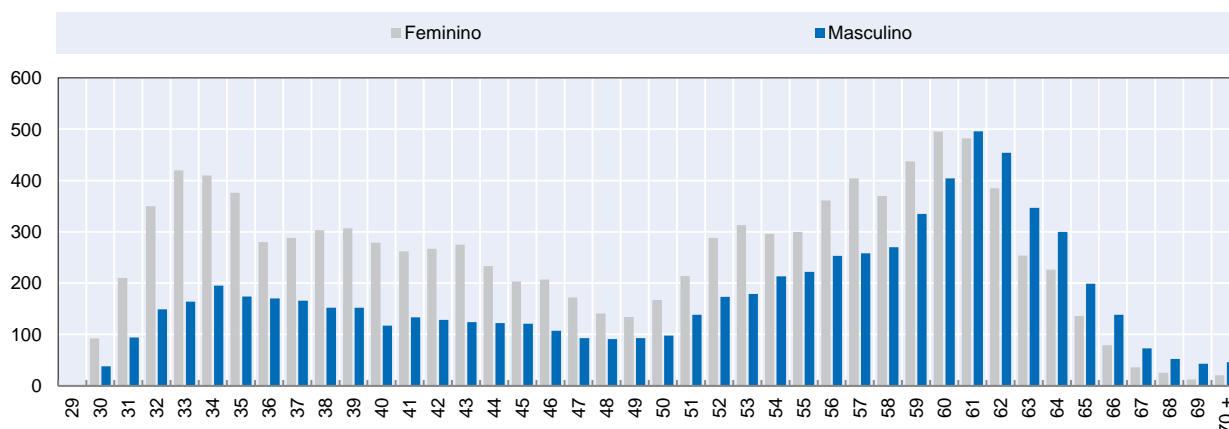
No Gráfico 43 apresenta-se a distribuição dos médicos especialistas por idade e por gênero, onde é possível constatar que, para cada idade, a predominância é do gênero feminino, com exceção para idades acima dos 60 anos, em que os médicos são maioritariamente do gênero masculino.

Todavia, dado que a referida faixa etária é a corresponde aos profissionais com potencial

para se aposentarem, aproximadamente nos próximos cinco anos a predominância será, em todas as idades, do gênero feminino.

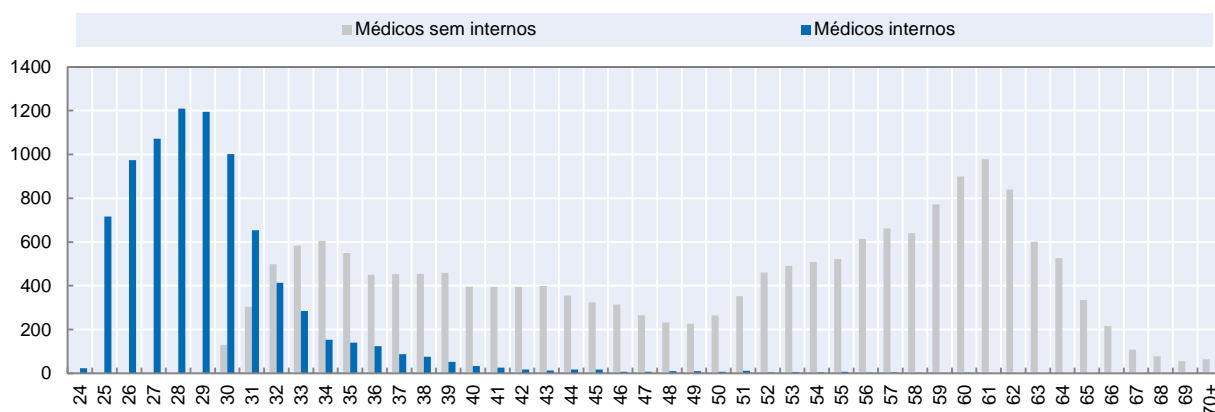
Comparando a distribuição por idades dos médicos especialistas com a idade dos internos, tal como resulta do Gráfico 44, é possível constatar a existência de duas curvas muito acentuadas, ou seja, como seria expectável dado tratar-se de médicos em formação, os internos concentram-se em idades mais jovens e a parte mais significativa dos especialistas está concentrada em idades acima dos 50 anos.

Gráfico 43. Distribuição dos médicos sem internos por idade e gênero



Fonte: Dados provenientes do RHV

Gráfico 44. Distribuição dos médicos (total) por idade



Fonte: Dados provenientes do RHV

1.4. Médicos por género

À semelhança do que ocorre de forma transversal a todos os grupos profissionais, existem mais profissionais médicos do género feminino.

No entanto, o pessoal médico apresenta uma taxa de feminização (59,1%) mais baixa que a generalidade dos demais grupos profissionais.

Gráfico 45. Percentagem de médicos por género



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP, DGS e IGAS

Fonte: Dados provenientes do RHV

1.5. Trabalho suplementar do pessoal médico

O Gráfico 46 apresenta o número de horas suplementares realizadas em presença física (PF) e em regime de regime de prevenção (HP) pelos médicos especialistas e pelos médicos internos durante o ano 2016.

Neste ano os médicos realizaram cerca de 5,85 milhões de horas suplementares o que corresponde, para os médicos que realizaram trabalho suplementar, a uma média de 327 horas por cada médico que realizou trabalho suplementar.

Tendo em conta o número total de médicos¹⁰, constata-se que cerca de 68,4% dos médicos realizaram trabalho suplementar durante o ano de 2016.

No Quadro 58 apresenta-se a desagregação do trabalho suplementar, em horas de presença física (PF) e horas de prevenção (HP), realizadas pelo pessoal médico durante o ano de 2016.

Do total de horas suplementares realizadas, verifica-se que aproximadamente 79% foram realizadas em regime de presença física e 21% em regime de prevenção.

Considerando o número de médicos que realizou trabalho suplementar em regime de presença física durante o ano de 2016, um total de 15.521 médicos das diversas entidades e especialidades, constata-se que cada um destes médicos realizou, em média, 299 horas de trabalho suplementar.

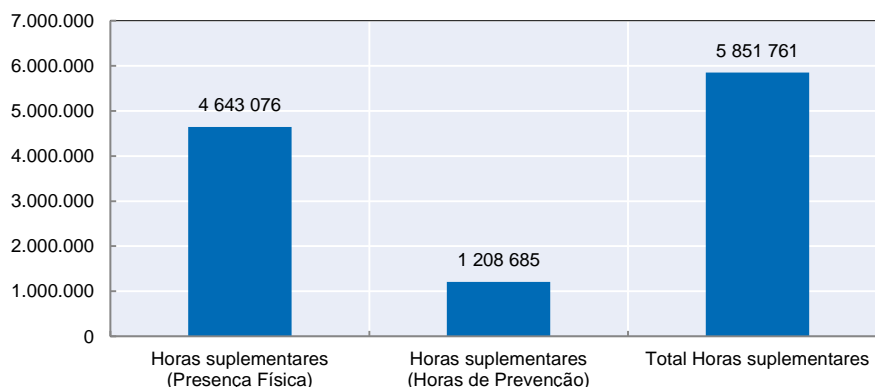
No que respeita ao trabalho suplementar realizado em regime de prevenção, o número de médicos que assegurou esta prestação de trabalho é substancialmente inferior (2.353 médicos) pelo que, face ao volume de horas realizado, cada um destes médicos realizou, em média, 514 horas em regime de prevenção.

Apresenta-se em seguida um quadro com os valores anteriores mas desagregados por entidade, em função do número de médicos que realizou trabalho suplementar em regime de presença física e em regime de prevenção.

Ainda da análise do Quadro 58 é possível verificar quais as entidades que realizaram maior volume de trabalho suplementar, que correspondem, essencialmente, a estabelecimentos hospitalares de maior dimensão (Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE, Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE e Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE), seguidos das duas maiores Administrações Regionais de Saúde, designadamente a ARS do Norte, IP e a ARS de Lisboa e Vale do Tejo, IP.

¹⁰ Médicos e internos ativos em dezembro de 2016, não estando incluídos as entidades pertencentes aos serviços centrais e PPP.

Gráfico 46. Horas suplementares do pessoal médico (presença física e prevenção)



Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2016)

Quadro 57. Número médio de horas suplementares por médico

	Horas suplementares (Presença física)	Horas suplementares (Horas de prevenção)	Total horas suplementares
Número médio de horas suplementares por médico	299	514	327

Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2016)

Quadro 58. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por médico

Entidade	Número de médicos com HS (PF) > 0	Total HS (PF)	Média anual HS (PF)	Número de médicos com HS > 0	Total HP	Média anual HS
ARS Norte, IP	1 175	187 463	160	3	938	313
ARS Alentejo, IP	66	17 526	266	7	4 212	602
ARS Algarve, IP	193	55 238	286	6	5 236	873
ARS Centro, IP	728	123 938	170	0	0	0
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	1 126	94 134	84	0	0	0
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	11	1 164	106	0	0	0
CH Algarve, EPE	500	183 892	368	87	39 834	458
CH Baixo Vouga, EPE	220	57 716	262	13	5 624	433
CH Barreiro/Montijo, EPE	176	83 845	476	8	2 916	365
CH Cova da Beira, EPE	107	57 814	540	45	30 568	679
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	257	75 671	294	8	204	26
CH Leiria, EPE	222	55 183	249	2	186	93

Entidade	Número de médicos com HS (PF) > 0	Total HS (PF)	Média anual HS (PF)	Número de médicos com HS > 0	Total HP	Média anual HS
CH Lisboa Central, EPE	980	317 720	324	187	81 452	436
CH Lisboa Norte, EPE	1 122	412 242	367	196	90 572	462
CH Lisboa Ocidental, EPE	482	152 747	317	122	39 250	322
CH Médio Ave, EPE	139	46 337	333	8	5 062	633
CH Médio Tejo, EPE	118	61 192	519	24	17 346	723
CH Oeste	132	69 122	524	3	3 215	1 072
CH Porto, EPE	714	176 846	248	90	37 460	416
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	79	39 874	505	0	0	0
CH Psiquiátrico de Lisboa	0	0	0	0	0	0
CH São João, EPE	711	167 954	236	144	65 442	454
CH Setúbal, EPE	219	91 873	420	17	13 916	819
CH Tâmega e Sousa, EPE	227	84 376	372	0	0	0
CH Tondela-Viseu, EPE	374	88 430	236	95	39 744	418
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	218	94 454	433	99	51 950	525
CH Universitário de Coimbra, EPE	1 282	370 623	289	382	184 170	482
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	519	118 433	228	105	64 000	610
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	72	30 424	423	12	2 930	244
H Distrital de Santarém, EPE	189	73 628	390	10	2 041	204
H Dr. Francisco Zagalo	8	3 599	450	0	0	0
H Espírito Santo de Évora, EPE	199	69 869	351	80	31 000	388
H Garcia de Orta, EPE	384	117 104	305	78	32 349	415
H Magalhães Lemos, EPE	17	837	49	0	0	0
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	418	164 370	393	102	53 881	528
H Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	48	13 898	290	1	559	559
H Senhora da Oliveira, Guimarães, EPE	208	47 663	229	12	5 906	492
Instituto Nacional de Emergência Médica, IP	3	538	179	0	0	0
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	8	132	17	0	0	0
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	26	3 367	129	17	15 783	928
IPO Coimbra, EPE	73	14 692	201	55	36 178	658
IPO Lisboa, EPE	140	56 518	404	58	31 810	548
IPO Porto, EPE	129	48 621	377	14	13 321	951
ULS Alto Minho, EPE	290	100 026	345	0	0	0
ULS Baixo Alentejo, EPE	157	74 813	477	31	23 357	753
ULS Castelo Branco, EPE	138	61 791	448	42	43 447	1 034

Entidade	Número de médicos com HS (PF) > 0	Total HS (PF)	Média anual HS (PF)	Número de médicos com HS > 0	Total HP	Média anual HS
ULS Guarda, EPE	186	135 167	727	64	32 141	502
ULS Litoral Alentejano, EPE	86	48 964	569	18	6 845	380
ULS Matosinhos, EPE	322	84 648	263	22	19 781	899
ULS Nordeste, EPE	191	140 066	733	44	36 136	821
ULS Norte Alentejano, EPE	132	66 537	504	42	37 926	903
Total Geral	15 521	4 643 076	299	2 353	1 208 685	514

Legenda: **HS (PF)** – Horas suplementares em presença física; **HP** – Horas de prevenção

Nota: Os totais apresentados no quadro anterior diferem ligeiramente do total de horas suplementares apresentado anteriormente, na medida em que nesta análise não foram incluídos os profissionais a quem tenha sido processado um valor negativo em resultado de eventuais ajustes face a períodos anteriores.

Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2016)

Para melhor compreensão dos valores atrás expostos, apresenta-se, no Quadro 59, a variação do trabalho suplementar prestado pelo pessoal médico, por entidade, face ao ano anterior.

Em termos evolutivos, em 2016 assistiu-se a um decréscimo global de 1% no volume do trabalho suplementar realizado pelo pessoal médico, face ao ano anterior. O trabalho suplementar realizado em regime de presença física registou uma diminuição de 3%, enquanto o trabalho suplementar realizado em regime de prevenção aumentou 6%.

No Quadro 60 apresenta-se a distribuição do trabalho suplementar em função das diversas especialidades médicas.

A partir da sua análise é possível constatar quais as especialidades médicas em que o trabalho suplementar é mais expressivo, tanto em termos de volume absoluto como em média de horas realizadas por cada médico.

No Gráfico 47 apresentam-se as cinco especialidades médicas com maior volume de trabalho suplementar (presença física e prevenção), liderada pela especialidade de Medicina Interna, como é normal dada a particular predominância da atividade de urgência.

No que concerne apenas ao trabalho suplementar realizado em regime de presença física, como resulta do Gráfico 48, mantem-se a ordem das quatro especialidades que registaram maior volume de trabalho suplementar.

Por último, relativamente ao trabalho suplementar realizado em regime de prevenção, como se regista no Gráfico 49, assinalam-se diferenças ao nível das principais especialidades médicas que asseguram esta prestação de trabalho, surgindo a especialidade de imunohemoterapia como a especialidade com maior volume de horas.

Quadro 59. Variação percentual do trabalho suplementar por entidade (2016-2015)

Entidade	Variação de HS (PF) 2016-2015	Variação de HP 2016-2015	Variação de HS (PF) e HP 2016-2015
ARS Norte, IP	0%	0	0%
ARS Alentejo, IP	-12%	-4%	-10%
ARS Algarve, IP	-9%	-20%	-10%
ARS Centro, IP	-22%		-22%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	-12%		-12%
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	11%		11%
CH Algarve, EPE	-6%	5%	-4%
CH Baixo Vouga, EPE	11%	-23%	7%
CH Barreiro/Montijo, EPE	-10%	-4%	-9%
CH Cova da Beira, EPE	5%	-8%	0%
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	-1%	19%	-1%
CH Leiria, EPE	-10%	51%	-10%
CH Lisboa Central, EPE	-5%	9%	-2%
CH Lisboa Norte, EPE	0%	14%	2%
CH Lisboa Ocidental, EPE	0%	6%	1%
CH Médio Ave, EPE	-1%	9%	0%
CH Médio Tejo, EPE	-8%	-30%	-14%
CH Oeste	-6%	-19%	-7%
CH Porto, EPE	-4%	11%	-1%
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	-1%		-1%
CH Psiquiátrico de Lisboa			
CH São João, EPE	4%	14%	7%
CH Setúbal, EPE	-9%	6%	-7%
CH Tâmega e Sousa, EPE	1%		1%
CH Tondela-Viseu, EPE	8%	-1%	5%
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	-1%	0%	0%
CH Universitário de Coimbra, EPE	-6%	3%	-3%
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	-2%	38%	9%
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	-6%	21%	-4%
H Distrital de Santarém, EPE	-6%	-32%	-7%
H Dr. Francisco Zagalo	14%		14%
H Espírito Santo de Évora, EPE	3%	0%	2%
H Garcia de Orta, EPE	-8%	31%	-2%

Entidade	Varição de HS (PF) 2016-2015	Varição de HP 2016-2015	Varição de HS (PF) e HP 2016-2015
H Magalhães Lemos, EPE	-15%		-15%
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	12%	19%	14%
H Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	25%	422%	29%
H Senhora da Oliveira, Guimarães, EPE	-14%	0%	-12%
Instituto Nacional de Emergência Médica, IP	282%		282%
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	-56%	-100%	-58%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	6%	1%	2%
IPO Coimbra, EPE	8%	2%	4%
IPO Lisboa, EPE	5%	0%	3%
IPO Porto, EPE	-6%	1%	-5%
ULS Alto Minho, EPE	-2%		-2%
ULS Baixo Alentejo, EPE	9%	-4%	6%
ULS Castelo Branco, EPE	-4%	-1%	-3%
ULS Guarda, EPE	4%	1%	4%
ULS Litoral Alentejano, EPE	-10%	17%	-8%
ULS Matosinhos, EPE	-10%	7%	-7%
ULS Nordeste, EPE	-3%	10%	-1%
ULS Norte Alentejano, EPE	-6%	6%	-2%
Total Geral	-3%	6%	-1%

Legenda: **HS (PF)** – Horas suplementares em presença física; **HP** – Horas de prevenção

Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2016)

Quadro 60. Trabalho suplementar por especialidade e média de horas realizadas por médico

Especialidade	Número de médicos com HS (PF) > 0	Total HS (PF)	Média anual HS (PF)	Número de médicos com HP > 0	Total HP	Média anual HP
Anatomia Patológica	25	7 053	282	0	0	0
Anestesiologia	1 236	599 566	485	206	79 455	386
Angiologia e Cirurgia Vascular	72	22 006	306	70	39 952	571
Cardiologia	381	75 998	199	114	87 732	770
Cardiologia Pediátrica	44	8 901	202	33	15 443	468
Cirurgia Cardiorácica (*)	90	58 782	653	70	68 758	982
Cirurgia Geral	1 114	619 157	556	216	78 614	364

Especialidade	Número de médicos com HS (PF) > 0	Total HS (PF)	Média anual HS (PF)	Número de médicos com HP > 0	Total HP	Média anual HP
Cirurgia Maxilo-Facial	37	10 806	292	19	20 863	1 098
Cirurgia Pediátrica	71	30 459	429	41	23 079	563
Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética	80	36 324	454	55	34 143	621
Dermato-Venereologia	33	4 187	127	0	0	0
Doenças Infecciosas	133	34 999	263	35	4 382	125
Endocrinologia e Nutrição	61	6 159	101	2	676	338
Estomatologia	24	4 569	190	3	1 303	434
Farmacologia Clínica Aqui	3	438	146	0	0	0
Gastroenterologia	176	22 230	126	66	27 494	417
Genética Médica	1	580	580	3	778	259
Ginecologia/Obstetrícia (*)	854	271 790	318	59	18 915	321
Hematologia Clínica	148	41 129	278	29	14 873	513
Imunoalergologia	34	3 463	102	0	0	0
Imunohemoterapia	153	41 834	273	96	127 236	1 325
Medicina do Trabalho	6	677	113	0	0	0
Medicina Física e de Reabilitação	46	5 964	130	1	670	670
Medicina Geral e Familiar	3 669	682 349	186	19	15 744	829
Medicina Intensiva	1	139	139	0	0	0
Medicina Interna	2 247	848 224	377	120	38 069	317
Medicina Nuclear	0	0	0	11	3 769	343
Nefrologia	175	28 994	166	120	42 613	355
Neurocirurgia	132	70 657	535	89	42 336	476
Neurologia	260	48 522	187	69	24 543	356
Neurorradiologia	78	12 486	160	35	19 530	558
Oftalmologia	108	5 540	51	7	734	105
Oncologia Médica	183	46 335	253	4	284	71
Ortopedia	689	307 951	447	169	75 196	445
Otorrinolaringologia	218	34 857	160	89	32 087	361
Patologia Clínica	226	58 055	257	72	45 922	638
Pediatria	1 195	321 814	269	109	59 441	545
Pneumologia	300	80 061	267	59	29 641	502
Psiquiatria	222	16 977	76	83	41 262	497
Psiquiatria da Infância e da Adolescência	28	3 971	142	17	1 432	84
Radiologia	176	31 602	180	60	24 170	403
Radioncologia	42	4 737	113	4	4 171	1 043

Especialidade	Número de médicos com HS (PF) > 0	Total HS (PF)	Média anual HS (PF)	Número de médicos com HP > 0	Total HP	Média anual HP
Reumatologia	40	5 213	130	0	0	0
Saúde Pública	83	10 179	123	1	204	204
Urologia	132	36 567	277	77	60 335	784
Sem / ND	495	80 775	163	21	2 841	135
Total Geral	15 521	4 643 076	299	2 353	1 208 685	514

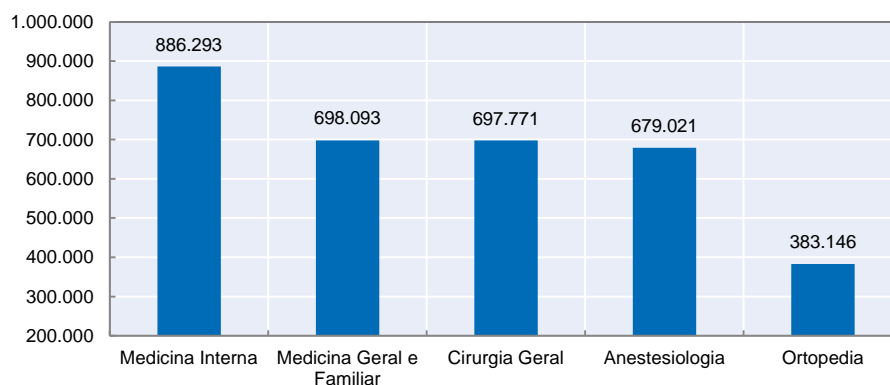
Legenda: **HS (PF)** – Horas suplementares em presença física; **HP** – Horas de prevenção

* Cirurgia Cardio-Torácica inclui a Cirurgia Cardíaca e Torácica; Ginecologia/Obstetrícia inclui a Ginecologia e a Obstetrícia

Nota: Os totais apresentados no quadro anterior diferem ligeiramente do total de horas suplementares apresentado anteriormente, na medida em que nesta análise não foram incluídos os profissionais a quem tenha sido processado um valor negativo em resultado de eventuais ajustes face a períodos anteriores.

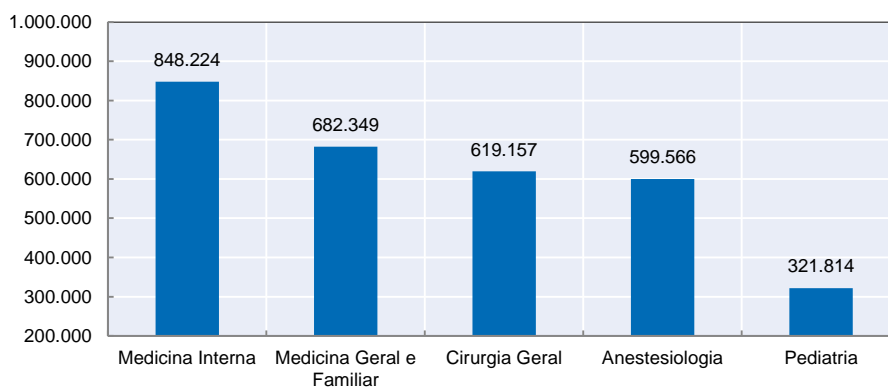
Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2016)

Gráfico 47. TOP 5 das especialidades médicas com maior volume de trabalho suplementar (total)



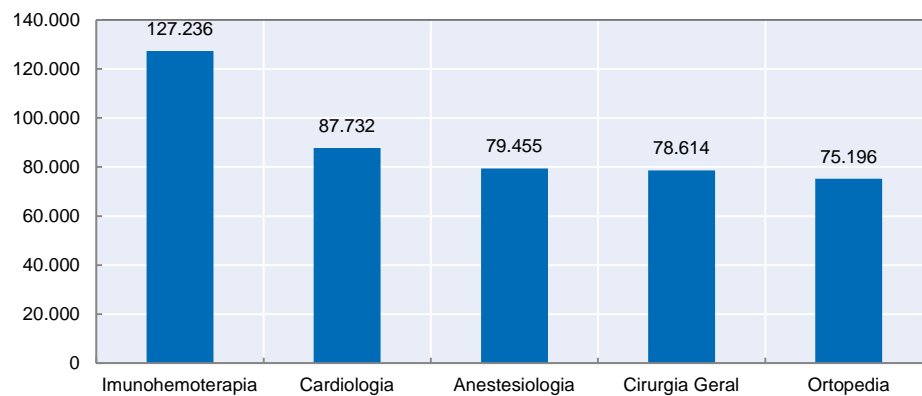
Fonte: Dados provenientes do RHV

Gráfico 48. TOP 5 das especialidades médicas com maior volume de trabalho suplementar realizado em regime de presença física



Fonte: Dados provenientes do RHV

Gráfico 49. TOP 5 das especialidades médicas com maior volume de trabalho suplementar realizado em regime de prevenção



Fonte: Dados provenientes do RHV

1.6. Atividade médica realizada em regime de prestação de serviços – ano 2016

No ano de 2016 foi solicitado às entidades do SNS informação relativa à atividade médica realizada em regime de prestação de serviços, cujos dados estão disponibilizados no Portal do SNS.

Assim, tendo como base na recolha dos dados reportados pelas entidades, iremos proceder à caracterização, de uma forma geral, do trabalho médico realizado em regime de prestação de serviços no ano 2016 nas entidades SPA e EPE do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Os valores indicados para o volume de horas realizadas em regime de prestação de serviços não incluem toda a atividade médica realizada em regime de prestação de serviços, na medida em que não incluem a totalidade da contratação realizada sob a forma de «ato» (por ausência de informação, em alguns casos, relativa a número de horas).

No entanto, a atividade realizada sob a forma de «ato» está considerada nos encargos assumidos com esta atividade.

As entidades que referiram expressamente a existência de contratação sob a forma de

«ato» não totalmente convertível em horas foram o Centro Hospitalar de Setúbal, EPE, o Centro Hospitalar de S. João, EPE, a Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE, a Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE, o Hospital Distrital de Santarém, o Centro Hospitalar do Barreiro-Montijo, EPE e o Centro Hospitalar da Cova da Beira, EPE.

A região em que se verificou o maior volume de trabalho médico realizado sob a forma de prestação de serviços foi a região de Lisboa e Vale do Tejo (39%), seguindo-se a região Norte (26%), a região Centro (15%); a região do Alentejo (14%) e a região do Algarve (6%).

A atividade médica realizada sob a forma de prestação de serviços visa, maioritariamente, assegurar a prestação de trabalho em contexto de urgência, representando cerca de 65% do total.

O total dos encargos assumidos com a contratação de atividade médica em regime de prestação de serviços ascendeu a 97,8 milhões de euros.

Quadro 61. Horas e encargos com contratação de prestação de serviços médicos por região

Região	Total horas	Total encargos
Norte	889.549	24.134.024 €
Centro	526.137	15.914.422 €
Lisboa e Vale do Tejo	1.328.133	36.305.202 €
Alentejo	459.339	14.839.055 €
Algarve	219.153	6.615.502 €
Total geral	3.422.312	97.808.205 €

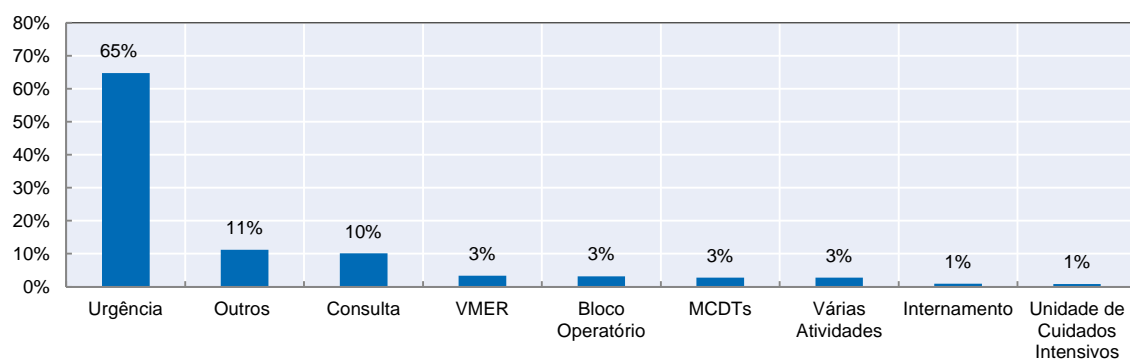
Fonte: Informação disponibilizada pelas entidades

Quadro 62. Horas e encargos com contratação de prestação de serviços médicos por atividade contratada

Atividade	Total Horas	Total Encargos
Urgência	2.215.522	62.442.662 €
Outros	383.591	7.659.003 €
Consulta	345.628	9.211.147 €
Viatura Médica de Emergência e Reanimação	114.357	2.886.655 €
Bloco operatório	109.668	4.844.661 €
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	95.903	5.769.154 €
Várias atividades	95.836	3.326.915 €
Internamento	31.980	792.911 €
Unidade de Cuidados Intensivos	28.766	847.564 €
Não identificado	1.062	27.533 €
Total geral	3.422.312	97.808.205 €

Fonte: Informação disponibilizada pelas entidades

Gráfico 50. Percentagem de horas de contratos de prestação de serviços médicos por atividade contratada



Fonte: Informação disponibilizada pelas entidades

No que concerne às entidades que mais recorrem a este tipo de prestação de trabalho, como resulta do Gráfico 51, as cinco entidades que apresentam maior volume de horas de atividade médica realizada em regime de prestação de serviços foram o Centro Hospitalar do Oeste, o Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE, o Centro Hospitalar do Algarve, EPE, o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE e a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE.

De igual modo, no que se refere aos encargos assumidos com esta atividade, como se pode ver no Gráfico 52, mantêm-se as mesmas cinco entidades mas assiste-se a uma troca de posição entre as duas entidades que mais recorrem a esta atividade, na medida em que o Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE figura como a entidade que regista o maior volume de despesa.

A repartição do volume de horas contratadas e despesa efetuada da atividade médica assegurada em regime de prestação de serviços por entidade e região de saúde é a que consta do Quadro 63.

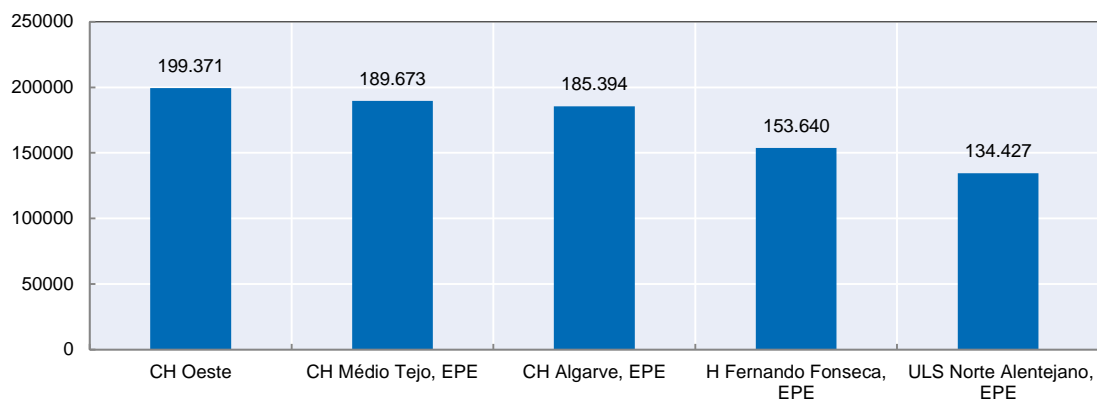
Em termos de volume total de horas e encargos a nível nacional, as especialidades médicas que asseguram maior volume de trabalho médico em regime de prestação de serviços, como se regista no Quadro 64, são:

- 43% sem especialidade – cerca de 60% correspondem a registos de médicos “sem especialidade” a exercer funções na urgência;
- 13% Medicina Geral e Familiar;
- 9% Medicina Interna;
- 5% Anestesiologia;
- 4% Ginecologia/Obstetrícia.

A distribuição atividade médica assegurada em regime de prestação de serviços por especialidade médica e volume de encargos é a que consta do Quadro 65.

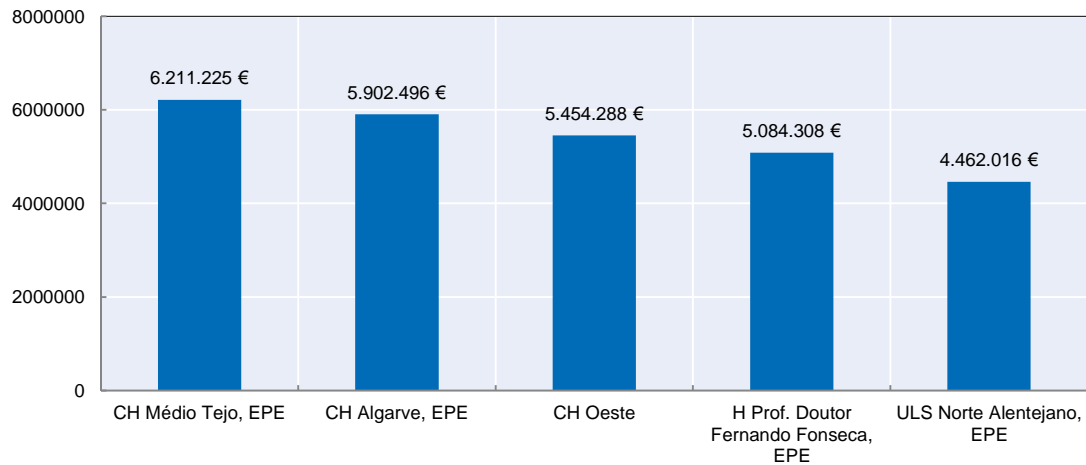
Finalmente, no que concerne à tipologia de contrato cerca de 65% da atividade médica realizada em regime de prestação de serviços é assegurada através de empresas, e 25% por prestadores a título individual, conforme se pode constatar do Gráfico 53.

Gráfico 51. TOP 5 das entidades com maior volume de horas de prestação de serviços médicos



Fonte: Informação disponibilizada pelas entidades

Gráfico 52. TOP 5 das entidades com maior volume de encargos com contratos de prestação de serviços médicos



Fonte: Informação disponibilizada pelas entidades

**Quadro 63. Horas e encargos de contratos de prestação de serviços médicos
por entidade**

Região/ Entidade	Total Horas	Total Encargos
Norte	889.549	24.134.024 €
ARS Norte, IP	106.551	2.358.432 €
CH Porto, EPE	43.509	1.315.113 €
CH Tâmega e Sousa, EPE	77.449	2.100.195 €
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	123.344	3.345.694 €
CH Médio Ave, EPE	50.939	1.445.575 €
CH Póvoa de Varzim / Vila do Conde, EPE	50.613	1.398.442 €
CH São João, EPE	22.128	508.484 €
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	80.070	2.320.998 €
CH vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	23.174	572.579 €
H Senhora da Oliveira- Guimarães, EPE	46.181	1.182.751 €
H Magalhães Lemos, EPE	964	55.671 €
H Santa Maria Maior, EPE	34.427	787.325 €
Instituto Nacional de Emergência Médica, IP (INEM)	17.958	388.713 €
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	11.116	219.025 €
IPO Porto, EPE	11.464	307.309 €
ULS Matosinhos, EPE	63.058	1.692.733 €
ULS Alto Minho, EPE	69.440	2.075.936 €
ULS Nordeste, EPE	57.164	2.059.050 €
Centro	526.137	15.914.422 €
ARS Centro, IP	36.642	689.052 €
CH Baixo Vouga, EPE	75.617	1.987.159 €
CH Cova da Beira, EPE	29.138	856.547 €
CH Leiria, EPE	101.144	4.158.437 €
CH Universitário de Coimbra, EPE	28.068	713.956 €
CH Tondela - Viseu, EPE	49.428	1.243.407 €
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	3.384	71.032 €
H Arcebispo João Crisóstomo	19.716	442.987 €
H Distrital Figueira da Foz, EPE	19.420	490.379 €
H Dr. Francisco Zagalo - Ovar	15.862	618.587 €
Instituto Nacional de Emergência Médica, IP (INEM)	35.189	815.306 €
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	12.075	243.911 €

Região/ Entidade	Total Horas	Total Encargos
IPO Coimbra, EPE	3.603	108.075 €
ULS Guarda, EPE	62.089	2.369.877 €
ULS Castelo Branco, EPE	34.763	1.105.710 €
Lisboa e Vale do Tejo	1.328.133	36.305.202 €
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	222.716	3.856.932 €
CH Barreiro Montijo, EPE	81.896	2.103.307 €
CH Lisboa Central, EPE	14.843	449.657 €
CH Médio Tejo, EPE	189.673	6.211.225 €
CH Oeste	199.371	5.454.288 €
CH Lisboa Norte, EPE	53.072	1.400.986 €
CH Lisboa Ocidental, EPE	68.669	1.814.424 €
CH Psiquiátrico Lisboa	3.476	85.642 €
CH Setúbal, EPE	120.058	3.858.147 €
H Distrital de Santarém, EPE	71.629	1.981.373 €
H Garcia de Orta, EPE	116.756	3.215.598 €
H Prof.Doutor Fernando Fonseca, EPE	153.640	5.084.308 €
Instituto Nacional de Emergência Médica, IP (INEM)	19.848	459.945 €
Instituto Oftalmológico Dr. Gama Pinto	2.176	83.007 €
IPO Lisboa, EPE	4.949	134.532 €
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	5.362	111.832 €
Alentejo	459.339	14.839.055 €
ARS Alentejo, IP	36.756	778.171 €
H Espírito Santo - Évora, EPE	58.117	1.966.247 €
Instituto Nacional de Emergência Médica, IP (INEM)	7.997	195.093 €
ULS Baixo Alentejo, EPE	119.593	3.863.080 €
ULS Litoral Alentejano, EPE	102.450	3.574.447 €
ULS Norte Alentejano, EPE	134.427	4.462.016 €
Algarve	219.153	6.615.502 €
ARS Algarve, IP	26.091	526.413 €
CH Algarve, EPE	185.394	5.902.496 €
Instituto Nacional de Emergência Médica, IP (INEM)	7.668	186.594 €
Total geral	3.422.312	97.808.205 €

Fonte: Informação disponibilizada pelas entidades

Quadro 64. Top 5 das especialidades por horas e encargos de contratos de prestação de serviços médicos

Especialidade	Total horas	Total encargos
Sem especialidade	1.480.842	34.539.987 €
Medicina Geral e Familiar	460.990	11.776.602 €
Medicina Interna	292.769	8.727.681 €
Anestesiologia	183.330	7.219.664 €
Ginecologia/Obstetrícia	138.271	4.900.867 €

Fonte: Portal da Transparência

Quadro 65. Horas e encargos de contratos de prestação de serviços médicos por especialidade

Especialidade	Total horas	Total encargos
Anatomia Patológica	22.130	770.241 €
Anestesiologia	183.330	7.219.664 €
Angiologia e Cirurgia Vascular	4.589	202.247 €
Cardiologia	44.543	2.693.309 €
Cardiologia Pediátrica	5.759	97.564 €
Cirurgia Cardiorácica	1.986	54.828 €
Cirurgia Geral	131.106	3.754.172 €
Cirurgia Maxilo-Facial	3.295	98.490 €
Cirurgia Pediátrica	1.075	87.970 €
Cirurgia Plástica Reconstructiva e Estética	12.270	559.781 €
Dermato-Venereologia	3.556	168.967 €
Doenças Infecciosas (Infeciologia)	4.004	91.689 €
Endocrinologia e Nutrição	3.959	150.906 €
Estomatologia	15.723	377.574 €
Gastrenterologia	23.026	1.356.332 €
Genética Médica	1.098	32.543 €
Ginecologia - Obstetrícia	154.159	5.600.437 €
Hematologia Clínica	3.289	114.664 €
Imunoalergologia	2.220	63.337 €
Imunohemoterapia	18.760	433.967 €

Especialidade	Total horas	Total encargos
Medicina do Trabalho	18.024	525.550 €
Medicina Física e Reabilitação	8.116	236.097 €
Medicina Geral e Familiar	460.990	11.776.602 €
Medicina Interna	292.769	8.727.681 €
Medicina Legal	929	21.998 €
Medicina Nuclear	3.370	79.409 €
Nefrologia	1.145	50.897 €
Neurocirurgia	3.921	150.539 €
Neurologia	19.274	603.020 €
Neurorradiologia	3.861	377.497 €
Oftalmologia	37.767	1.390.703 €
Oncologia Médica	12.115	466.927 €
Ortopedia	120.433	4.357.575 €
Otorrinolaringologia	14.555	636.841 €
Patologia Clínica	9.979	259.838 €
Pediatria Médica	106.812	3.382.813 €
Pneumologia	12.570	351.960 €
Psiquiatria	16.874	509.465 €
Psiquiatria da infância e adolescência	1.300	32.423 €
Radiologia	54.465	2.346.107 €
Radioncologia	913	34.975 €
Reumatologia	3.739	113.048 €
Saúde Pública	10.776	309.285 €
Urologia	28.345	1.099.210 €
Sem especialidade/Clínica Geral/Não identificada	1.539.394	36.039.064
Total Geral	3.422.312	97.808.205 €

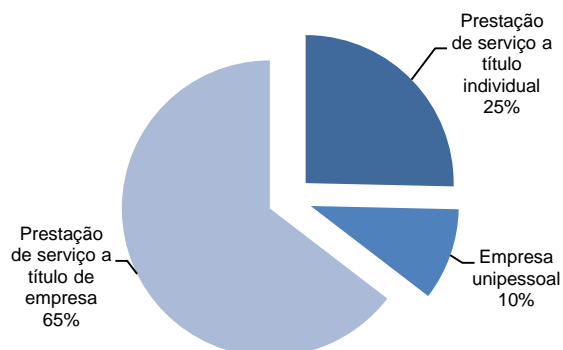
Fonte: Portal da Transparência

Quadro 66. Encargos de contratos de prestação de serviços médicos por tipo de contrato

Tipo Contrato	Total horas	Total encargos
Prestação de serviço a título individual	867.379	24.006.172 €
Empresa unipessoal	344.035	11.024.142 €
Prestação de serviço a título de empresa	2.209.785	62.750.542 €
Não identificado	1.114	27.348 €
Total geral	3.422.312	97.808.205 €

Fonte: Portal da Transparência

Gráfico 53. Percentagem de horas de contratos de prestação de serviços médicos por tipo de contrato



Fonte: Portal da Transparência

1.7. Retenção de médicos recém-especialistas de 2016

Com base nas listagens dos médicos que concluíram as respetivas especialidades no ano de 2016 (1.ª e 2.ª épocas) e considerando o universo dos médicos formados do continente nas entidades EPE e SPA, procedeu-se à análise daqueles que celebraram um contrato de trabalho numa destas entidades.

Assim, considerando que o total de recém-especialistas em 2016 foi de 1.255 médicos, verifica-se que no universo em análise (entidades SPA e EPE de Portugal Continental) concluíram o Internato Médico em 2016 um total de 1.159 recém-especialistas.

A distribuição destes recém-especialistas por especialidade e a indicação dos que celebraram contrato com entidades dos setores público administrativo e empresarial do SNS consta do Quadro 67.

A partir da sua leitura é possível verificar que a taxa média de retenção global destes médicos especialistas formados nestas entidades foi superior a 80%.

Se circunscrevermos a análise considerando os médicos que detinham um relação

contratual titulada mediante um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ou um contrato individual de trabalho sem termo, a taxa de retenção situa-se nos 72%.

Nos gráficos 54 e 55 apresentam-se as quinze especialidades com maior número de recém-especialistas contratados e as que apresentam uma taxa de retenção mais elevada.

A especialidade de Medicina Geral e Familiar, é a que apresenta o maior número de contratações de recém-especialistas em linha e uma taxa de retenção global de 88%.

De salientar ainda que, tal como consta do Gráfico 55, existem especialidades médicas em que a totalidade (ou quase totalidade) dos recém-especialistas foi prontamente admitida nas entidades do SNS, com taxas de retenção acima dos 90%, designadamente: Cirurgia Cardiorácica (100%), Neurorradiologia (100%), Cirurgia Maxilo-Facial (100%), Cardiologia (91%) e Patologia Clínica (91%).

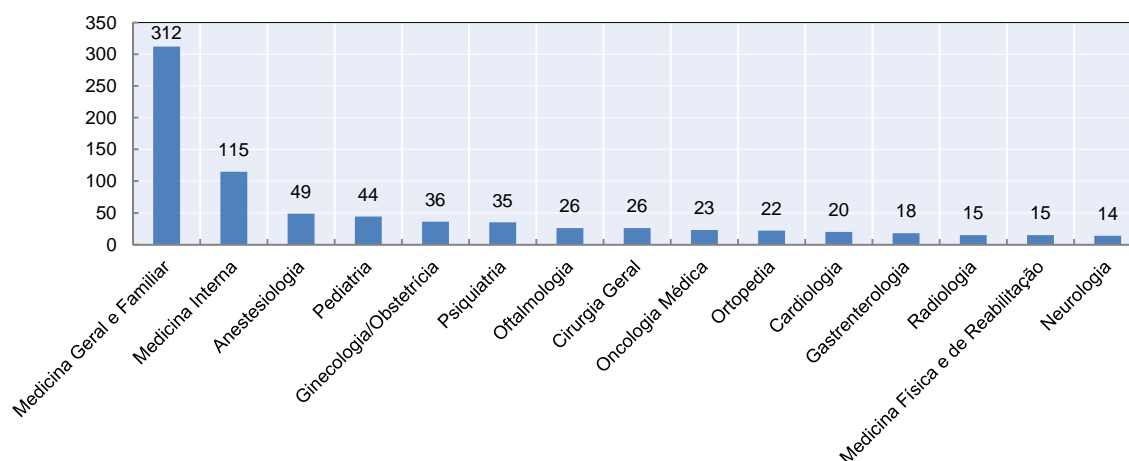
Quadro 67. Total de recém-especialistas formados e contratados (em entidades SPA e EPE do SNS) por especialidade

Especialidade	Especialistas formados em 2016 nas entidades SPA e EPE	Retenção Global		Retenção através de contrato sem termo	
		Número	%	Número	%
Anatomia Patológica	10	7	70%	7	70%
Anestesiologia	58	49	84%	40	69%
Angiologia e Cirurgia Vascular	6	3	50%	3	50%
Cardiologia	22	20	91%	18	82%
Cardiologia Pediátrica	3	2	67%	2	67%
Cirurgia Cardiorácica	7	7	100%	7	100%
Cirurgia Geral	31	26	84%	23	74%
Cirurgia Maxilo-Facial	5	5	100%	4	80%
Cirurgia Pediátrica	4	3	75%	2	50%
Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética	8	6	75%	5	63%
Dermato-Venereologia	10	7	70%	5	50%
Doenças Infeciosas	10	9	90%	9	90%
Endocrinologia e Nutrição	12	10	83%	9	75%
Estomatologia	5	4	80%	4	80%
Gastroenterologia	19	18	95%	17	89%
Genética Médica	3	2	67%	2	67%
Ginecologia/Obstetrícia	40	36	90%	33	83%
Hematologia Clínica	11	7	64%	4	36%
Imunoalergologia	4	2	50%	1	25%
Imunohemoterapia	6	5	83%	5	83%
Medicina Física e de Reabilitação	21	15	71%	13	62%
Medicina Geral e Familiar	356	312	88%	288	81%
Medicina Interna	140	115	82%	103	74%
Medicina Nuclear	3	1	33%	1	33%
Nefrologia	13	10	77%	9	69%
Neurocirurgia	5	4	80%	4	80%
Neurologia	21	14	67%	14	67%
Neurorradiologia	7	7	100%	6	86%
Oftalmologia	33	26	79%	22	67%
Oncologia Médica	32	23	72%	22	69%
Ortopedia	27	22	81%	15	56%
Otorrinolaringologia	18	12	67%	11	61%
Patologia Clínica	11	10	91%	10	91%

Especialidade	Especialistas formados em 2016 nas entidades SPA e EPE	Retenção Global		Retenção através de contrato sem termo	
		Número	%	Número	%
Pediatria	62	44	71%	37	60%
Pneumologia	16	12	75%	11	69%
Psiquiatria	50	35	70%	30	60%
Psiquiatria da Infância e da Adolescência	9	6	67%	3	33%
Radiologia	23	15	65%	10	43%
Radioncologia	9	7	78%	7	78%
Reumatologia	10	7	70%	7	70%
Saúde Pública	8	5	63%	5	63%
Urologia	11	9	82%	8	73%
Total Geral	1.159	939	81%	836	72%

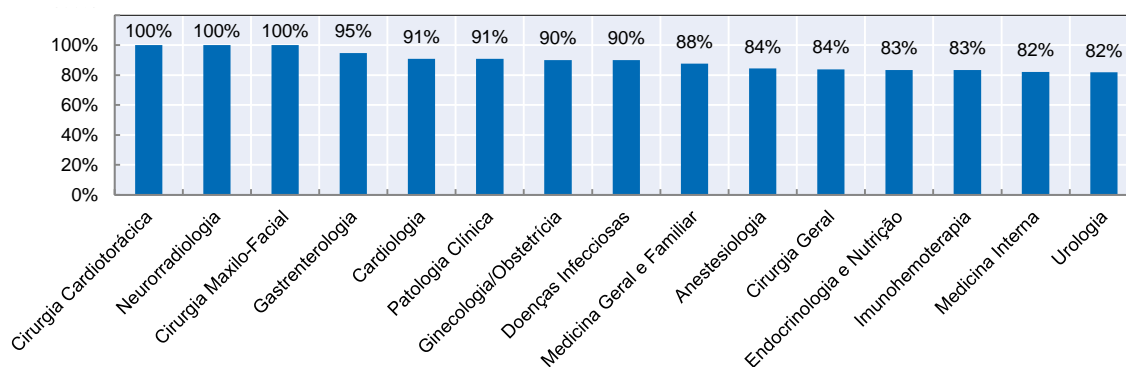
Fonte: Dados provenientes do RHV e GTAMI

Gráfico 54. Top 15 das especialidades com maior número de recém-especialistas do ano 2016 contratados pelo SNS



Fonte: Dados provenientes do RHV

Gráfico 55. Top 15 das especialidades com maior taxa de recém-especialistas do ano 2016 contratados pelo SNS



Fonte: Dados provenientes do RHV

2. Pessoal de enfermagem

2.1. Enfermeiros por região de saúde

No que concerne à distribuição, em 2016, dos profissionais de enfermagem por região de Saúde, a mesma é a que consta da figura 3.

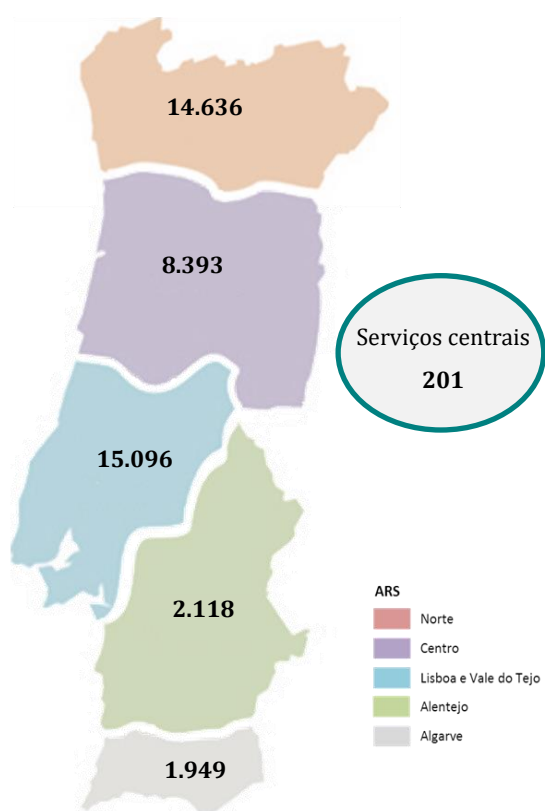
Tal como registado no pessoal médico, como é natural, as regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo são as que concentram o maior número de enfermeiros.

Todavia, no caso do pessoal de enfermagem é a região de Lisboa e Vale do Tejo que regista o maior número de enfermeiros.

Tendo em conta as densidades populacionais das diferentes regiões, apresenta-se no quadro 68 o rácio de enfermeiros no SNS por 1.000 habitantes.

Assim, recorrendo ao rácio do número de enfermeiros por 1.000 habitantes, constata-se que o valor mais elevado pertence à região do Centro (4,8 enfermeiros por 1.000 habitantes), seguida do Algarve (4,3 enfermeiros por 1.000 habitantes), superando o rácio a nível nacional que se fixa nos 4,2 enfermeiros por 1.000 habitantes.

Figura 3. Total de enfermeiros por região de saúde



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

Quadro 68. Enfermeiros por 1.000 habitantes

Região	Enfermeiros por 1.000 habitantes
Norte	4,0
Centro	4,8
Lisboa e Vale do Tejo	4,1
Alentejo	4,2
Algarve	4,3
Nacional	4,2

Nota: Não contempla os serviços centrais

Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

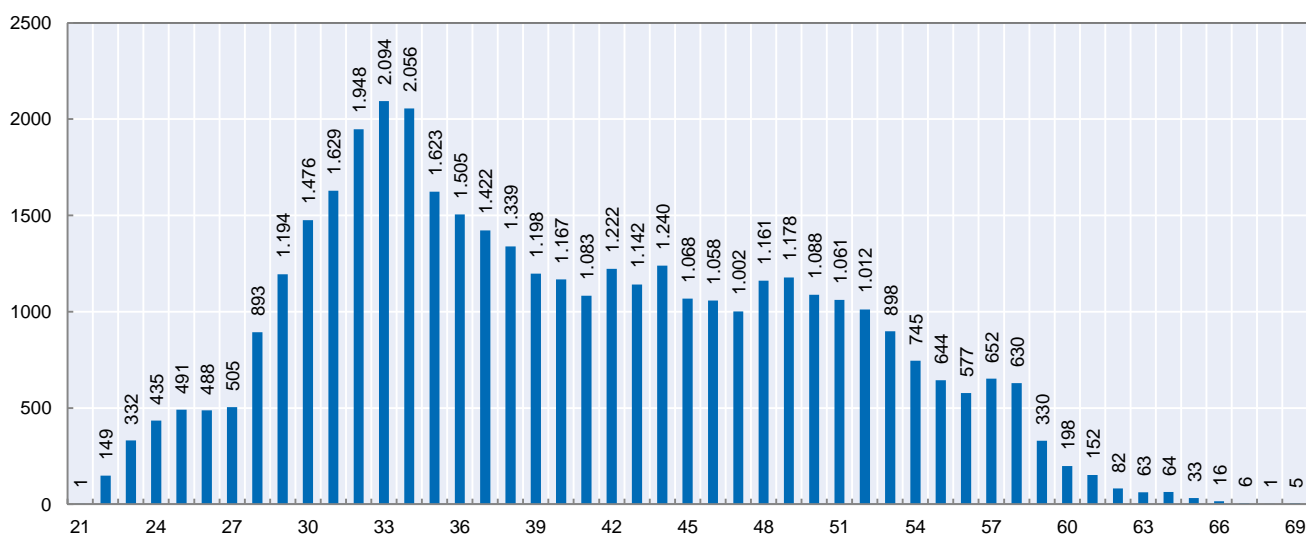
2.2. Enfermeiros por idade

No que diz respeito à distribuição por idades, o Gráfico 56 permite identificar que existe uma concentração significativa de enfermeiros nas faixas etárias mais jovens, especialmente na ordem dos 32 a 34 anos de idade, o que demonstra que se trata de um grupo profissional relativamente jovem.

De salientar que cerca de metade (aproximadamente 52%) dos enfermeiros

têm menos de 40 anos de idade. Este fator, conjugado com a sua distribuição por género, que se apresenta no ponto seguinte, influenciam significativamente a taxa de absentismo deste grupo profissional, em particular no que diz respeito à proteção na parentalidade.

Gráfico 56. Distribuição de enfermeiros por idade



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP, DGS e IGAS

Fonte: Dados provenientes do RHV

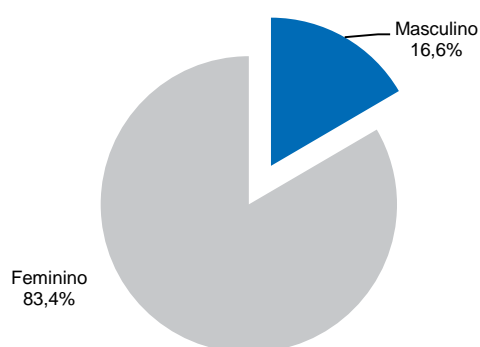
2.3. Enfermeiros por género

A taxa de feminização é medida pela percentagem de mulheres no total de enfermeiros.

Assim, como resulta do Gráfico 57 existe uma clara predominância do género feminino neste grupo profissional.

A taxa feminização é de 83,4% no pessoal de enfermagem, o que representa uma percentagem bastante superior à taxa de feminização global do Ministério da Saúde (76,2%).

Gráfico 57. Taxa de feminização dos enfermeiros



Nota: Não contempla as entidades em regime de PPP, DGS e IGAS

Fonte: Dados provenientes do RHV

2.4. Trabalho suplementar do pessoal de enfermagem

O quadro que se segue apresenta o número total de horas de trabalho suplementar realizadas pelo pessoal de enfermagem durante o ano 2016, conjugado com o número total de enfermeiros que realizou trabalho suplementar.

No ano 2016, como se pode ver no Quadro 69, registou-se um volume de trabalho suplementar realizado pelo pessoal de enfermagem que ascendeu a cerca de 2,18 milhões horas suplementares, o que, face ao número total de enfermeiros que assegurou a realização desta prestação de trabalho,

corresponde a uma média de 105 horas por profissional.

A distribuição por entidade do volume de trabalho suplementar realizado em 2016 pelo pessoal de enfermagem é a que consta do Quadro 70, no qual, para uma melhor compreensão, se apresenta, igualmente, a variação face ao ano 2015.

Em termos evolutivos em 2016 assistiu-se a um acréscimo global significativo de 24% das horas suplementares dos enfermeiros, face ao ano anterior.

Quadro 69. Total de horas de trabalho suplementar realizado pelo pessoal de enfermagem

Volume H.Suplementares	N.º de Enfermeiros c/ H.Suplementares	H.Suplementares /Enfermeiro (Média Anual)
2.181.052	20.840	105

Fonte: Dados provenientes do RHV (ano 2016)

Quadro 70. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por enfermeiro

Entidade	2016			Variação horas suplementares 2016-2015	Variação (%) horas suplementares 2016-2015
	Número de enfermeiros com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares		
ARS Norte, IP	1.240	154.529	125	20.162	15%
ARS Alentejo, IP	113	18.886	167	3.486	23%
ARS Algarve, IP	244	25.962	106	759	3%
ARS Centro, IP	794	97.846	123	-7.873	-7%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	1.212	73 344	61	1 212	2%

Entidade	2016			Variação horas suplementares 2016-2015	Variação (%) horas suplementares 2016-2015
	Número de enfermeiros com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares		
Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	19	215	11	58	37%
CH Algarve, EPE	983	92 071	94	-3 969	-4%
CH Baixo Vouga, EPE	360	15 158	42	9 170	153%
CH Barreiro/Montijo, EPE	282	7 476	27	5 187	227%
CH Cova da Beira, EPE	296	19 843	67	7 980	67%
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	527	81 022	154	27 429	51%
CH Leiria, EPE	254	5 818	23	4 188	257%
CH Lisboa Central, EPE	1.135	126 033	111	7 712	7%
CH Lisboa Norte, EPE	1.270	223 820	176	52 817	31%
CH Lisboa Ocidental, EPE	558	51 431	92	3 907	8%
CH Médio Ave, EPE	261	22 162	85	17 257	352%
CH Médio Tejo, EPE	294	13 349	45	5 878	79%
CH Oeste	289	6 718	23	2 213	49%
CH Porto, EPE	718	83 587	116	50 008	149%
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	178	17 532	98	8 299	90%
CH Psiquiátrico de Lisboa	0	0		-8	-100%
CH São João, EPE	1.145	134 649	118	51 974	63%
CH Setúbal, EPE	397	26 693	67	1 403	6%
CH Tâmega e Sousa, EPE	446	36 124	81	21 614	149%
CH Tondela-Viseu, EPE	346	40.385	117	1.469	4%
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	323	29.443	91	942	3%
CH Universitário de Coimbra, EPE	854	114.808	134	-4.391	-4%
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	352	50.377	143	13.139	35%
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	98	3.392	35	3.112	1111%
H Distrital de Santarém, EPE	437	28.398	65	11.774	71%
H Espírito Santo de Évora, EPE	341	33.699	99	6.339	23%
H Garcia de Orta, EPE	616	52.621	85	27.673	111%
H Magalhães Lemos, EPE	51	3.303	65	1.938	142%
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	502	31.132	62	4.150	15%
H Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	67	869	13	-1.041	-54%
H Senhora da Oliveira, Guimarães, EPE	427	33.964	80	11.471	51%
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica	115	65.037	566	15.731	32%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	63	13.722	218	219	2%
IPO Coimbra, EPE	143	23.119	162	1.250	6%

Entidade	2016			Variação horas suplementares 2016-2015	Variação (%) horas suplementares 2016-2015
	Número de enfermeiros com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares		
IPO Lisboa, EPE	258	22.919	89	1.841	9%
IPO Porto, EPE	271	27.757	102	-7.085	-20%
ULS Alto Minho, EPE	482	33.873	70	11.035	48%
ULS Baixo Alentejo, EPE	351	31.350	89	9.902	46%
ULS Castelo Branco, EPE	127	16.251	128	55	0%
ULS Guarda, EPE	370	54.986	149	4.871	10%
ULS Litoral Alentejano, EPE	208	23.129	111	2.642	13%
ULS Matosinhos, EPE	263	16.748	64	1.864	13%
ULS Nordeste, EPE	414	45.988	111	7.963	21%
ULS Norte Alentejano, EPE	346	49.517	143	7.248	17%
Total Geral	20.840	2.181.052	105	424.973	24%

Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2016)

Nota: Os totais apresentados no quadro anterior diferem ligeiramente do total de horas suplementares apresentado anteriormente, na medida em que nesta análise não foram incluídos os profissionais a quem tenha sido processado um valor negativo em resultado de eventuais ajustes face a períodos anteriores.

3. Pessoal técnico superior de saúde

O grupo de pessoal técnico superior de saúde engloba um conjunto de ramos previstos no Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de outubro, com as alterações que lhe foram, entretanto, introduzidas, nomeadamente, pelo Decreto-Lei n.º 240/93, de 8 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 241/94, de 22 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de novembro.

Os ramos de atividade desta carreira são: Ramo de Engenharia Sanitária; Ramo de Farmácia; Ramo de Física Hospitalar; Ramo de Genética; Ramo de Laboratório; Ramo de

Nutrição; Ramo de Psicologia Clínica e Ramo de Veterinária.

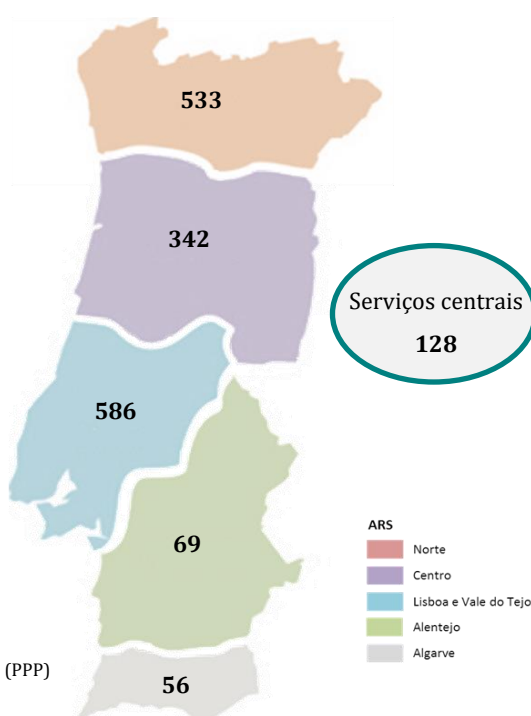
Para além dos profissionais que se encontram inseridos nesta carreira de regime público ainda não revista, existem outros profissionais, designadamente nas entidades públicas empresariais do SNS, que desenvolvem funções no âmbito destas áreas de atividade mas que estão inseridos no grupo de pessoal técnico superior.

3.1. Técnicos superiores de saúde por região

Na figura 4 apresenta-se a distribuição regional dos trabalhadores integrados nesta carreira.

À semelhança dos demais grupos profissionais, as regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo apresentam o maior número de profissionais.

Figura 4. Total de técnicos superiores de saúde por região



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

3.2. Técnicos superiores de saúde por ramo

O Quadro 71 apresenta a distribuição dos TSS por cada um dos ramos desta carreira, sendo de salientar a predominância de profissionais nos ramos de psicologia clínica e de farmácia.

No universo dos trabalhadores integrados na carreira de TSS, cerca de 37% são psicólogos e 26% são farmacêuticos.

Quadro 71. Distribuição dos técnicos superiores de saúde por ramo

Ramo	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Serviços centrais	Total
Engenharia Sanitária	5	4	7	3	0	2	21
Farmácia	121	114	164	15	8	11	433
Física Hospitalar	13	14	9	0	0	0	36
Genética	32	12	6	0	0	30	80
Laboratório	87	70	58	11	13	78	317
Nutrição	87	29	11	6	4	1	138
Psicologia Clínica	160	98	267	33	31	6	595
Veterinária	0	1	1	1	0	0	3
Total	505	342	523	69	56	128	1.623

Nota: Não contempla as entidades IGAS e DGS

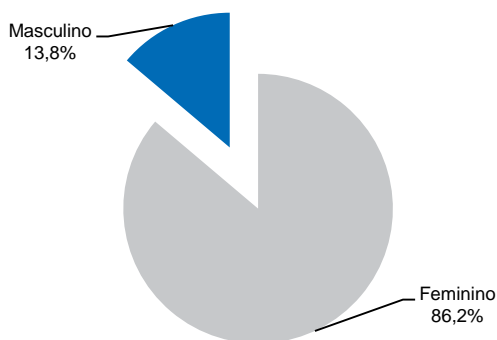
Fonte: Dados provenientes do RHV

3.3. Técnicos superiores de saúde por género

No que respeita à sua distribuição por género, estes trabalhadores são maioritariamente do género feminino, tal como é possível constatar a partir do gráfico seguinte.

Verifica-se assim que a taxa de feminização, no valor de 86,2%, chega mesmo a ser superior ao valor registado pelo grupo profissional de enfermagem (83,4%).

Gráfico 58. Taxa de feminização dos técnicos superiores de saúde



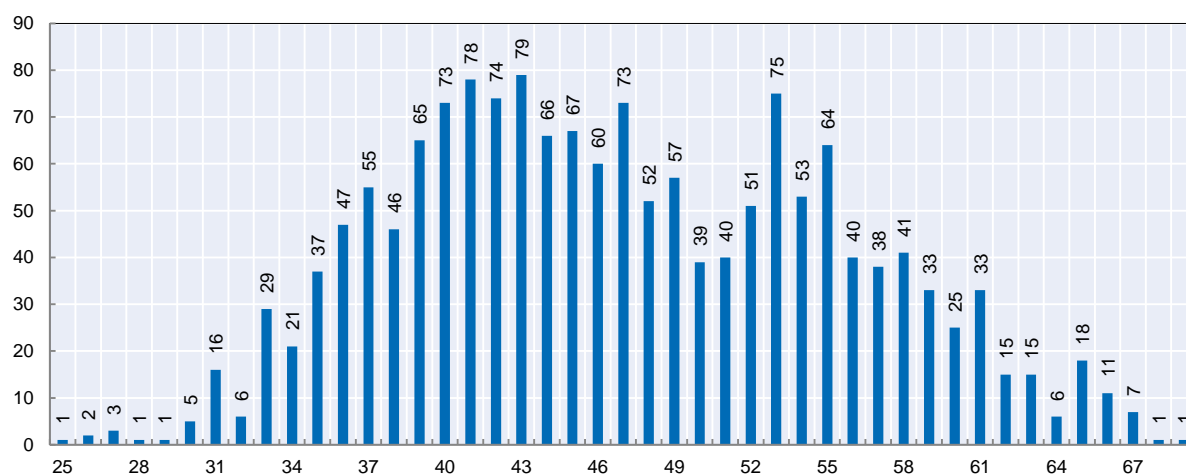
Fonte: Dados provenientes do RHV

3.4. Técnicos superiores de saúde por idade

Em termos da sua distribuição por idades, os técnicos superiores de saúde apresenta uma dispersão considerável, destacando-se uma concentração de profissionais no intervalo de

idades compreendido entre os 40 e os 44 anos.

Gráfico 59. Distribuição dos técnicos superiores de saúde por idade



Fonte: Dados provenientes do RHV

3.5. Trabalho suplementar realizado pelo pessoal técnico superior de saúde

Analisando o trabalho suplementar realizado pelos trabalhadores inseridos na carreira de TSS, apresenta-se, no Quadro 72, o número de trabalhadores que realizaram trabalho suplementar no ano de 2016, o volume de horas realizadas e a média de horas de trabalho suplementar por trabalhador.

Constata-se que apenas 27% destes trabalhadores realizou trabalho suplementar durante o ano de 2016, tendo cada um destes 442 profissionais realizado uma média de 346 horas.

No Quadro 74 apresenta-se a distribuição do volume de trabalho suplementar por cada uma das entidades SPA e EPE do SNS.

As entidades que registaram maior volume de trabalho suplementar foram o Centro

Hospitalar de Lisboa Norte, EPE, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE, o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, IP e a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE, representando o conjunto destas quatro entidades mais de 35% do volume total do trabalho suplementar.

Em complemento à análise anterior, apresenta-se, no Quadro 74, o volume do trabalho suplementar por cada um dos ramos que integram este grupo profissional.

É maioritariamente no ramo de Farmácia que se concentram os profissionais que realizaram trabalho suplementar, totalizando 60% do trabalho suplementar realizado em 2016.

Quadro 72. Trabalho suplementar - pessoal técnico superior de saúde

Volume horas suplementares	Número de TSS com horas suplementares	Horas suplementares/TSS (Média anual)
152.907	442	346

Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2016)

Quadro 73. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por técnico superior de saúde

Entidade	2016			Variação horas suplementares 2016-2015	Variação (%) horas suplementares 2016-2015
	Número de TSS com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares		
ARS Norte, IP	2	10	5	3	43%
ARS Alentejo, IP	1	44	44	-2	-4%
ARS Algarve, IP	2	26	13	-11	-30%
ARS Centro, IP	3	1.331	444	26	2%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	6	438	73	81	23%
Autoridade Nacional Medicamento Produtos de Saúde, IP	1	74	74	-127	-63%
CH Algarve, EPE	11	6.196	563	-180	-3%
CH Baixo Vouga, EPE	7	3.046	435	62	2%
CH Barreiro/Montijo, EPE	5	3.549	710	820	30%
CH Cova da Beira, EPE	5	1.908	382	202	12%
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	6	2.428	405	-324	-12%
CH Leiria, EPE	7	1.503	215	-121	-7%
CH Lisboa Central, EPE	21	3.985	190	238	6%
CH Lisboa Norte, EPE	57	16.583	291	443	3%
CH Lisboa Ocidental, EPE	6	1.147	191	-155	-12%
CH Médio Ave, EPE	2	462	231	23	5%
CH Médio Tejo, EPE	20	6.222	311	-978	-14%
CH Oeste	8	2.444	305	-764	-24%
CH Porto, EPE	17	2.277	134	329	17%
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	1	250	250	49	25%
CH São João, EPE	10	3.331	333	608	22%
CH Setúbal, EPE	2	1.287	643	-178	-12%
CH Tâmega e Sousa, EPE	5	152	30	-29	-16%
CH Tondela-Viseu, EPE	7	3.168	453	-1.070	-25%
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	6	1.752	292	-345	-16%
CH Universitário de Coimbra, EPE	56	14.467	258	1.580	12%
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	6	134	22	99	284%
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	0	0	-	-11	-100%
H Distrital de Santarém, EPE	3	1.589	530	296	23%
H Espírito Santo de Évora, EPE	1	1.443	1.443	602	72%
H Garcia de Orta, EPE	5	1.546	309	-54	-3%
H Magalhães Lemos, EPE	19	3.625	191	-51	-1%

Entidade	2016			Variação horas suplementares 2016-2015	Variação (%) horas suplementares 2016-2015
	Número de TSS com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares		
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	3	729	243	35	5%
H Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	7	251	36	13	6%
H Senhora da Oliveira, Guimarães, EPE	10	337	34	-2.039	-86%
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, IP	15	13.175	878	679	5%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	13	3.827	294	509	15%
IPO Coimbra, EPE	7	2.939	420	-107	-4%
IPO Lisboa, EPE	29	4.429	153	-236	-5%
IPO Porto, EPE	3	78	26	-121	-61%
ULS Alto Minho, EPE	8	6.922	865	93	1%
ULS Baixo Alentejo, EPE	7	6.322	903	70	1%
ULS Castelo Branco, EPE	12	12.804	1.067	-333	-3%
ULS Guarda, EPE	6	2.705	451	717	36%
ULS Litoral Alentejano, EPE	2	271	136	146	117%
ULS Matosinhos, EPE	7	5.625	804	-119	-2%
ULS Nordeste, EPE	5	6.078	1.216	-300	-5%
Total geral	442	152.907	346	72	0%

Fonte: Dados provenientes do RHV

Quadro 74. Trabalho suplementar por ramo e média de horas realizadas por técnico superior de saúde

Ramo	2016			Variação horas suplementares 2016-2015	Variação (%) horas suplementares 2016-2015
	Número de TSS com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares		
Engenharia Sanitária	1	44	44	-2	-4%
Farmácia	294	92.837	316	1.719	2%
Física Hospitalar	25	3.693	148	469	15%
Genética	9	7.329	814	903	14%
Laboratório	99	47.589	481	-3.434	-7%
Nutrição	3	440	147	95	28%
Psicologia Clínica	11	975	89	323	49%
Total Geral	442	152.907	346	72	0%

Fonte: Dados provenientes do RHV

4. Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica

O grupo de pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica (TDT) engloba um conjunto diversificado de profissionais detentores de formação especializada de nível superior.

A carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica integra 18 profissões, a saber: Técnico de análises clínicas e de saúde pública; Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica; Técnico de audiologia; Técnico de cardiopneumologia; Dietista; Técnico de farmácia; Fisioterapeuta; Higienista oral; Técnico de medicina nuclear; Técnico de neurofisiologia; Ortoptista; Ortoprotésico; Técnico de prótese dentária; Técnico de radiologia; Técnico de radioterapia; Terapeuta da fala; Terapeuta ocupacional; Técnico de saúde ambiental.

Cabe à ACSS assegurar, quanto às profissões inseridas na carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, o registo ou certificação de profissionais de saúde, designadamente, através da emissão de cédulas e de declarações.

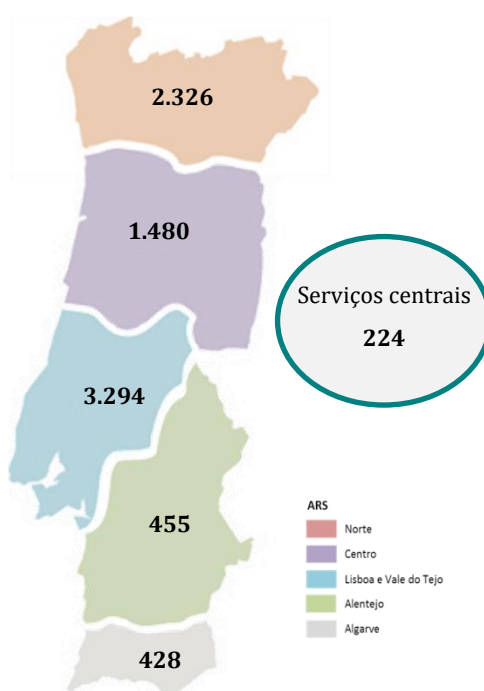
Os podologistas, embora não se enquadrem nas profissões dos TDT, tendo em consideração que a Lei n.º 65/2014, de 28 de agosto, os equipara para todos os efeitos, a uma profissão paramédica, e ao facto de competir à ACSS, de igual modo, a organização e atualização do registo destes profissionais, para o presente efeito de caracterização e contabilização de profissionais foram incluídos nos TDT

4.1. Técnicos de diagnóstico e terapêutica por região de saúde

Apresenta-se seguidamente a figura 5 contendo a distribuição do número de TDT por regiões.

A região de saúde com o maior número de TDT é a de Lisboa e Vale do Tejo, onde estão concentrados 39% destes profissionais.

Figura 5. Total de técnicos de diagnóstico e terapêutica por região



Fonte: Dados provenientes do RHV e outros dados disponibilizados pelas entidades (PPP)

4.2. Técnicos de diagnóstico e terapêutica por profissão

As profissões dos TDT que abrangem mais trabalhadores são as análises clínicas e de saúde pública (24%), a radiologia (19%) e a fisioterapeuta (12%).

Tendo como base o Quadro 75, constata-se que a distribuição das diversas profissões por

região é geralmente equilibrada com os valores totais, existindo no entanto casos de profissões que não estão representadas em todas as regiões, nomeadamente no Alentejo e Algarve.

Quadro 75. Total de técnicos de diagnóstico e terapêutica por profissão e região de saúde

Profissão	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Serviços centrais	Total
Técnico de análises clínicas e de saúde pública	505	330	685	109	70	206	1905
Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica	83	61	163	16	17	4	344
Técnico de audiologia	24	20	27	3	3	0	77
Técnico de cardiopneumologia	204	171	320	32	30	0	757
Dietista	23	29	90	13	17	1	173
Técnico de farmácia	182	117	247	28	33	0	607
Fisioterapeuta	221	161	382	79	83	1	927
Higienista oral	6	18	62	13	10	1	110
Técnico de medicina nuclear	15	13	17	0	0	0	45
Técnico de neurofisiologia	33	22	31	1	2	0	89
Ortoprotésico	0	0	2	0	0	0	2
Ortoptista	63	31	64	14	7	0	179
Técnico de prótese dentária	1	1	2	0	0	0	4
Técnico de radiologia	447	299	548	80	76	0	1450
Técnico de radioterapia	90	45	89	0	0	0	224
Técnico de saúde ambiental	131	84	129	33	17	5	399
Terapeuta da fala	32	31	54	22	19	0	158
Terapeuta ocupacional	41	36	99	12	37	1	226
Podologista*	2	0	0	0	0	0	2
Não identificada	77	11	31	0	7	5	131
Total	2.180	1.480	3.042	455	428	224	7.809

Nota: Não contempla entidades como a IGAS e a DGS

*Foram englobados nos técnicos de diagnóstico e terapêutica

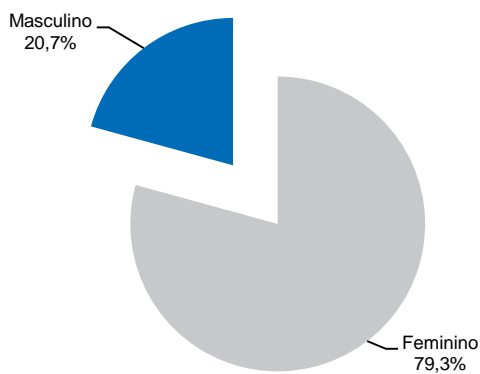
Fonte: Dados provenientes do RHV

4.3. Técnicos de diagnóstico e terapêutica por género

Os TDT são maioritariamente compostos por profissionais do género feminino, registando uma taxa de feminização de 79,3%.

Embora esta seja um grupo profissional maioritariamente feminino, ainda assim fica aquém do pessoal de enfermagem e técnicos superiores de saúde.

Gráfico 60. Taxa de feminização dos técnicos de diagnóstico e terapêutica



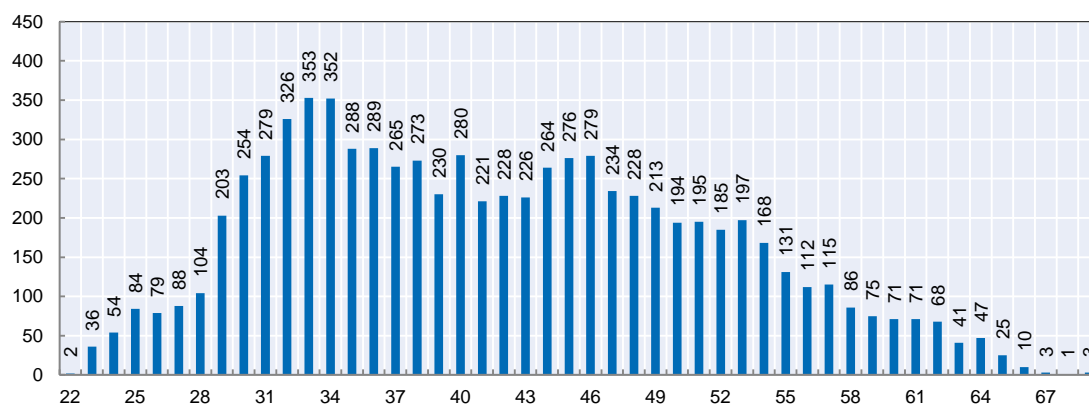
Fonte: Dados provenientes do RHV

4.4. Técnicos de diagnóstico e terapêutica por idade

A idade média dos TDT fixa-se nos 42 anos, salientando-se a existência de um equilíbrio entre as proporções acima e abaixo dos 40 anos.

De notar ainda que existe uma concentração relevante de trabalhadores em idades compreendidas entre os 32 e os 34 anos.

Gráfico 61. Distribuição dos técnicos de diagnóstico e terapêutica por idade



Fonte: Dados provenientes do RHV

4.5. Trabalho suplementar realizado pelo pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica

O Quadro 76 apresenta o volume de trabalho suplementar realizado pelo grupo de pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica durante o ano 2016.

Neste ano, os trabalhadores inseridos neste grupo profissional realizaram cerca de 589 mil de horas de trabalho suplementar, o que corresponde a uma média de 224 horas por profissional.

Tendo em conta o número total de TDT¹¹, constata-se que aproximadamente 1/3 dos TDT realizaram trabalho suplementar durante o ano de 2016.

No Quadro 77 apresenta-se o volume do trabalho suplementar realizado pelo pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica desagregado por entidade, respetiva média anual de horas realizadas e variação ocorrida em relação a 2015.

No ano 2016, comparativamente ao ano 2015, a maioria das entidades apresentou um acréscimo do volume de trabalho

suplementar assegurado pelo pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica.

À semelhança do que já anteriormente foi referido, um dos principais motivos que justificam o aumento do trabalho suplementar foi a alteração ocorrida no período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas.

O maior volume de trabalho suplementar foi realizado em estabelecimentos hospitalares de grande dimensão, sendo o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE o mais representativo com 12% do volume total.

Em termos de volume de trabalho suplementar realizado por profissão, no Quadro 78 é possível constatar que são os técnicos de análises clínicas e de saúde pública que asseguram a maior parcela de horas de trabalho suplementar (aproximadamente 37% do total).

Quadro 76. Trabalho suplementar - pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica

Volume horas suplementares	Número de TDT com horas suplementares	Horas suplementares/ TDT (Média Anual)
588.846	2.633	224

Fonte: Dados provenientes do RHV

¹¹ TDT ativos a dezembro de 2016, não estando incluídos as entidades pertencentes aos serviços centrais e PPP.

Quadro 77. Trabalho suplementar por entidade e média de horas realizadas por técnico de diagnóstico e terapêutica

Entidade	2016			Variação horas suplementares 2016-2015	Variação (%) horas suplementares 2016-2015
	Número de TDT com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares		
ARS Norte, IP	16	3.655	228	1.623	80%
ARS Alentejo, IP	1	54	54	12	29%
ARS Algarve, IP	32	5.707	178	1.516	36%
ARS Centro, IP	17	5.432	320	1.039	24%
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	4	138	34	5	4%
CH Algarve, EPE	161	18.963	118	-1.161	-6%
CH Baixo Vouga, EPE	19	3.310	174	509	18%
CH Barreiro/Montijo, EPE	28	536	19	115	27%
CH Cova da Beira, EPE	35	1.630	47	1.286	373%
CH Entre o Douro e Vouga, EPE	72	12.591	175	1.665	15%
CH Leiria, EPE	17	1.717	101	1.565	1029%
CH Lisboa Central, EPE	193	31.707	164	3.873	14%
CH Lisboa Norte, EPE	213	54.353	255	2.523	5%
CH Lisboa Ocidental, EPE	151	29.339	194	3.699	14%
CH Médio Ave, EPE	33	4.974	151	1.646	49%
CH Médio Tejo, EPE	44	10.224	232	819	9%
CH Oeste	51	3.003	59	-3.227	-52%
CH Porto, EPE	97	12.843	132	2.311	22%
CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	7	101	14	55	120%
CH São João, EPE	72	21.764	302	4.190	24%
CH Setúbal, EPE	63	20.152	320	-1.715	-8%
CH Tâmega e Sousa, EPE	42	2.969	71	1.428	93%
CH Tondela-Viseu, EPE	41	13.585	331	538	4%
CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	19	7.133	375	-567	-7%
CH Universitário de Coimbra, EPE	224	70.523	315	9.819	16%
CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	73	18.772	257	3.666	24%
H Distrital da Figueira da Foz, EPE	3	85	28	50	145%
H Distrital de Santarém, EPE	54	4.868	90	2.423	99%
H Espírito Santo de Évora, EPE	64	31.445	491	-1.026	-3%
H Garcia de Orta, EPE	46	11.642	253	1.789	18%
H Magalhães Lemos, EPE	0	0	-	0	-
H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	115	25.599	223	1.166	5%

Entidade	2016			Variação horas suplementares 2016-2015	Variação (%) horas suplementares 2016-2015
	Número de TDT com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares		
H Santa Maria Maior, EPE - Barcelos	12	1.399	117	306	28%
H Senhora da Oliveira, Guimarães, EPE	44	2.508	57	2.020	414%
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	0	0	-	0	-
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, IP	6	118	20	-1.481	-93%
Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP	78	28.430	364	-775	-3%
IPO Coimbra, EPE	53	12.668	239	551	5%
IPO Lisboa, EPE	69	8.887	129	-388	-4%
IPO Porto, EPE	79	18.794	238	-714	-4%
ULS Alto Minho, EPE	8	91	11	91	-
ULS Baixo Alentejo, EPE	25	5.709	228	-1.399	-20%
ULS Castelo Branco, EPE	21	8.713	415	89	1%
ULS Guarda, EPE	43	11.625	270	1.628	16%
ULS Litoral Alentejano, EPE	35	13.186	377	-3.167	-19%
ULS Matosinhos, EPE	39	6.047	155	-440	-7%
ULS Nordeste, EPE	58	28.461	491	-3.850	-12%
ULS Norte Alentejano, EPE	56	13.399	239	-166	-1%
Total geral	2.633	588.846	224	33.938	6%

Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2016)

Quadro 78. Trabalho suplementar por profissão e média de horas realizadas por técnico de diagnóstico e terapêutica

Profissão	2016			Variação horas suplementares 2016-2015	Variação (%) horas suplementares 2016-2015
	Número de TDT com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares		
Dietista	34	2.858	84	65	2%
Fisioterapeuta	101	6.779	67	164	2%
Higienista oral	1	3	3	3	-
Ortoptista	11	667	61	-32	-5%
Técnico de análises clínicas e de saúde pública	949	215.989	228	3.467	2%
Técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica	1	8	8	-552	-99%
Técnico de audiologia	2	127	63	13	11%
Técnico de cardiopneumologia	246	138.735	564	7.462	6%
Técnico de farmácia	370	47.070	127	2.458	6%

Profissão	2016			Variação horas suplementares 2016-2015	Variação (%) horas suplementares 2016-2015
	Número de TDT com HS >0	Total horas suplementares	Média anual horas suplementares		
Técnico de medicina nuclear	8	6.242	780	38	1%
Técnico de neurofisiologia	15	4.919	328	-381	-7%
Técnico de radiologia	739	152.145	206	17.838	13%
Técnico de radioterapia	131	6.061	46	2.059	51%
Técnico de saúde ambiental	15	4.822	321	26	1%
Terapeuta da fala	0	0	-	-21	-100%
Terapeuta ocupacional	0	0	-	0	-
Sem/ND	10	2.423	242	1.331	122%
Total geral	2.633	588.846	224	33.938	6%

Fonte: Dados provenientes do RHV (ano de 2016)

5. Rácios

A finalizar o presente relatório, apresentam-se alguns rácios no âmbito de recursos humanos dos Estabelecimentos Hospitalares, Unidades Locais de Saúde e Administrações Regionais de Saúde do SNS, cruzando as existências de Médicos e de Enfermeiros de cada entidade com número da população de sua área de abrangência e número de camas (quando aplicável).

Na análise dos Médicos e dos Enfermeiros por 1.000 habitantes deverão naturalmente ser ainda tidos em consideração outros aspetos relevantes, tais como a área do território abrangido e a respetiva dispersão da população, e ainda a carga de doença, dados socioeconómicos das populações e redes de transportes.

No Quadro 79 apresenta-se as existências de médicos e de enfermeiros, por 1.000 habitantes, nas Administrações regionais de Saúde, enquanto entidades prestadoras de cuidados de saúde primários.

Da análise dos dados das Administrações Regionais de Saúde, salienta-se a ARS de Lisboa e Vale do Tejo com os menores valores tanto em médicos (0,69) como em enfermeiros (0,67).

A ARS com o maior rácio no que respeita a médicos é a ARS do Norte (0,87), seguida das

ARS do Centro e do Alentejo (ambas com 0,86). No que respeita aos enfermeiros por mil habitantes regista-se, de forma destacada, a ARS do Alentejo (1,15).

Quanto ao rácio relativo a número de enfermeiros por médico, os valores mais baixos dizem respeito às ARS do Centro e Lisboa e Vale do Tejo (ambas com 0,97), tendo a ARS do Alentejo o valor mais elevado (1,34).

No que se refere à mesma análise quanto às Unidades Locais de Saúde, em termos de médicos o maior valor diz respeito à Unidade Local de Saúde Matosinhos, EPE (3,41) e o maior valor no que respeita a enfermeiros é da Unidade Local de Saúde Nordeste, EPE (4,58).

Salienta-se como tendo os menores valores, tanto em médicos como em enfermeiros por mil habitantes, a Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, EPE (1,36 médicos e 3,51 enfermeiros por 1.000 habitantes).

No que se refere ao rácio de Enfermeiros por Médico, os valores mais baixos são representados pela Unidade Local de Saúde Matosinhos, EPE (1,32) e o mais alto pela Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, EPE (2,69).

Quadro 79. Rácio de médicos e enfermeiros por 1.000 habitantes e enfermeiros por médico de 2016 nas administrações regionais de saúde (cuidados de saúde primários)

Administração Regional de Saúde	Médicos por 1.000 habitantes	Enfermeiros por 1.000 habitantes	Enfermeiros por médico
ARS Norte, IP	0,87	0,85	0,98
ARS Centro, IP	0,86	0,83	0,97
ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP	0,69	0,67	0,97
ARS Alentejo, IP	0,86	1,15	1,34
ARS Algarve, IP	0,74	0,93	1,26
Total	0,79	0,78	1,00

Fonte: Dados provenientes do RHV e Censos 2011

Quadro 80. Rácio de médicos e enfermeiros por 1.000 habitantes e enfermeiros por médico de 2016 nas unidades locais de saúde

Região	Entidade	Médicos por 1.000 habitantes	Enfermeiros por 1.000 habitantes	Enfermeiros por médico
Norte	Unidade Local de Saúde Alto Minho, EPE	2,25	3,61	1,61
Norte	Unidade Local de Saúde Matosinhos, EPE	3,41	4,50	1,32
Norte	Unidade Local de Saúde Nordeste, EPE	2,07	4,58	2,21
Centro	Unidade Local de Saúde Castelo Branco, EPE	1,98	4,23	2,13
Centro	Unidade Local de Saúde Guarda, EPE	1,65	4,29	2,61
Alentejo	Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo, EPE	1,77	4,26	2,41
Alentejo	Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano, EPE	1,36	3,51	2,59
Alentejo	Unidade Local de Saúde Norte Alentejano, EPE	1,67	4,50	2,69
Total		2,11	4,16	1,97

Fonte: Dados provenientes do RHV e Censos 2011

No que concerne às entidades hospitalares, verifica-se a existência de diferenças acentuadas entre os valores máximos e mínimos no rácio relativo a enfermeiros por médico. O mesmo acontece no rácio de médicos por mil habitantes.

Estas entidades, apresentadas no Quadro 81, pertencem a diferentes grupos e possuem dimensões bem diferenciadas, pelo que não devem ser comparadas entre si sem a devida reserva.

Assim, com as devidas reservas, salienta-se que no que se refere ao número de médicos e enfermeiros por mil habitantes, os maiores valores correspondem ao Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE (6,16 médicos e 8,25 enfermeiros) e os mais baixos ao Hospital Arcebispo João Crisóstomo – Cantanhede (0,08 e 0,69, respetivamente).

Na análise dos rácios de médico por cama, as entidades hospitalares com valores mais elevados são o Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE (1,42) e o Centro Hospitalar do Porto, EPE (1,39).

Com os menores valores, destacam-se o Hospital de Magalhães Lemos, EPE, o Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE (0,51) e o Centro Medicina Física e de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais (0,24).

No que respeita ao rácio de enfermeiros por cama, o Instituto Português Oncologia Francisco Gentil - Porto, EPE (2,04) e o Centro Hospitalar de São João, EPE (2,0) apresentam os maiores valores, sendo os menores correspondentes ao Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE

(1,25) e ao Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais (0,75).

Quanto ao rácio enfermeiros por médico, este apresenta como valor máximo o Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE (3,55). Em termos mínimos, destacam-se o Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE (1,34), o Centro Hospitalar do Porto, EPE (1,27) e o Instituto de Oftalmologia Gama Pinto (0,57).

Verifica-se uma diferença considerável entre os valores máximos e mínimos apresentados.

Para uma correta interpretação dos rácios apresentados, não será demais referir que apenas contempla os trabalhadores com contrato de trabalho que desempenham funções nas diversas entidades, não incluindo portanto profissionais que sejam trabalhadores independentes ou prestadores de serviços que, especialmente no que diz respeito aos rácios de médicos, teriam um impacto significativo.

**Quadro 81. Rácio de médicos e enfermeiros por 1.000 habitantes de 2016
e por estabelecimentos hospitalares do SNS**

Grupo	Região	Entidade	Médicos por 1.000 habitantes	Enfermeiros por 1.000 habitantes
A	Centro	Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	NA	NA
A	Centro	H Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	0,08	0,69
A	Centro	H Doutor Francisco Zagalo - Ovar	0,29	0,88
A	Lisboa e Vale do Tejo	CH Oeste	0,86	1,95
A	Lisboa e Vale do Tejo	CH Psiquiátrico de Lisboa	NA	NA
A	Lisboa e Vale do Tejo	Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	NA	NA
A	Norte	H Magalhães Lemos, EPE	NA	NA
B	Centro	H Distrital da Figueira da Foz, EPE	1,16	1,91
B	Norte	CH Médio Ave, EPE	0,86	1,46
B	Norte	CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	0,85	1,53
B	Norte	H Santa Maria Maior, EPE	0,59	1,13
C	Centro	CH Cova da Beira, EPE	1,91	4,40
C	Centro	CH Leiria, EPE	0,96	2,05
C	Centro	CH Baixo Vouga, EPE	1,10	2,09
C	Lisboa e Vale do Tejo	CH Setúbal, EPE	1,46	3,08
C	Lisboa e Vale do Tejo	CH Barreiro Montijo, EPE	1,23	2,91
C	Lisboa e Vale do Tejo	CH Médio Tejo, EPE	1,08	3,84
C	Lisboa e Vale do Tejo	H Distrital de Santarém, EPE	1,43	3,00
C	Norte	CH Entre o Douro e Vouga, EPE	1,38	2,31
C	Norte	CH Tâmega e Sousa, EPE	0,70	1,10
C	Norte	Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, EPE	1,51	2,21
D	Alentejo	H Espírito Santo Évora, PE	1,70	3,06
D	Algarve	CH Algarve, EPE	1,43	3,39
D	Centro	CH Tondela-Viseu, EPE	1,86	3,15
D	Lisboa e Vale do Tejo	H Garcia de Orta, EPE	1,66	2,78
D	Lisboa e Vale do Tejo	H Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	1,13	1,80
D	Norte	CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	1,58	3,31
D	Norte	CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	2,44	3,41
E	Centro	CH Universitário de Coimbra, EPE	4,76	8,25
E	Lisboa e Vale do Tejo	CH Lisboa Central, EPE	4,57	7,01
E	Lisboa e Vale do Tejo	CH Lisboa Ocidental, EPE	3,34	5,09
E	Lisboa e Vale do Tejo	CH Lisboa Norte, EPE	6,16	8,25
E	Norte	CH São João, EPE	4,16	6,42
E	Norte	CH Porto, EPE	3,47	4,39
F	Centro	IPO Coimbra, EPE	NA	NA
F	Lisboa e Vale do Tejo	IPO Lisboa, EPE	NA	NA
F	Norte	IPO Porto, EPE	NA	NA
Total			1,99	3,37

Fonte: Dados provenientes do RHV e Censos 2011

Quadro 82. Rácio de médicos e enfermeiros por cama e enfermeiros por médico em 2016
por estabelecimentos hospitalares do SNS

Grupo	Região	Entidade	Médico por cama	Enfermeiro por cama	Enfermeiros por Médico
A	Centro	Centro Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais	0,24	0,75	3,19
A	Centro	H Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede	NA	NA	8,50
A	Centro	H Doutor Francisco Zagalo - Ovar	0,57	1,75	3,06
A	Lisboa e Vale do Tejo	CH Oeste	0,75	1,70	2,26
A	Lisboa e Vale do Tejo	CH Psiquiátrico de Lisboa	0,82	1,37	1,68
A	Lisboa e Vale do Tejo	Instituto de Oftalmologia Gama Pinto	NA	NA	0,57
A	Norte	H Magalhães Lemos, EPE	0,55	1,33	2,44
B	Centro	H Distrital da Figueira da Foz, EPE	0,81	1,33	1,64
B	Norte	CH Médio Ave, EPE	0,86	1,47	1,70
B	Norte	CH Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	0,85	1,52	1,79
B	Norte	H Santa Maria Maior, EPE	0,79	1,49	1,89
C	Centro	CH Cova da Beira, EPE	0,58	1,34	2,30
C	Centro	CH Leiria, EPE	0,62	1,32	2,14
C	Centro	CH Baixo Vouga, EPE	0,83	1,58	1,91
C	Lisboa e Vale do Tejo	CH Setúbal, EPE	0,90	1,89	2,11
C	Lisboa e Vale do Tejo	CH Barreiro Montijo, EPE	0,72	1,71	2,36
C	Lisboa e Vale do Tejo	CH Médio Tejo, EPE	0,51	1,79	3,55
C	Lisboa e Vale do Tejo	H Distrital de Santarém, EPE	0,76	1,59	2,10
C	Norte	CH Entre o Douro e Vouga, EPE	1,03	1,71	1,67
C	Norte	CH Tâmega e Sousa, EPE	0,84	1,31	1,57
C	Norte	H Senhora da Oliveira - Guimarães, EPE	0,94	1,38	1,47
D	Alentejo	H Espírito Santo Évora, EPE	0,90	1,62	1,80
D	Algarve	CH Algarve, EPE	0,71	1,69	2,37
D	Centro	CH Tondela-Viseu, EPE	0,82	1,39	1,69
D	Lisboa e Vale do Tejo	H Garcia de Orta, EPE	0,93	1,56	1,68
D	Lisboa e Vale do Tejo	Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	0,78	1,25	1,60
D	Norte	CH Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	0,74	1,56	2,09
D	Norte	CH Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	1,42	1,98	1,40
E	Centro	CH Universitário de Coimbra, EPE	0,89	1,54	1,73
E	Lisboa e Vale do Tejo	CH Lisboa Central, EPE	1,22	1,87	1,53
E	Lisboa e Vale do Tejo	CH Lisboa Ocidental, EPE	1,06	1,61	1,52
E	Lisboa e Vale do Tejo	CH Lisboa Norte, EPE	1,30	1,73	1,34
E	Norte	CH São João, EPE	1,29	2,00	1,54
E	Norte	CH Porto, EPE	1,39	1,76	1,27
F	Centro	IPO Coimbra, EPE	0,93	1,39	1,51
F	Lisboa e Vale do Tejo	IPO Lisboa, EPE	1,20	1,96	1,63
F	Norte	IPO Porto, EPE	1,05	2,04	1,95
Total			0,96	1,64	1,70

Fonte: Dados provenientes do RHV, SICA

Anexo

Boletim informativo

RECURSOS HUMANOS ESTRANGEIROS NO
MINISTÉRIO DA SAÚDE – ATUALIZAÇÃO DE DADOS
(2011-2016)

Índice

Sumário executivo	7
1. Evolução e caracterização dos recursos humanos estrangeiros no Ministério da Saúde (2004-2016)	9
2. Médicos e enfermeiros estrangeiros no Ministério da Saúde	14
2.1 Pessoal médico	17
2.2 Pessoal de enfermagem.....	20
3. Médicos e enfermeiros estrangeiros de origem espanhola.....	21

Índice de Quadros

Quadro 1. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por grupo de países (2004 - 2016)	9
Quadro 2. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por grupo profissional (2011 - 2016)	11
Quadro 3. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por modalidade de vinculação (2011- 2016).....	12
Quadro 4. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por região de saúde (2004 - 2015)	13
Quadro 5. Número de médicos e enfermeiros estrangeiros por país de origem (2012 - 2016).....	14
Quadro 6. Evolução dos médicos estrangeiros por grupo de países (2004 - 2016).....	17
Quadro 7. Evolução dos Médicos Estrangeiros por especialidades (2004 - 2016).....	17
Quadro 8. Evolução do número de enfermeiros por grupo de países (2004-2016)	20
Quadro 9. Evolução do número de médicos e enfermeiros de origem espanhola (2004-2016).....	21

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros no Ministério da Saúde (2004-2016).....	9
Gráfico 2. Estrutura etária dos recursos humanos estrangeiros em 2016	10
Gráfico 3. Estrutura etária dos recursos humanos estrangeiros por género em 2004	10
Gráfico 4. Taxa de feminização em 2016	11
Gráfico 5. Evolução dos grupos profissionais mais representativos no Ministério da Saúde (2004 – 2016).....	12
Gráfico 6. Número de recursos humanos estrangeiros por região de saúde em 2016	13
Gráfico 7. Evolução do número de médicos, enfermeiros e outros profissionais estrangeiros do Ministério da Saúde (2011- 2016).....	16
Gráfico 8. Número de médicos por especialidade (2011-2016)	18
Gráfico 9. Número de médicos especialistas por especialidade/área de especialização (2011-2016)	18
Gráfico 10. Número de médicos internos por especialidade/área de especialização (2011-2016)	19
Gráfico 11. Distribuição dos médicos de medicina geral e familiar por tipo de estabelecimento (2011-2016)	19

Sumário executivo

O boletim informativo sobre os recursos humanos estrangeiros (RHE) no Ministério da Saúde (MS) tem como objetivo atualizar os dados de recursos humanos estrangeiros a exercer funções no Ministério da Saúde, contemplando os dados de vários anos até 2016.

Em matéria de administração de recursos humanos do Serviço Nacional de Saúde, compete à Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), cujo diploma orgânico foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 35/2012 de 15 de Fevereiro, realizar estudos para caracterização dos recursos humanos do setor da saúde, neste caso, sobre os trabalhadores estrangeiros que exercem funções nas entidades e organismos do Ministério da Saúde.

A metodologia utilizada assentou no tratamento e análise dos dados fornecidos anualmente pelas instituições do Ministério da Saúde, que nos proporcionaram a informação necessária para a realização do presente trabalho e a quem agradecemos. A informação de 2012 a 2014 é proveniente da Base de Dados da ACSS, I.P. Os dados referentes a 2015 foram disponibilizados pela UGI_ACSS e, por outras instituições que não utilizam esta base de dados, à exceção do Hospital Beatriz Ângelo, da IGAS e do Centro de Medicina e Reabilitação do Sul. Relativamente aos dados de 2016, estes são originários da fonte do RHV_SPMS e, fornecidos pelos Hospitais PPP (H. Braga, H. Cascais, H. Loures e H. Vila Franca de Xira).

O número total de recursos humanos estrangeiros apresentado inclui prestadores de serviços presentes no RHV e, nos Hospitais PPP, não representando o seu universo total, uma vez que a obrigatoriedade de registo de todos estes profissionais no RHV iniciou-se em 2017.

A apresentação dos dados é efetuada através de gráficos e quadros atualizados nos anos em referência, conforme abaixo identificado:

- Evolução e Caracterização dos Recursos Humanos Estrangeiros, por nacionalidade, no Ministério da Saúde;
- Médicos e Enfermeiros Estrangeiros no Ministério da Saúde;
- Médicos e Enfermeiros de Origem Espanhola.

A análise dos resultados permite-nos concluir que a partir de 2004, o número dos recursos humanos estrangeiros decresceu, existindo uma tendência para a estabilização de 2008 a 2015,

notando-se uma ligeira subida em 2016, ano em que são contabilizados 3.115 trabalhadores em 2016 (*Gráfico 1*). No último ano em análise, o peso percentual dos profissionais estrangeiros nos trabalhadores no Ministério da Saúde foi de 2,40%¹.

A proveniência dos recursos humanos estrangeiros foi maioritariamente de Espanha (904) entre os países membros da União Europeia; do Brasil (411); de Angola (269) no grupo dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

A distribuição de todos os profissionais estrangeiros por região de saúde em 2016 demonstra um maior número nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo (1.373) e Norte (697).

Os grupos de pessoal médico (1.858) e de enfermagem (554) têm sido os mais representativos ao longo dos anos em estudo. Em 2016 esses grupos correspondiam, respetivamente, a 59,65% e 17,78% do total de trabalhadores estrangeiros no MS.

Em valores globais, verificou-se um ligeiro crescimento do número de médicos estrangeiros entre 2015 e 2016, tendo o seu número passado de 1.836 para 1.858, correspondendo a uma variação de 1,20%.

No caso dos médicos destacamos a Espanha (646), o Brasil (162) e a Ucrânia (160) como os países mais representados.

Analisando separadamente os médicos especialistas e os médicos nas áreas de especialização (Internato Médico), em 2016, contabilizaram-se 1.158 especialistas e 285 internos, ou seja, mais 55 especialistas e menos 64 internos do que em 2015, tendo-se obtido, respetivamente, uma variação de 4,99% e de menos 18,34%.

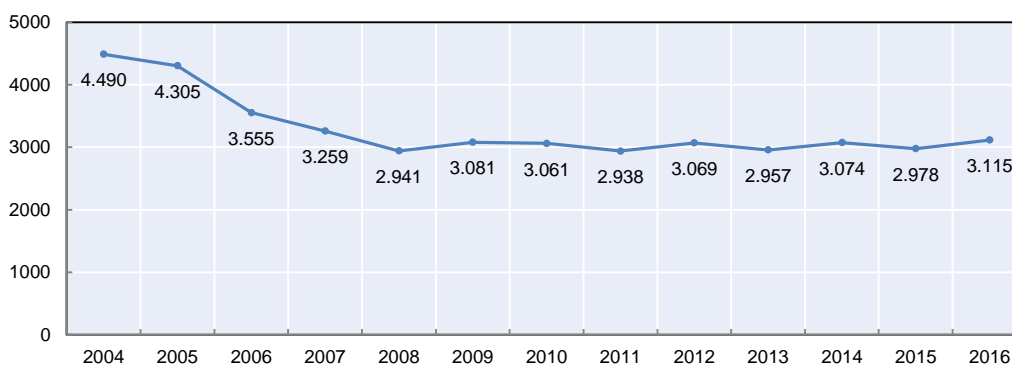
Em termos globais, dos 1.443 médicos registados com especialidade e, a frequentar a especialidade em 2016, constatou-se que as especialidades com mais médicos registados foram: a Medicina Geral e Familiar com 508 médicos, representando cerca de 35,20%; a Medicina Interna com 257 médicos, correspondendo a cerca de 17,81%; a Anestesiologia com 81 médicos, representando cerca de 5,61% e a Cirurgia Geral com 79 profissionais, ou seja, aproximadamente 5,47% do total.

Importa referir a diminuição do impacto destes profissionais no universo dos trabalhadores do Ministério da Saúde, nomeadamente, nas áreas de especialização do Internato Médico, uma vez que o seu número diminuiu de 2004, ano em que houve um pico de 780 internos, até 2011. Sofrendo algumas oscilações nos anos seguintes até 2015 e, voltando a decrescer em 2016, onde se contabilizam 285 internos.

¹ Fonte: Número total de trabalhadores provenientes do RHV_SPMS e dos Hospitais PPP _ Dez2016

1. Evolução e caracterização dos recursos humanos estrangeiros no Ministério da Saúde (2004-2016)

Gráfico 1. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros no Ministério da Saúde (2004-2016)



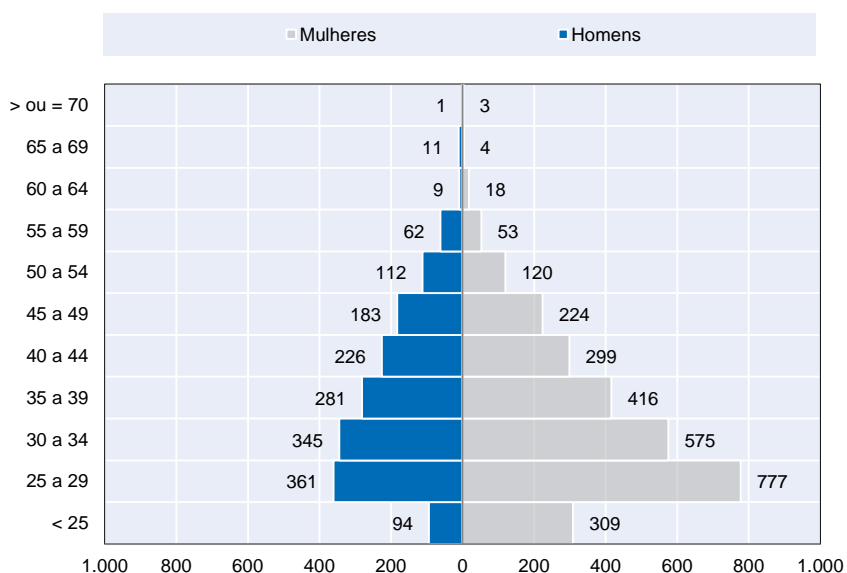
Fonte: RHV

Quadro 1. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por grupo de países (2004 - 2016)

Grupo de Países/ País	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
União Europeia	124	136	105	101	92	103	91	84	1.259	1.283	1.296	1.256	1.266
Espanha	4	4	2	2	1	5	2	1	910	929	952	921	904
PALOP	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008	2.009	2.010	2.011	807	706	684	626	684
Angola	532	472	373	376	274	356	289	242	340	295	279	250	269
Brasil	8	8	13	12	8	12	9	0	395	362	360	344	411
Outros países	260	297	384	370	393	471	484	623	605	596	724	741	747
Não identificado	43	68	0	2	11	23	10	13	3	10	10	11	7
Total	2.439	2.514	2.508	2.492	2.512	2.618	2.604	2.731	3.069	2.957	3.074	2.978	3.115

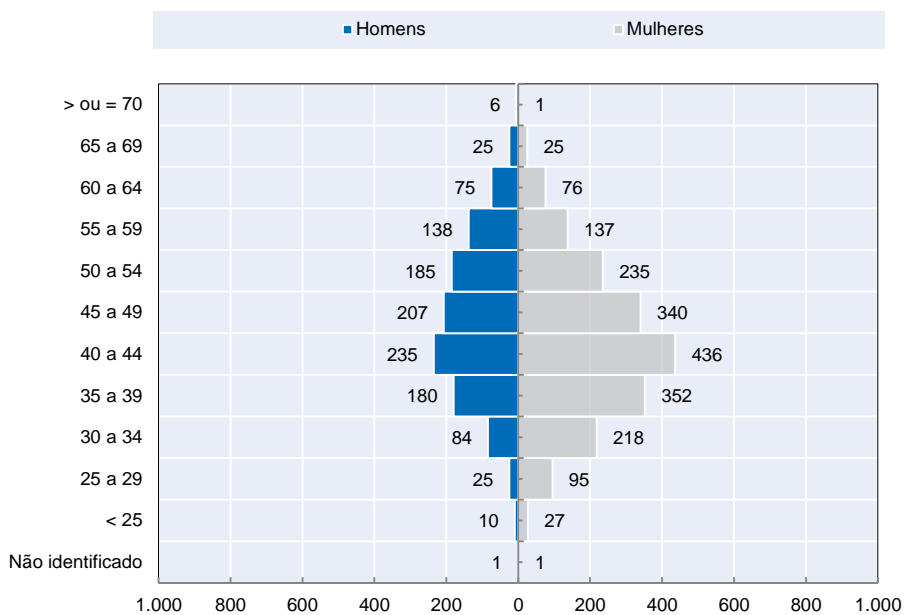
Fonte: RHV

Gráfico 3. Estrutura etária dos recursos humanos estrangeiros por gênero em 2004



Fonte: RHV

Gráfico 2. Estrutura etária dos recursos humanos estrangeiros em 2016



Fonte: RHV

Gráfico 4. Taxa de feminização em 2016



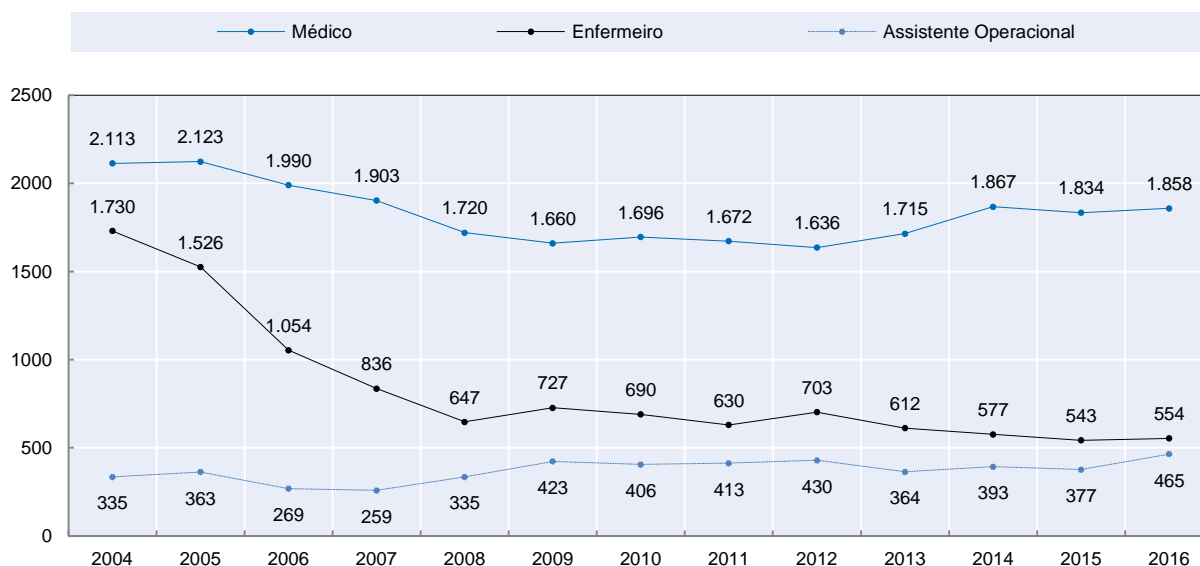
Fonte: RHV

Quadro 2. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por grupo profissional (2011 - 2016)

Grupo profissional	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Dirigente	3	6	5	6	2	2
Médico	1.672	1.636	1.715	1.867	1.836	1.858
Técnico superior de saúde	21	18	18	15	16	16
Enfermagem	630	703	612	577	543	554
Técnico de diagnóstico e terapêutica	50	65	52	47	43	48
Doc./Investigação	5	4	4	3	3	2
Informática	3	4	3	3	3	3
Técnico superior	22	33	28	24	23	25
Assistente técnico	108	158	135	113	106	110
Assistente operacional	413	430	364	393	377	465
Outro	11	12	21	26	26	32
Total	2.938	3.069	2.957	3.074	2.978	3.115

Fonte: RHV

Gráfico 5. Evolução dos grupos profissionais mais representativos no Ministério da Saúde (2004 - 2016)



Fonte: RHV

Quadro 3. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por modalidade de vinculação (2011- 2016)

Modalidade de Vinculação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
CTFP por tempo indeterminado	825	1.002	879	784	779	800
CTFP a termo resolutivo certo/incerto	441	505	470	430	446	380
CIT sem termo	879	1.089	1.038	1.077	1.069	1.215
CIT a termo certo e incerto	384	100	54	32	61	60
Outra	73	104	61	205	112	98
Prestação de serviços	336	269	407	546	511	562
Total geral	2.938	3.069	2.957	3.074	2.978	3.115

Legenda: **CTFP** - Contrato de trabalho em funções públicas; **CIT** - Contrato individual de trabalho

Fonte: RHV

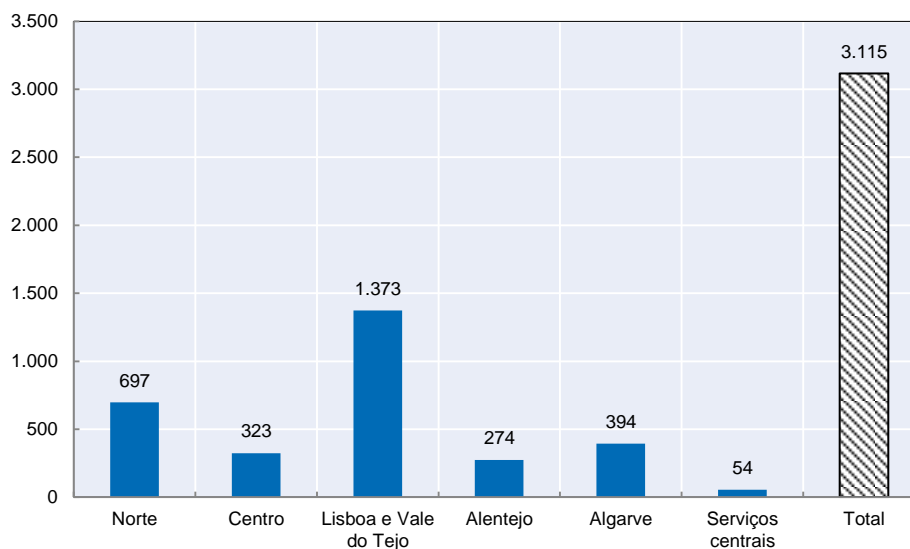
Quadro 4. Evolução do número de recursos humanos estrangeiros por região de saúde (2004 - 2015)

Região	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	978	893	837	942	857	815	824	723	712	761	710	695
Centro	634	655	633	469	426	368	374	363	362	327	321	313
Lisboa e Vale do Tejo	2.212	2.162	1.492	1.294	1.112	1.309	1.279	1.221	1.402	1.331	1.444	1.311
Alentejo	209	221	230	233	240	164	159	172	190	221	240	283
Algarve	457	374	363	321	306	425	425	459	403	317	359	376
Total	4.490	4.305	3.555	3.259	2.941	3.081	3.061	2.938	3.069	2.957	3.074	2.978

Nota: Os serviços centrais estão incluídos na região de Lisboa e Vale do Tejo

Fonte: RHV

Gráfico 6. Número de recursos humanos estrangeiros por região de saúde em 2016



Fonte: RHV

2. Médicos e enfermeiros estrangeiros no Ministério da Saúde

Quadro 5. Número de médicos e enfermeiros estrangeiros por país de origem (2012 - 2016)

Países/Grupo profissional	Médicos					Enfermeiros				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Afganistão										
África do Sul	3	2	1			4	2	1	1	2
Albânia	4	1	1	1	1	2	2	3	3	3
Alemanha	24	28	28	23	28	19	17	14	16	16
Angola	100	101	109	91	93	89	68	58	54	56
Argélia	2	1	1	2	1					
Argentina	4	5	6	8	7					
Austrália	1					2	2	2	2	2
Áustria	2	1	1	1	2				2	1
Bélgica	3	4	4	5	5	6	5	5	4	4
Bielorrússia	1	1	2	2	3	1				
Bolívia	2	1	1	1	2					
Bósnia				1	1					
Brasil	150	157	159	142	162	56	49	42	44	49
Bulgária	6	8	7	7	6	3	3	3	2	2
Cabo Verde	47	38	37	35	35	6	4	3	2	3
Canadá	1	1	1	1	2	1			1	
Casaquistão	1	2	1	1	1					
China	4	3	3	3	4					
Chipre	3	3	3	2	2					
Colômbia	60	69	77	78	87					
Costa Rica	8	7	6	7	7					
Croácia	1	1	1	2	2					
Cuba	18	20	79	109	93					1
Dinamarca			1			1	1	1	1	1
Eslováquia	1	1	3	4	3					
Eslovénia										
Espanha	609	631	663	660	646	274	264	261	236	229
Estónia										
EUA	6	9	9	8	9	3	3	2	2	1

2. MÉDICOS E ENFERMEIROS ESTRANGEIROS NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

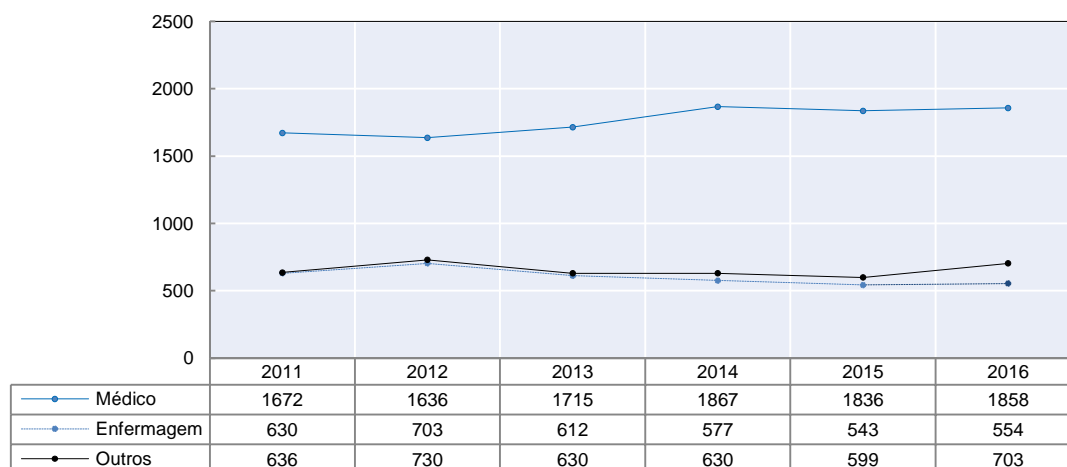
Países/Grupo profissional	Médicos					Enfermeiros				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Filipinas	1	1	1	1						
França	16	14	12	13	15	62	52	37	32	34
Geórgia	2	1	1		1					
Grécia	3	3	3	3	4	1				
Guiné-Bissau	84	85	88	83	84	27	21	20	21	20
Holanda	11	15	14	13	12	7	6	6	5	4
Hungria	3	6	6	6	6				1	1
Índia			2	2	2					
Irão	2	2	1	1	1					
Iraque	1	1	1							
Itália	27	34	38	38	41	2	2	3	3	5
Letónia	3	2	2	1	1					
Lituânia			2	2	4					
Luxemburgo		2	2	2	1	1				
Macau	1	1	4	4	3			10	10	10
Malásia	1	1	3	3	2					
Maldivas	1									
Marrocos	1									
México	2	2	2	2	2					
Moçambique	44	42	37	35	45	37	29	22	21	23
Moldávia	61	59	63	55	56	23	21	20	17	18
Noruega	1		2	1	1	1	1	1	1	1
Outros países	3	8	6	5	3					
Palestina	3	4	4	4	3					
Panamá								1	1	1
Peru		1	2	3	3	2	1	1	2	2
Polónia	6	8	10	11	11	2	2	2	3	3
Reino Unido	5	4	7	5	5	3	3	3	3	4
República Centro Africana									1	
República Checa	4	2	3	3	2	1	1	1	2	1
República Democrática do Congo						1				
República Dominicana	1									
Roménia	25	39	36	38	39	3	3	2	2	2
Rússia	52	57	63	66	57	7	6	6	6	5

2. MÉDICOS E ENFERMEIROS ESTRANGEIROS NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Países/Grupo profissional	Médicos					Enfermeiros				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
São Tomé e Príncipe	34	35	38	33	33	14	13	14	12	13
Senegal		1	1	1	1					
Sérvia e Montenegro										
Síria										
Suazilândia	1	1	2	2	1					
Suécia	2	2	1	1	1					
Suíça	2	1	1	2	2	6	6	5	3	7
Tailândia										
Timor			1	1						
Turquia	1	2	1	1	1					
Ucrânia	140	146	163	152	160	25	19	21	20	23
Uruguai	17	23	24	25	21			1	1	1
Uzbequistão	1	3	2	2	2					
Venezuela	13	12	14	18	18	10	6	6	6	6
Zimbabué						1				
Não Identificada				4	12					
Total	1.636	1.715	1.867	1.836	1.858	703	612	577	543	554

Fonte: RHV

Gráfico 7. Evolução do número de médicos, enfermeiros e outros profissionais estrangeiros do Ministério da Saúde (2011- 2016)



Fonte: RHV

2.1 Pessoal médico

Quadro 6. Evolução dos médicos estrangeiros por grupo de países (2004 - 2016)

Grupo de países/ País	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
União Europeia	1.226	1.243	1.143	1.039	915	795	828	781	754	808	846	827	829
<i>dos quais: Espanha</i>	1.128	1.140	1.040	913	799	681	696	654	609	631	663	660	646
PALOP	542	484	422	421	355	365	334	279	309	301	309	277	290
Brasil	172	188	178	192	197	208	227	169	150	157	159	142	162
Outros países	173	208	247	251	253	292	307	443	423	449	553	590	577
Total	2.113	2.123	1.990	1.903	1.720	1.660	1.696	1.672	1.636	1.715	1.867	1.836	1.858

Fonte: RHV

Quadro 7. Evolução dos Médicos Estrangeiros por especialidades (2004 - 2016)

Especialidade/ Área de especialização	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Medicina Geral e Familiar (MGF)													
Especialistas	606	643	607	639	550	435	466	486	485	495	473	446	449
Internato médico	164	152	158	141	126	83	62	46	87	88	75	92	59
Não identificado*						36	15	7	31	4			
Sub-Total MGF	770	795	765	780	676	554	543	539	603	587	548	538	508
Médica Hospitalar													
Especialistas	447	473	503	479	538	550	566	538	546	542	639	640	690
Internato médico	606	577	475	335	301	205	197	187	199	220	209	233	206
Não identificado*						21	15	24	19	21			
Sub-Total Hospitalar	1.053	1.050	978	814	839	776	778	749	764	783	848	873	896
Médica Saúde Pública													
Especialistas	18	16	15	19	21	12	12	24	17	21	18	17	19
Internato Médico	10	6	12	16	11	5	7	2	14	17	17	24	20
Sub-Total Saúde Pública	28	22	27	35	32	17	19	26	31	38	35	41	39
Outros**													
Total outros**	262	256	220	274	173	313	356	358	238	307	436	384	415

2. MÉDICOS E ENFERMEIROS ESTRANGEIROS NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

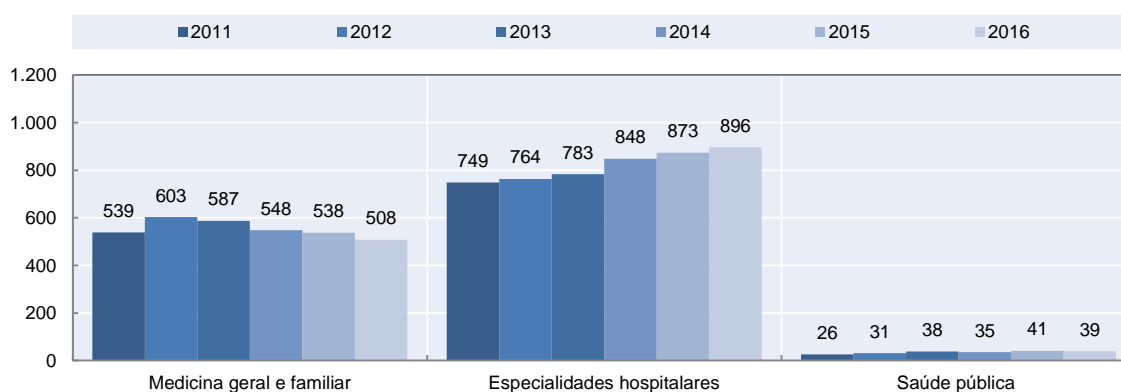
Especialidade/ Área de especialização	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total													
Especialistas	1.071	1.132	1.125	1.137	1.109	997	1.044	1.048	1.048	1.058	1.130	1.103	1.158
Internato Médico	780	735	645	492	438	293	266	235	300	325	301	349	285
Não identificado*						57	30	31	50	25	0	0	0
Sub-Total com especialidade	1.851	1.867	1.770	1.629	1.547	1.347	1.340	1.314	1.398	1.408	1.431	1.452	1.443
Outros**	262	256	220	274	173	313	356	358	238	307	436	384	415
Global	2.113	2.123	1.990	1.903	1.720	1.660	1.696	1.672	1.636	1.715	1.867	1.836	1.858

*Sem carreira/categoria identificada

**Inclui categorias específicas como: internato geral/formação específica, ano comum/méd. eventual, médicos Ex-SMS, especialidade não identificada, NR e sem especialidade

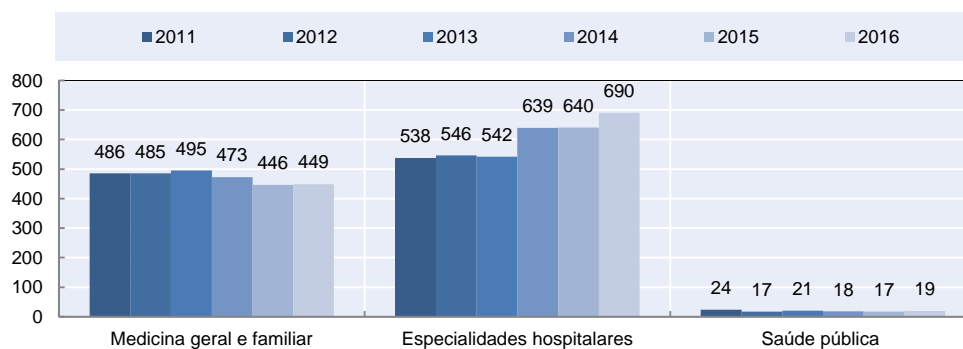
Fonte: RHV

Gráfico 8. Número de médicos por especialidade (2011-2016)



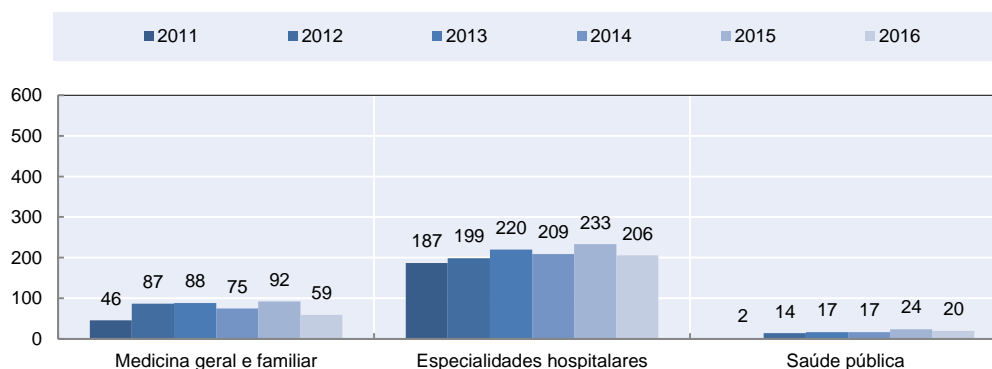
Fonte: RHV

Gráfico 9. Número de médicos especialistas por especialidade/área de especialização (2011-2016)



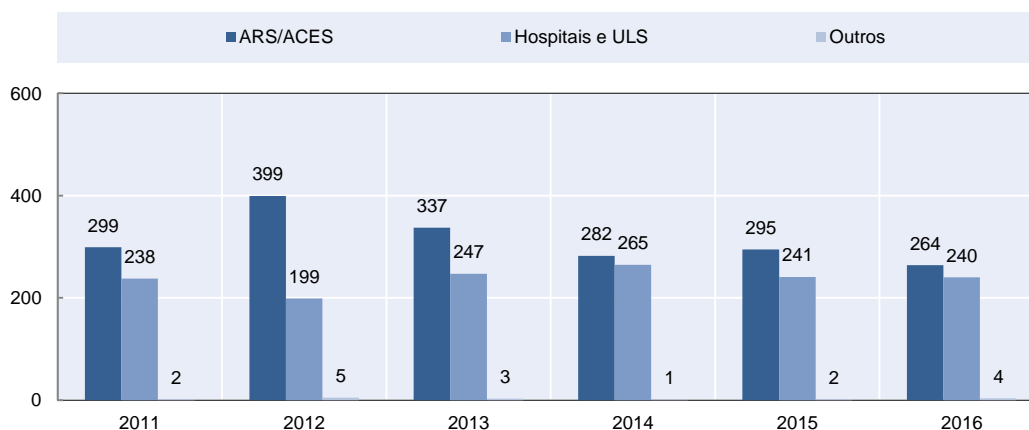
Fonte: RHV

Gráfico 10. Número de médicos internos por especialidade/área de especialização (2011-2016)



Fonte: RHV

Gráfico 11. Distribuição dos médicos de medicina geral e familiar por tipo de estabelecimento (2011-2016)



Legenda: **ARS** – Administrações Regionais de Saúde; **ACES** – Agrupamentos de Centros de Saúde; **ULS** – Unidades Locais de Saúde

Fonte: RHV

2.2 Pessoal de enfermagem

Quadro 8. Evolução do número de enfermeiros por grupo de países (2004-2016)

Grupo de Países/ País	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
União Europeia	1.355	1.135	718	526	399	417	406	367	385	359	338	309	304
dos quais: Espanha	1.238	1.013	630	431	319	328	310	289	274	264	261	236	229
PALOP	235	220	179	169	116	130	115	116	173	135	117	110	115
Brasil	96	97	84	75	66	78	77	61	56	49	42	44	49
Outros países	44	74	73	66	66	102	92	86	89	69	80	80	86
Total	1.730	1.526	1.054	836	647	727	690	630	703	612	577	543	554

Fonte: RHV

3. Médicos e enfermeiros estrangeiros de origem espanhola

Quadro 9. Evolução do número de médicos e enfermeiros de origem espanhola (2004-2016)

Ano/Grupo profissional	Médico	Enfermeiro	Total
2004	1.128	1.238	2.366
2005	1.140	1.013	2.153
2006	1.040	630	1.670
2007	913	431	1.344
2008	799	319	1.118
2009	681	328	1.009
2010	696	310	1.006
2011	654	289	943
2012	609	274	883
2013	631	264	895
2014	663	261	924
2015	660	236	896
2016	646	229	875

Fonte: RHV

